

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia

**SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA
NO ESTADO DE SÃO PAULO: POSSIBILIDADES
DE INOVAÇÃO NAS RELAÇÕES DE
PRODUÇÃO E DE CONSUMO**

ARARAQUARA-SP

2023

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia

**SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA
NO ESTADO DE SÃO PAULO: POSSIBILIDADES
DE INOVAÇÃO NAS RELAÇÕES DE
PRODUÇÃO E DE CONSUMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

ARARAQUARA-SP

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

P767s Pizzaia, Luiz Gustavo Ennes

Sistemas participativos de garantia no estado de São Paulo: possibilidades de inovação nas relações de produção e de consumo/Luiz Gustavo Ennes Pizzaia. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2023.

151f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

1. Agricultura familiar. 2. Certificação participativa. 3. Produção orgânica. I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: *Luiz Gustavo Ennes Pizzaia*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Henrique Carmona Duval



Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante



Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo



Prof. Dr. Jose Maria Gusman Ferraz



Prof. Dr. Fernando Silveira Franco

Araraquara – SP, 17 de maio de 2023.

DEDICAÇÃO

DEDICO ESTE TRABALHO AOS AGRICULTORES DISPOSTOS A PRODUZIR ALIMENTOS.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela VIDA.

Ao apoio e companheirismo dos PAIS, ESPOSA E FILHA.

Pela oportunidade e contribuição da PROFA VERA.

Ao conhecimento adquirido junto ao NUPEDOR.

À grande contribuição e amizade do PROF. HENRIQUE.

Ao suporte e atenção do PROF. JOSÉ MARIA, SILVINHA, FERNANDA E VANI.

À disposição da PROFA. VANILDE E PROF. FERNANDO.

Ao espaço da UNIVERSIDADE.

À camaradagem dos AMIGOS DE CURSO.

À existência dos AGRICULTORES.

Ao entusiasmo dos GESTORES.

À conscientização dos CONSUMIDORES.

RESUMO

O presente trabalho reflete sobre as relações de produção e consumo de orgânicos, considerando os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). O objetivo foi investigar as potencialidades e os desafios em fomentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos em diferentes territórios. A metodologia contou com análises no CNPO (Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos), questionários, entrevistas e diários de campo. Analisando a evolução do CNPO foi possível identificar incremento maior dos mecanismos participativos em relação aos auditados, demonstrando crescente produção e consumo de orgânicos. Além, disso, foi possível identificar que a ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas) e ABD (Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica) são os Organismos Participativos de Conformidade de maior atuação no Estado de São Paulo e, a partir deles, são investigadas as possíveis inovações nas relações entre produtores e consumidores de orgânicos. Observou-se que os SPG possuem propostas de construção de mercados locais e visam democratizar o acesso à certificação e aos alimentos orgânicos, porém cada experiência mostrou particularidades a serem aprimoradas. Os SPG podem fortalecer as organizações familiares, contribuindo para o aumento da renda, mudanças nos sistemas produtivos e criação de mercados. Há potencialidades também para a construção do conhecimento e aprendizado de técnicas de manejo, além da formação de redes entre produtores, técnicos e instituições de ensino e pesquisa. O trabalho identificou ainda, que a maior parte dos agricultores, vinculados aos SPG, comercializa de maneira direta ao público consumidor, o que facilita a construção de relações sociais para além das comerciais. As feiras, o mercado institucional, as cestas e a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), foram destaques nos canais de comercialização. Quanto aos valores almejados pelos consumidores, houve destaque para a isenção de agrotóxicos, a preocupação com o meio ambiente e a busca por mais saúde. Também foi citado o desejo pela proximidade com o produtor como uma forma de estimular a economia local. Concluiu-se que os SPG possuem potencial de inovação na relação entre produtor e consumidor de orgânicos. Essa inovação, inclusive prevista por lei, favorece o contato social, além da criação de laços de amizade e vínculos afetivos. Contudo, o tema possui espaço para aprofundamento e trabalhos futuros.

Palavras-chave: agricultura familiar; certificação participativa; produção orgânica.

SUMMARY

This work reflects on the relations of production and consumption of organic products, considering the Participatory Guarantee Systems (PGS). The objective was to investigate the potentialities and challenges in promoting the production and consumption of organic food in different territories. The methodology was approached with analyzes in the CNPO (National Register of Organic Producers), through questionnaires, interviews and field diaries. Analyzing the evolution of the CNPO, it was possible to identify a greater increase in participatory mechanisms in relation to those audited, demonstrating the growing production and consumption of organic products. In addition, it was possible to identify that the ANC (Association of Natural Agriculture of Campinas) and ABD (Brazilian Association of Biodynamic Agriculture) are the most active Participatory Organism for Conformity in the State of São Paulo and the possible innovations in the relations between producers and consumers of organic products are investigated from them. It was observed that the PGS have proposals for building local markets and aim to democratize access to certification and organic food, but each experience showed particularities to be improved. PGS can strengthen family organizations, contributing to increased income, changes in production systems and creation of markets. There is also potential for building knowledge and learning management techniques, in addition to forming networks between producers, technicians and teaching and research institutions. The work also identified that most farmers, linked to PGS, sell directly to the consumer public, which facilitates the construction of social relationships beyond commercial ones. Fairs, the institutional market, baskets and the Community that Supports Agriculture (CSA) were high lights in the commercialization channels. As for the values desired by consumers, there was no emphasis on the exemption of pesticides, concern for the environment and the search for better health. The desire for proximity to the producer was also mentioned as a way to stimulate the local economy. It was concluded that PGS have the potential to innovate in the relationship between producer and consumer of organic products. This is even provided by law, which favors social contact, in addition to creating friendships and emotional bonds. However, the topic has potential for further study and future work.

Keywords: family farming; participatory certification; organic production.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Apresentação dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.
- Figura 2. Produtor 2 de Atibaia-SP, que recebeu a visita em campo e participou da entrevista.
- Figura 3. Barracão da Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).
- Figura 4. Cartaz da entrada na Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).
- Figura 5. Produtora 2 na feira da AAO.
- Figura 6. Banca da produtora 2 na feira da AAO.
- Figura 7. Produtor 3 na feira da AAO.
- Figura 8. Cartaz na banca do produtor 3 na feira da AAO.
- Figura 9. Mapa do Brasil com a localização dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), conforme ordem de credenciamento e o SPG de referência para a constituição.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1. Grau de escolaridade dos produtores que responderam ao questionário.
- Gráfico 2. Relação do produtor, que participou do questionário, com a unidade de produção.
- Gráfico 3. Relação da contratação de mão de obra.
- Gráfico 4. Relação de produtores que almejam aumentar a produção.
- Gráfico 5. Relação de produtores que contabilizam o volume de água usado na produção.
- Gráfico 6. Motivação do agricultor em produzir orgânicos.
- Gráfico 7. Produtores que recebem consumidores na unidade de produção.
- Gráfico 8. Principais meios de comercialização praticados pelos produtores.
- Gráfico 9. Relação de produtores que perceberam aumento na renda.
- Gráfico 10. Relação de produtores que perceberam mudanças na relação entre produtor-consumidor.
- Gráfico 11. Representação da renda do consumidor de orgânicos.
- Gráfico 12. Relação de orgânicos na alimentação do consumidor.
- Gráfico 13. Local de compra do produto orgânico.
- Gráfico 14. Relação dos consumidores que conhecem os mecanismos de qualidade orgânica.
- Gráfico 15. Opinião do consumidor em relação ao preço do produto orgânico.
- Gráfico 16. Sobre a percepção do consumidor, o nível de contato social com o produtor de orgânicos.
- Gráfico 17. Relação dos consumidores de orgânicos que acreditam na inovação.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Relação dos objetivos, metodologia e público.
- Quadro 2. Gestores que participaram das entrevistas, organização de referência e datas.
- Quadro 3. Produtores que participaram das entrevistas, organização que fazem parte e data.
- Quadro 4. Principais funções da pesquisa *survey*.
- Quadro 5. Participantes das entrevistas e a distribuição em eixos de acordo com a pesquisa.
- Quadro 6. Distribuição dos objetivos em relação aos eixos.
- Quadro 7. Síntese dos resultados encontrados junto aos Gestores (Eixo 1).
- Quadro 8. Síntese do CNPO, disponibilizados pelo MAPA.
- Quadro 9. Resultados encontrados em relação às dimensões agroambientais.
- Quadro 10. Resultados das entrevistas referentes ao eixo 2 (Produtores).
- Quadro 11. Dados socioeconômicos – Levantamento on-line.
- Quadro 12. Cronograma de atividades executado na pesquisa de doutorado.

LISTA DE ABREVIATURAS E QUADROS

- AAO: Associação de Agricultura Orgânica
- ABD: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
- ANC: Associação de Agricultura Natural de Campinas
- APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAR: Cadastro Ambiental Rural
- CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CNPO: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
- CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
- COVID: Corona Vírus Disease
- CPOrg: Comissão de Produção Orgânica
- CPT: Comissão Pastoral da Terra
- CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura
- DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DDD: Discagem Direta à Distância

DTMA: Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
ESALQ: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA: Estados Unidos da America
GAO: Grupo de Agricultura Orgânica
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM: Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica
IN: Instrução Normativa
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inmetro: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO: International Organization for Standardization
ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia
NSE: Nova Sociologia Econômica
NUPEDOR: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
OAC: Organismo de Avaliação da Conformidade
OCS: Organismo de Controle Social
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM: Organismos Geneticamente Modificado
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OPAC: Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PMO: Plano de Manejo Orgânico.
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRA: Programa Nacional de Reforma Agrária
POMAR: Produtores Orgânicos do Assentamento Monte Alegre
PPG: Programa de Pós-Graduação
PR: Paraná
RS: Rio Grande do Sul
SEAD: Secretária Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SisOrg: Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

SP: São Paulo

SPG: Sistema Participativo de Garantia

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos

UNCTAD: United Nations Conference Trade and Development

UNEP: United Nations Environmental Program

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNIARA: Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	18
OBJETIVOS	20
HIPÓTESES DA PESQUISA	20
MATERIAIS E MÉTODOS	21
CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA ECOLÓGICA, REGULAMENTAÇÃO EPERSPECTIVAS	27
1.1 Origens e desenvolvimento da agricultura	27
1.2 Os movimentos de base ecológica.....	30
1.3 Regulamentação da produção e comercialização de orgânicos.....	33
1.4 Produção orgânica: rompendo com os princípios agroecológicos	44
1.5 Os desafios da certificação orgânica nos assentamentos rurais.....	50
1.6 Agricultura como parte da solução	52
CAPÍTULO 2– OS SPG EM DESTAQUE NO ESTADO DE SÃO PAULO E A PESQUISA COM OS GESTORES	56
2.1 Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC).....	57
2.2 Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD).....	58
2.3 Resultados da pesquisa com os gestores.....	59
2.4 Sobre as potencialidades e desafios dos SPG nas perspectivas dos gestores	70
2.5 Percepção dos gestores diante da inovação da relação produtor-consumidor.....	86
CAPÍTULO 3 –REFLEXÕES SOBRE A POSSÍVEL INOVAÇÃO, DIANTE A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS	87
3.1 Análise dos questionários referente ao Eixo “Produtores”.....	87
3.2 Análise das entrevistas referente ao Eixo “Produtores”	96
3.3 Síntese do Eixo “Produtores”	103
CAPÍTULO 4 – REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA COM CONSUMIDORES DE ORGÂNICOS	104
4.1 Análise dos questionários relacionados ao Eixo “Consumidores”	104
4.2 Análise das entrevistas relacionadas ao Eixo “Consumidores”.....	116
4.3 Síntese do Eixo “Consumidores”	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A	133

RECORTE DO CADERNO DE CAMPO: Visita à Unidade de Produção acompanhando representantes da CPORG.	133
ANEXO 1 Roteiro da entrevista com gestores (Primeiro Eixo):.....	138
ANEXO 2 Roteiro do questionário com os produtores (Segundo eixo)	140
ANEXO 3 Roteiro da entrevista com produtores.....	144
ANEXO 4 Roteiro do questionário com os consumidores (Terceiro eixo).....	147
ANEXO 5 Roteiro da entrevista com consumidores.....	155

APRESENTAÇÃO

A presente tese é continuidade dos meus estudos de mestrado e tem forte relação com minhas atividades de extensão rural, desenvolvidas desde a graduação e posteriormente na vida profissional. Durante a graduação, período entre 2003 e 2008, participei de uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Jaboticabal-SP. Entre 2009 e 2016, trabalhei oferecendo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), serviço realizado via terceirização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos assentamentos rurais da região central do estado de São Paulo. A partir dessa data, com a redução da oferta de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente com o avanço do desmonte dos serviços de ATER, tive o desejo de retomar as relações com o ambiente acadêmico. Passei, então, a frequentar as reuniões do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA), que há 32 anos resiste, pesquisa e contribui com diversas estratégias para o desenvolvimento dos assentamentos rurais e da agricultura familiar.

As atividades com os grupos de produtores organizados, via os Organismos de Controle Social (OCS), tiveram início em 2014, mesmo ano no qual conheci esse mecanismo de garantia da qualidade orgânica, apresentado pelo auditor fiscal federal Marcelo Silvestre Laurino, durante um curso gratuito oferecido no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em Araraquara. E a partir das práticas de ATER, a primeira OCS na região a receber a declaração foi o Grupo orgânico do assentamento Fortaleza, da região de Bocaina. A segunda organização foi o Grupo orgânico familiar Chico Bento, do assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, no ano de 2015. A terceira foi a OCS Orgânicos Bela Vista do Chibarro, em 2016. E a última, chamada de Orgânicos Monte Alegre, em 2017.

No total, auxiliamos 36 agricultores nos processos de inscrição, com orientação sobre a documentação necessária, esclarecimento de dúvidas sobre os tipos de certificação, tudo para que o produtor pudesse realizar uma escolha consciente.

Na universidade, em 2018, concluí o Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) da UNIARA, e entre 2018 e 2019, via parceria UNIARA e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), participei do Projeto de Extensão intitulado “Pesquisa, capacitação e desenvolvimento tecnológico em Agroecologia”, financiado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que me possibilitou

acompanhar e auxiliar na manutenção das Organizações de Controle Social (OCS) da região de Araraquara-SP.

Portanto, as atividades de pesquisa e de extensão junto aos mecanismos participativos se deram em diferentes momentos e já totalizam 10 anos. Tiveram início durante o período de ATER via terceirização dos serviços do INCRA, continuaram por meio do edital do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) formado no NUPEDOR e, posteriormente, com o edital SEAD/UFSCar. No ano de 2022, já durante o doutorado, ingressei na carreira de extensão rural na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). Atualmente, o acompanhamento das OCS na região continua por meio da atuação enquanto pesquisador e extensionista, embora o tema da pesquisa do doutorado passou a ser os SPG (Sistemas Participativos de Garantia), como será explicado à frente.

Como resultado da dissertação de mestrado, foi possível observar que os processos de produção estudados podem ser analisados como de transição do modelo convencional para o orgânico. Através da integração entre os participantes e suas trocas de conhecimentos, os agricultores buscaram soluções de conformidade orgânica pautadas nos princípios da agroecologia, de modo que as experiências analisadas se diferenciaram da certificação por auditoria por várias razões: 1) pela construção do próprio plano de manejo, ao invés do plano de manejo imposto pela auditoria; 2) devido à prática mais frequente de elaborar seus próprios insumos e não realizar uma mera substituição de insumos químicos sintéticos por orgânicos comprados de fora; 3) pelo fortalecimento da organização social e das trocas de experiências no processo de reuniões e vistorias participativas, ao invés do *checklist* realizado por auditoria externa; e 4) pela busca de um alimento com preço justo e comercialização em circuitos curtos, como as feiras, grupos de consumo e os programas de compras públicas, ao contrário do orgânico do grande varejo elitizado e não produzido localmente. Vale ressaltar que esses aspectos se apresentam como possibilidades nas experiências de certificação participativas, e não aconteceram em todas as organizações com a mesma intensidade e regularidade, pois elas mesmas são muito heterogêneas.

No campo das práticas agrícolas ocorreram transformações graduais nas unidades de produção, assim como as alterações nos discursos dos produtores, que compreenderam os conceitos da produção orgânica nas práticas de cultivo, como por exemplo, o uso correto de cobertura morta, implementação de quebra vento, adubação verde, adubação orgânica, formas alternativas de controle de pragas e doenças, diversificação da produção, preservação da vegetação nativa e preocupação com as anotações referentes ao Plano de Manejo Orgânico

(PMO). Outras melhorias no processo produtivo das unidades de produção foram em planejar o uso da área, praticar consórcios entre diferentes espécies, rotação de culturas e eliminação de insumos químicos sintéticos. A conscientização sobre a importância e aderência ao uso da fossa séptica biodigestora, discutida em um trabalho, recebeu menção honrosa durante o XI Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, como tema dos desafios do Saneamento Ambiental.

Existem grandes desafios a serem superados nos processos de produção, localizadas em áreas que foram degradadas antes de se tornarem assentamentos de reforma agrária, além da fragilidade dos agricultores orgânicos, visto que estão cercados por um mar de cana-de-açúcar e pela alta especulação da agricultura convencional. A continuidade no acompanhamento técnico dos grupos é um fator altamente comprometedor na manutenção e no desenvolvimento dos mesmos, uma vez que apontam dificuldades nos encaminhamentos da burocracia da organização como, por exemplo, manter atualizado o caderno de campo e as atas de reuniões, além da própria assistência na produção e na comercialização.

Para se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas pelas OCS, em 2021 o NUPEDOR somou à parceria entre SENAR e ITESP promovendo um treinamento em Agricultura Orgânica e Legislação. O processo se deu através de aulas de sensibilização com os temas sobre relações de confiança, cadastramento, conformidade, legislação de orgânicos, planejamento da produção, elaboração do plano de manejo e certificação. Os encontros foram quinzenais, contando com visitas aos produtores para verificar se as unidades estavam em conformidade com as normativas referentes à produção orgânica. E assim houve o cadastro de cinco unidades de produção no CNPO e formou-se a OCS POMAR (Produtores Orgânicos do Assentamento Monte Alegre).

No entanto, atualmente estão classificados como inativos, no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) que é gerido pela Comissão de Produção Orgânica (CPOrg), os grupos Fortaleza, Chico Bento e Monte Alegre, restando apenas a OCS Orgânicos Bela Vista. Esta, conta com apenas quatro produtores, sendo três beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e um proprietário, produtor de cogumelos. A OCS Orgânicos Bela Vista foi apoiada desde o início pelo NUPEDOR e sua criação ocorreu de forma concomitante com outra ação do grupo, a criação da Feira de Alimentos Orgânicos e Artesanais. Esta, foi a primeira feira orgânica da região de Araraquara, fundada pelo NUPEDOR em 2016, para que as produções das OCS pudessem ser comercializadas como orgânicas.

As dificuldades de formação e manutenção dos grupos das OCS são devidas, dentre outras razões, à falta de melhorias na organização interna e às afinidades e aptidões dos integrantes, aspectos que se somam à deficiência em assistência técnica e extensão rural, à ineficiência e burocratização do crédito rural específico para produção de base ecológica, bem como à diversificação e à construção de mercados para um escoamento com regularidade e escala da produção.

INTRODUÇÃO

Com o interesse em aprofundar os estudos sobre os mecanismos participativos de garantia, essa tese buscou conhecer melhor os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e quem participa dos SPG ativos no CNPO. Neste mecanismo participativo, há a necessidade de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) para acompanhar as conformidades da garantia da qualidade orgânica e, com isso, se equiparou ao auditado, possibilitando o uso do selo e ampliação da comercialização – diferente das OCS que permitem somente venda direta.

A mudança de objeto das OCS para os SPG partiu do interesse na verificação de melhores condições de permanência e construção de relações produção-consumo, dado que tal construção depende da perenidade das experiências. Porém, logo surgiram algumas hipóteses sobre os SPG: ficam somente empresários, grupos familiares altamente capitalizados? A regulamentação causa elitização? Por que raramente participam assentados, pequenos e médios produtores? As dificuldades das OCS se perpetuam nos SPG? Dessa forma, entender e apontar estratégias para potencializar a capacidade gerencial desses grupos menos privilegiados, faz-se necessário.

Um dos interesses em estudar a relação da produção e consumo de produtos orgânicos é entender quais os valores que os consumidores buscam no alimento. E dessa forma, apresentar como se resultou o aumento na produção e consumo de alimentos orgânicos no Brasil. Além disso, demonstrar como as organizações da agricultura familiar podem se fortalecer com base na agroecologia e com a aproximação de suas relações com os consumidores.

Levando em consideração a trajetória apresentada, fica claro que esta tese é fruto de desdobramentos profissionais e acadêmicos. No entanto, buscou-se um aprofundamento adequado ao doutorado, com a finalidade de contribuir com a análise e a criação de estratégias de desenvolvimento territorial, aliadas a um modelo de agricultura menos dependente de insumos externos, de melhor valor nutricional e socialmente inclusivo.

Essa tese atravessou um momento de emergência de saúde pública com importância internacional, a Pandemia de COVID-19, fato que obrigou adaptações metodológicas que garantissem distanciamento, qualidade e agilidade na coleta dados, sem prejuízo às informações obtidas.

A construção da pesquisa foi realizada considerando as inovações nas relações a partir da percepção e informações coletadas em três eixos: os gestores, os produtores e os consumidores. A tese está organizada com a presente introdução, seguida pelo Capítulo 1 -

agricultura ecológica, regulação e perspectivas. O Capítulo 2 com os SPG em destaque no Estado de São Paulo e a pesquisa com os gestores. O Capítulo 3, com reflexões sobre a possível inovação, diante da percepção dos produtores de orgânicos. E o Capítulo 4, que aborda reflexões sobre os resultados da pesquisa com consumidores de orgânicos. Ao final, a tese apresenta ainda as considerações finais.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta tese foi investigar os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), analisando suas potencialidades e desafios em fomentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos em diferentes territórios do Estado de São Paulo.

Os objetivos específicos foram:

(a) Identificar os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) vinculados aos respectivos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) atuantes no Estado de São Paulo e o número de certificados emitidos por essa modalidade;

(b) Investigar os motivos que levaram os agricultores a optarem pela certificação participativa e se ela contribuiu para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares, visando o aumento da renda e a construção de conhecimentos de base agroecológica;

(c) Mapear os principais meios de comercialização dos agricultores orgânicos vinculados aos SPG;

(d) Analisar se (e como) os diferentes SPG favoreceram a criação de redes e inovaram nas relações entre os produtores, consumidores de orgânicos, técnicos e instituições;

(e) Diagnosticar quais os valores que os consumidores buscam no alimento orgânico e se eles conhecem os mecanismos de garantia de qualidade orgânica.

HIPÓTESES DA PESQUISA

Levando em consideração estudos anteriores, encontrados durante a construção da revisão bibliográfica foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- O consumo de produtos orgânicos aumentou, e não foi exclusivamente devido à produção proveniente de produtores certificados por auditoria. O aumento do consumo de orgânicos ocorreu pela contribuição das certificações participativas que facilitaram o acesso aos produtos, oferecidos em feiras, cestas montadas diretamente por produtores e entregas em programas de compras institucionais como o PAA e o PNAE.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no período de 2019 a 2022 e consistiu em estudar os principais Sistemas Participativos de Garantia (SPG) atuantes no Estado de São Paulo, os agricultores ativos no Cadastrado Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e os consumidores de orgânicos. Para a coleta das informações, foram utilizados roteiros e questionários semiestruturados, registros fotográficos e em diário de campo (WHITAKER, 2002).

O universo amostral da pesquisa é representado pelas organizações de produtores responsáveis pela documentação necessária para inserção no CNPO. Sendo assim, podemos considerar os SPG e seus OPAC como os objetos da pesquisa, e os agricultores e consumidores como os sujeitos da pesquisa.

Para atingirmos os objetivos deste trabalho, foram considerados três eixos referenciais: o primeiro eixo relacionado aos gestores dos SPG encontrados no CNPO; o segundo eixo sobre questões relacionadas aos produtores de orgânicos; e o terceiro eixo correspondente às informações sobre os consumidores de orgânicos.

A pesquisa, de maneira geral, contou com uma metodologia interdisciplinar, buscando compreender as inter-relações dos fatores políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais que contribuíram para o aumento da produção e consumo de orgânicos.

Nesse contexto, visando identificar as potencialidades e desafios dos SPG, foi realizado um resgate histórico através de entrevistas com atores chaves do movimento ecológico brasileiro, chamados nesse trabalho de “Gestores”. Estes, participam e contribuem na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos e na criação dos modelos de certificação participativa. Além disso, a pesquisa foi complementada com revisão bibliográfica de outros trabalhos e análises documentais da legislação brasileira sobre o assunto.

Ao longo do trabalho, foram realizadas visitas, com aplicação de questionários e entrevistas com membros dos SPG e representantes dos OPAC, que operacionalizam os principais SPG, com a finalidade de entender como os agricultores organizados conseguem atestar a qualidade orgânica e gerar relações de mercado que vão além do auto interesse.

Quadro 1. Relação dos objetivos, metodologia e público.

Objetivos	Metodologia	Público
Analisar as potencialidades e desafios dos SPG	Questionário	Produtores
		Consumidores
	Entrevista	Gestores
		Produtores
		Consumidores
Identificar os SPG no Estado de São Paulo	Pesquisa documental	Organização de produtores
Identificar quais as motivações dos agricultores em optarem pela certificação participativa	Questionário	Produtores
	Entrevista	Gestores
		Produtores
Analisar se a regulamentação contribui para o fortalecimento das organizações familiares	Questionário	Produtores
		Consumidores
	Entrevista	Gestores
Produtores		
Identificar quais valores os consumidores buscam nos produtos orgânicos	Questionário	Consumidores
	Entrevista	Consumidores
Mapear os meios de comercialização	Questionário	Produtores
		Consumidores
	Entrevista	Gestores
		Produtores
		Consumidores
Analisar a inovação na relação produtor-consumidor	Questionário	Produtores
		Consumidores
	Entrevista	Gestores
		Produtores
		Consumidores

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação ao primeiro eixo, para identificar os protagonistas, houve um levantamento dos principais e mais expressivos atuais personagens que contribuem na disseminação dos SPG. Também foi considerado o nível de acessibilidade a essa pessoa, para assim enviar os convites para participarem da pesquisa com a contribuição, via entrevista em formato virtual. O primeiro convite foi enviado à referência da SPG Sul de Minas chamada de “Gestora 1” e a entrevista aconteceu na data de 18 de março de 2022. O segundo convite foi enviado à referência da SPG ANC e de imediato o “Gestor 2” aceitou a entrevista para o dia seguinte, que aconteceu em 9 de julho de 2022. Por fim, foi enviado o convite à referência da SPG ABD, que foi devidamente agendada com um prazo de uma semana, e a entrevista com o “Gestor 3” aconteceu no dia 29 de julho de 2022. Este, contribuiu com a indicação de dois produtores ligados à ABD e dois consumidores.

Quadro 2. Gestores que participaram das entrevistas, organização de referência e datas.

Eixo 1	SPG	Data
Gestor 1	Sul de Minas	18/03/2022
Gestor 2	ANC	09/07/2022
Gestor 3	ABD	29/07/2022

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Buscando atender o segundo eixo referencial, sobre questões relacionadas aos produtores de orgânicos, foi investigado sobre os motivos que levaram os agricultores a optarem pelos mecanismos participativos de garantia da qualidade orgânica, e foi avaliado se o mecanismo usado na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos contribui para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares, aumento da renda e construção de conhecimentos de base agroecológica. Para isso, foi elaborado um questionário composto por questões fechadas, constituído de três blocos: a) classe de produtor e motivação; b) grau de conhecimento dos produtores sobre os métodos de garantia da qualidade de orgânico e nível de participação ativa na organização; c) atribuição quanto ao incremento na renda. O tratamento dos dados foi realizado por meio de técnicas da estatística descritiva. E devido ao momento de Pandemia, março de 2022, o questionário foi disponibilizado por meio de aplicativos e redes sociais para os produtores de orgânicos, sendo os mesmos respondidos voluntariamente. A primeira etapa quantitativa do eixo 2 contou com 12 questionários respondidos. O questionário foi enviado em grupos específicos sobre produção de base ecológica, somando 196 participantes da ANC, 167 participantes do grupo Agroecologia Primavesi e 22 participantes do grupo Boas Práticas Agrícolas, além dos que compartilharam em outros grupos (mais de 385 questionários enviados).

Visando aprofundar e possibilitar uma melhor análise, ainda no eixo 2, foi elaborado um roteiro para as entrevistas, com questões abertas, tendo em vista abordar as seguintes questões:

- Investigar os motivos que levaram os agricultores a optarem pela certificação participativa. **(MOTIVAÇÃO)**

- Avaliar se o mecanismo usado na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos contribui para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares. **(FORTALECIMENTO)**

- Mapear os principais meios de comercialização da produção certificada de forma participativa. **(MAPEAR)**

- Analisar se, e como, os mecanismos de certificação participativa criaram redes e inovação nas relações entre os produtores, consumidores de orgânicos, técnicos e instituições.

(INOVAÇÃO)

- Diagnosticar quais os valores que os consumidores buscam no alimento certificado como orgânico e se eles conhecem os modelos de garantia de qualidade.

(CONHECIMENTO)

Para realizar as entrevistas com os produtores, houve pesquisa no CNPO, levantamento dos cadastrados mais próximos, busca do contato e acesso a esses protagonistas, além da visita à feira orgânica do Parque da Água Branca, em São Paulo. Ao todo, foram entrevistados seis produtores: um na unidade de produção, três no local de comercialização (feira) e dois por telefone, devido à distância.

Com o “Produtor 1”, encontrado via CNPO, o agendamento aconteceu via telefone. Inicialmente, houve a apresentação do Programa de Pós-Graduação e da tese de Doutorado, e o mesmo aceitou a participação. Agendamos a visita para a entrevista no dia 18 de abril de 2022, no município de Atibaia-SP. O “Produtor 1” tem 34 anos de idade, exerce a atividade em sociedade, possui arrendamento da área, não possui formação superior na área de Ciências Agrícolas, e afirma praticar agricultura orgânica há 6 anos.

No dia 19 de abril de 2022 houve a visita na feira orgânica do Parque da Água Branca, em São Paulo. Esta feira teve sua criação motivada pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO), que foi idealizada em 1977 e formalizada em 1989, contando com referências de extrema importância para o movimento Agroecológico no Brasil, como Lutzenberger, Manoel Baltasar, Ana Maria Primavesi, entre outros. A visita à feira proporcionou o encontro com diversos produtores e foi, portanto, possível selecionar quais poderiam participar da pesquisa, através da entrevista.

Ao caminhar pela feira, teve uma produtora que mais chamou a atenção, devido sua abordagem com os consumidores. Então, na primeira conversa, a “Produtora 2” fez uma síntese da criação da feira, que foi “promovida” pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Esta, no início de sua criação, tinha a função de auditoria, funcionando com uma certificadora, a AAOCert. Em seu caso específico, a segunda certificação foi via Ecocert, ambas por auditoria. E depois de 30 anos, atualmente, pela primeira vez, é certificada via SPG Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC).

O “Produtor 3” também foi entrevistado na feira da AAO. O que chamou a atenção nessa banca foram os cartazes evidenciando o mecanismo de certificação usado pelo produtor.

Os cartazes faziam referências a Organismos de Controle Social (OCS) e aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), portando o produtor faz uso de dois mecanismos de avaliação da conformidade orgânica.

Por fim, o último produtor entrevistado na feira da AAO, o “Produtor 4” também certificado via SPG, contribuiu para entender como acontecem as relações entre produtores e consumidores de orgânicos. Este, faz uso exclusivamente do mecanismo de certificação por SPG e afirma conhecer aproximadamente 75% dos consumidores que frequentam sua banca.

No dia 16 de março de 2023, houve a entrevista com o “Produtor 5”, recomendado pelo “Gestor 3”, certificado atualmente pela ABD já auditado via IBD. Este, afirma que, com sua formação em eletrotécnica e contabilidade, aprendeu tudo sobre Agricultura na prática.

No mesmo dia houve a entrevista com o “Produtor 6”, também recomendado pelo “Gestor 3”. Este, com histórico em reitoria acadêmica, atualmente compõe a OPAC do grupo que faz parte, e destaca que pratica, além da agricultura orgânica, agricultura biodinâmica e entende a propriedade como um organismo vivo.

Segundo Gaskell (2008), a entrevista auxilia na percepção do mundo social das pessoas, permitindo um entendimento da realidade do entrevistado. Essa compreensão possibilita o acesso a informações contextuais esclarecedoras de pontos específicos e inicialmente sem sentidos. Denzin e Lincoln (2006), definem que a pesquisa qualitativa traz a interpretação do mundo e das ideias dos autores que descreveram sobre o tema.

Quadro 3. Produtores que participaram das entrevistas, organização que fazem parte e datas.

Eixo 2	Certificação	Data
Produtor 1	ANC	18/04/2022
Produtora 2	ANC	19/04/2022
Produtor 3	ANC e OCS	19/04/2022
Produtor 4	ANC	19/04/2022
Produtor 5	ABD	16/03/2023
Produtor 6	ABD	16/03/2023

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O terceiro eixo, correspondente às informações sobre os consumidores de orgânicos, foi focado em analisar a hipótese de que a certificação participativa proporciona uma inovação na relação entre produtor e consumidor. Complementando com o diagnóstico de quais valores os consumidores buscam no alimento certificado como orgânico, foram explorados indicativos que revelam se os consumidores conhecem os mecanismos de garantia. Para isso, foi elaborada uma amostragem quantitativa composta por consumidores de orgânicos. O primeiro instrumento usado para a coleta dos dados foi um questionário, aplicado em março de 2022,

composto por questões fechadas, constituído de três blocos: a) perfil dos respondentes; b) grau de conhecimento dos respondentes sobre os produtos orgânicos; c) atribuição dada pelo respondente a cada um dos aspectos relacionados a sua decisão de consumir produtos orgânicos e a possível inovação nas relações. O tratamento dos dados foi realizado por meio de técnicas descritivas e contou com 62 questionários respondidos.

Ainda, referente ao eixo 3, para obter informações qualitativas, foi elaborada e aplicada uma entrevista com quatro consumidores, dois encontrados na feira da AAO e dois recomendados pelo “Gestor 3”. A “Consumidora 1” foi abordada durante a entrevista com a “Produtora 2” e a “Consumidora 2” foi recomendação da “Produtora 2”.

Em síntese, para atender ao segundo e terceiro eixos, a metodologia seguiu o planejamento em duas etapas. A primeira, com o levantamento de amostras quantitativas, usando a pesquisa do tipo *survey*, com uso do aplicativo *forms* e com questões fechadas. Por adotar uma amostra não probabilística, nesta etapa as inferências extraídas da amostra tiveram ressalvas, em função das limitações deste tipo de abordagem (VERGARA, 1998). E a segunda etapa, na qual as amostras foram qualitativas com aplicação de entrevistas abertas e descritivas, constituídas de quatro blocos.

Segundo Paranhos, et al.(2014), o método *survey*, usado na primeira etapa dos eixos 2 e 3, consiste na seleção da amostra, construção, aplicação de questionários e análise dos resultados. Para Babbie (2005), a pesquisa de *survey* se refere a um tipo particular de pesquisa social empírica, podendo incluir pesquisas de opinião pública, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, etc. Ou seja, a pesquisa de *survey* tem múltiplas finalidades.

Academicamente, a pesquisa de *survey* tem três principais funções: (1) exploração; (2) descrição; e (3) explicação. E ainda pode ser do tipo transversal ou longitudinal. Segundo Rouquayrol (1994) o tipo de pesquisa transversal permite avaliar os fatores e os efeitos em um mesmo momento histórico, e a longitudinal (ou horizontal) avaliam casos e controles, classificadas em retrospectivas e prospectivas.

Quadro 4. Principais funções da pesquisa *survey*.

Funções			Tipos	
Exploração	Descrição	Explicação	Transversais	Longitudinais
Indicado para explorar fenômenos/ objetos desconhecidos.	Adequado para descrever as características de fenômenos/ objeto. Serve como fonte de informações para outros estudos.	Ideal para testar hipóteses teoricamente orientadas.	Exemplo típico de pesquisa de <i>survey</i> . É mais barato e mais frequentemente utilizado não só na academia, mas também em pesquisas de mercado.	Tendência Coorte Painel

Fonte: Elaborado a partir de Babbie (2005).

O diário de campo foi usado nas atividades de reconhecimento das organizações e dos agroecossistemas, bem como nos locais de comercialização da produção. Esta técnica de pesquisa de campo possibilita captar registros de forma particular, mas sempre mantendo o enfoque teórico específico sobre os mecanismos de garantia da qualidade orgânica com a relação entre os produtores e com a natureza. Ao voltar das atividades de campo, as informações foram detalhadas de forma descritiva, considerando os objetivos da tese.

A pesquisa também contou com a foto documentação das unidades de produção e dos espaços de comercialização, com objetivo de buscar relação com demais informações.

Pesquisas bibliográficas, sistematização e análise de materiais já publicados sobre o tema, como livros, artigos científicos, políticas públicas e relatórios de avaliação governamentais e não governamentais, foram práticas constantes durante todo o desenvolvimento da tese.

CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA ECOLÓGICA, REGULAMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 Origens e desenvolvimento da agricultura

Os primeiros registros relativos às atividades agrícolas são do Norte da África e do Oeste Asiático, enquanto na Europa, as primeiras roças surgiram na região da Grécia, há aproximadamente 8,5 mil anos (EHLERS, 2008). Foi nesta época que as mulheres domesticaram ramos e sementes de alimentos coletados pelos homens, evento que justifica a representação da Deusa Ceres na agricultura. Esse avanço ofereceu alteração na situação de nômade, que vivia em busca de recursos. Ou seja, quando esses recursos se exauriam, havia a necessidade de mudança da moradia. Fato curioso, dado que a modernização conservadora da agricultura, no século XX, obriga as famílias a migrarem em busca de condições dignas de sobrevivência. Essa fase no histórico da agricultura é conhecida como a Primeira Revolução Agrícola.

A Europa, em meados do século XVIII e XIX, foi berço para a Segunda Revolução Agrícola, que foi alarmada pelas premonições do economista Thomas Malthus, e apontava o crescimento demográfico como um desafio para o modelo de agricultura. Nesta fase, ainda não se falava em produtividade, e o objetivo de conquistar incremento da produção foi atingido sem uso de alta tecnologia e mecanização. Foi por meio da expansão de áreas

agrícolas e manejo, como rotação de culturas, diversificação de sementes e interação lavoura-pecuária, que este objetivo foi atingido.

Na passagem para o século XX, a comunidade agrícola foi iludida perante o otimismo das teorias de Justus von Liebig, que introduziu a prática da adubação química sintética na agricultura. Nem mesmo as descobertas de Pasteur e Julius Hensel no campo da microbiologia, que comprovaram a importância dos microrganismos na formação dos solos, abalavam a insaciável ambição de incremento na produtividade. O reflexo desse momento na contextualização da agricultura é conhecido como a Revolução Verde, alvo de muitas críticas, que por meio de pacotes, alta tecnologia, mecanização e crédito, avançaram no incremento de produtividade. Fato marcante desse período é a origem do termo “Agronegócio”, pois a cultura agrícola se tornou dependente de insumos externos à propriedade e região. O uso indiscriminado de insumos sintéticos e solúveis causou eutrofização de lençóis freáticos, perda de biodiversidade genética e elevado consumo de água. Único legado positivo possível de ser pontuado foi o melhoramento na capacidade gerencial e planejamento da unidade de produção.

Na década de 1980, a história da agricultura foi marcada pelo desenvolvimento dos transgênicos, que desencadeou no uso de biotecnologia, monopólio de sementes e plantas, desenvolvendo resistência a defensivos e alto padrão de consumo da humanidade. No Brasil, em 2005, houve a necessidade de implementar a Lei de Biossegurança, a fim de regulamentar o uso e liberação de Organismos Geneticamente Modificado (OGM).

Atualmente, a agricultura vive o momento chamado de Era Digital, marcada pela Tecnologia da Informação no Agronegócio, ou fazendo relação à Indústria, a Agricultura 4.0 que é marcada pelo espaço cibernético e conectividade entre diversos equipamentos. A moderna Agricultura de Precisão é fruto da interação de práticas agrícolas, tecnologia e capital, provocando acentuação na desigualdade das classes rurais.

Desde a origem da Agricultura, esta atividade humana implicou na simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo, substituindo a diversidade natural por um número reduzido de plantas cultivadas e animais domesticados (ALTIERI, 2012). Brandenburg (2009), entende que a atividade agrícola se desenvolve em um ambiente que é continuamente reconstruído a partir do manejo dos recursos naturais. Do ponto de vista econômico, representa um grande potencial, embora seja um setor que se desenvolve na disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar (MARQUES et al., 2011). Vários autores têm registrado avanços significativos em relação à redefinição e compreensão

das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social (SCHNEIDER et al., 2017).

A globalização da economia gerou afastamento entre as relações de produção e consumo. Se por um lado, a indústria e a agricultura se especializaram para produzir em grande escala, por outro, o consumidor, cheio de tarefas cotidianas, perdeu a ligação com o processo produtivo dos seus alimentos. Essa distância aumentou as incertezas a respeito da qualidade dos produtos alimentícios, e quando não há controle sobre estes atributos, pode haver interferências diretas na saúde da população, como é o caso de diversas doenças e contaminações que são notificadas pelos meios de comunicação.

O Brasil, país historicamente produtor e exportador de produtos agrícolas desde o período colonial, tem sofrido impacto em seus recursos florísticos, edáficos e hídricos. A começar pela Mata Atlântica, da qual resta hoje menos de 7% dos recursos, devido ao processo que se interiorizou a partir da década de 1950/1960 com a ocupação do Cerrado, cujo remanescente está hoje reduzido a 20%, e com a expansão da fronteira agrícola para a região amazônica, onde já foram erradicadas 20% das florestas (COSTA, 2017). Se em um primeiro momento a devastação podia ser creditada ao desconhecimento e à ignorância, no presente há pleno conhecimento dos processos que causam os impactos negativos, em larga escala como consequência do padrão de consumo adotado pela humanidade. No caso da agricultura, este processo deve-se a uma orientação tecnológica e produtiva, que ignora a dimensão ecológica de tal atividade antrópica.

A disseminação da agricultura no Brasil foi fomentada por grupos econômicos com interesses diretos no consumo do petróleo, insumos químicos e da mecanização pesada. Tal estratégia contemplou um maior intercâmbio técnico-científico entre as universidades americanas e instituições de pesquisas nacionais, com a formação de quadros técnicos nos EUA, a reformulação da grade curricular da agronomia para atender aos interesses do novo padrão, a adequação da estrutura laboratorial, e o escopo das pesquisas científicas nacionais em curso nas universidades e instituições de pesquisa (COSTA, 2017).

A fome, um dos problemas que a revolução verde se propunha a resolver, se ampliou, chegando a afligir mais de um quarto de nossa população. Esta é uma evidência de que a fome não é consequência da produção de alimentos, mas da distribuição de renda desigual e da adoção de um modelo de desenvolvimento rural focado na agricultura convencional.

Considerando que a agroecologia é por um lado “o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas, que têm necessidade de ocorrer no futuro, a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2000, p. 52).

Assim a agroecologia, por dispor de base tecnocientífica compatível com a agricultura familiar, é a principal possibilidade de sustentabilidade e desenvolvimento para o meio rural. Contudo, é necessário reconhecer os desafios da transição de um modelo para outro, que envolve a dimensão econômica, tecnológica, social e cultural.

Dada essa realidade, há extrema necessidade de valorizar e fortalecer o acesso a mercados diferenciados, para os produtores que permaneceram no campo, fazendo uso de práticas ecológicas, proporcionando a sustentabilidade e o desenvolvimento rural, além da produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

1.2 Os movimentos de base ecológica

Paralelo ao desenvolvimento do agronegócio, as práticas agrícolas de bases ecológicas, contrapondo o uso excessivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, tiveram início em meados de 1920, disseminadas pelas escolas de agricultura ecológica pelo mundo inteiro. Na Alemanha, em 1924, o filósofo Rudolf Steiner destacava a presença de bovinos como um dos elementos centrais para o equilíbrio do sistema. A escola biodinâmica foi a primeira a estabelecer um sistema de produção e pesquisa no Brasil, com posterior desenvolvimento da certificação para seus produtos, pioneiramente em Botucatu, na fazenda Estância Demétria (KHATOUNIAN, 2001).

Costa e Campanhola (1997), apontam que a agricultura biodinâmica difere das demais correntes devido à utilização dos preparados dinamizados segundo os princípios da homeopatia, os quais são aplicados no solo, nas plantas e nas compostagens. Além dessa característica técnica, a agricultura biodinâmica fundamenta-se na ciência espiritual antroposófica, considerando o calendário lunar e localização dos astros (CAMPANHOLA, VALARINI, 2001).

Na década de 1940, o agrônomo inglês Sir Albert Howard se apropriou das técnicas de compostagem, fomentou o movimento da agricultura orgânica e realizou na Índia estudos sobre o papel dos microrganismos no solo. No Japão, a Agricultura Natural surgiu focada na utilização de EM (Microrganismos Eficientes). E na França, o movimento da Agricultura

Biológica buscou melhorias no equilíbrio com o meio ambiente e na qualidade dos produtos colhidos (KHATOUNIAN, 2001).

Entre as décadas de 1970 e 1980, após a crise do petróleo, principalmente nos EUA, com os movimentos de contracultura e a conscientização da gravidade dos problemas ambientais, houve o fortalecimento de um modelo chamado de Agricultura Alternativa (KHATOUNIAN, 2001). Schumacher (1977) comenta que essa agricultura alternativa é entendida como uma agricultura adaptada e inserida no contexto de revalorização da pequena propriedade familiar.

A partir de 1990, toma força na América Latina o movimento que se denominaria de Agroecologia, procurando atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos produtores, além dos movimentos sociais, destacando-se os Professores Adilson Paschoal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)/Piracicaba, o chileno Miguel Altieri, e a austríaca Ana Maria Primavesi. Campanhola e Valarini (2001), afirmam que a Agroecologia vai além das outras correntes, pois considera que as lavouras são ecossistemas nos quais ocorrem intensos processos de interações, inclusive com o homem, cujas ações estão pautadas na sua cultura, hábitos e tradições. Na verdade, a agroecologia é uma ciência que estuda as diversas vertentes da agricultura de base ecológica.

Nesse mesmo período, foi desenvolvido na Austrália o movimento da Permacultura, aplicando a ideia da criação de agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos ecossistemas naturais, movimento esse que prioriza as culturas perenes como elemento central da sua proposta (KHATOUNIAN, 2001). A Permacultura também se diferencia das demais modalidades de agricultura de base ecológica, pois consiste na produção agropecuária de modo mais integrado com o ambiente natural, imitando a composição espacial das plantas encontradas nas matas e florestas naturais (CAMPANHOLA, VALARINI, 2001). Ressalta-se que essas denominações dadas a os movimentos ligados à agricultura surgiram a partir da observação de estudiosos sobre sistemas de produções já praticados por determinados povos. Portanto, pesquisadores se apropriaram dos conhecimentos e costumes destes locais, dando nome e caráter científico a essas práticas agrícolas. Ainda existem diversas designações de base ecológica, como agricultura regenerativa, sintrópica, organomineral, entre outras, que são variantes das principais, ou denominações de uso muito restrito.

A Organização das Nações Unidas (ONU), convencida de que o modelo de agricultura convencional se tornou a maior fonte de poluição difusa pelo planeta, buscou

emplacar o conceito de agricultura sustentável, como tentativa de conciliar as expectativas sociais de alimento e meio ambiente com os interesses das corporações (KHATOUNIAN, 2001).

Em 1972, com o desenvolvimento dos movimentos sociais, da emergência dos eventos de cunho ecológico na sociedade, e do mercado para seus produtos, foi criada a Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica (IFOAM), que passou a estabelecer normas de produção e implementou um sistema de certificação, visando a garantia da qualidade dos produtos orgânicos para os seus consumidores (IFOAM, 2019). Tais normas, além de proibirem os agrotóxicos, restringem a utilização dos adubos solúveis, e incluem ações de conservação dos recursos naturais, além de práticas relacionadas ao bem-estar animal e aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade. Após esse marco institucional, houve o reconhecimento da agricultura ecológica no âmbito internacional e, assim, as instituições políticas e sociais passaram a estimular e regulamentar a produção (BRANDENBURG, 2002).

A partir da criação da IFOAM, as diversas escolas de agricultura ecológica foram coletivamente chamadas de agricultura orgânica, e sua definição ficou claramente expressa em normas (KHATOUNIAN, 2001). Fornazier e Pedrozo (2010) discutem que, apesar das variações de sistemas de cultivos, o produto final apresenta características semelhantes, pois em todos os sistemas é proibido o uso de agrotóxico. Contudo, o crescimento do mercado orgânico, juntamente com a necessidade de proteção do consumidor, levaram muitos países a criar legislações específicas.

A agricultura orgânica, além de prever o uso de práticas agrícolas menos impactantes ao meio ambiente, visa à produção de alimentos mais saudáveis, indo ao encontro dos três pilares do desenvolvimento de sociedades sustentáveis (econômico, social e ambiental). Mais do que um sistema de produção de alimentos, o movimento orgânico se caracteriza como uma filosofia de vida, que vem ganhando muitos adeptos nos últimos anos.

Ehlers (1999) conceituou estes movimentos como “rebeldes”, em seu livro “Agricultura sustentável – origens e perspectivas de um novo paradigma”, apontando como formas de resistência à padronização da agricultura convencional em diversos locais diferentes do mundo.

Brandenburg (2009) entende que o movimento ecológico poderia ser interpretado como um movimento cultural, pois estaria contribuindo com a construção de um paradigma de conhecimento, em contraposição ao paradigma hegemônico da modernização agrícola, o

que restabelece relações de convivência com a natureza (ao invés de substituí-la por processos industriais) e reconstitui estilos de vida diferenciados.

1.3 Regulamentação da produção e comercialização de orgânicos

Produtos orgânicos são produzidos em mais de 180 países, mas apenas 87 deles possuem regulamentação própria. Eles estão presentes em 1,4% das terras agricultáveis do planeta, algo em torno de 69,8 milhões de hectares, distribuídos por mais de 2,7 milhões de produtores orgânicos (IFOAM, 2019). Considerando estes números, Liu (2019) aponta que o mercado de produtos orgânicos é território fértil para inovação e novos empreendimentos. Ainda que a produção orgânica apresente uma tendência crescente, é escassa a produção científica que faça uma caracterização dos mecanismos de controle de qualidade orgânica e o modo de organização dos produtores que adotaram esse sistema de produção e comercialização.

Apesar desse crescimento exponencial, não se pode desconsiderar que o Brasil possui um dos mercados “menos restritivos” quanto ao uso de insumos químicos produzidos de forma sintética (BOMBARDI, 2017). Ainda, permanece como principal país em todo o mundo na utilização destes insumos na agricultura, alcançando a marca de 7,3 litros por habitante (CARNEIRO, 2015). Além disso, tanto o sistema produtivo quanto a comercialização de produtos orgânicos, enfrentam diversos desafios, tais como: pouco destaque pela mídia sobre os perigos dos insumos sintéticos de alta solubilidade; monopólio das indústrias químicas; falta de assistência técnica e crédito rural no período de transição do convencional para o orgânico; gastos energéticos com transporte e embalagens (TUBALDINI, 2002); processos de certificações custosos e excessivamente burocráticos; e pouca ênfase oferecida aos sistemas agroecológicos na formação de técnicos e agrônomos¹ (DIAS, 2016).

Além disso, a certificação é considerada um gargalo da produção orgânica, muitas vezes apresentando-se como um processo oneroso, burocrático, de alta complexidade técnica e que pouco considera as práticas locais e os critérios sociais (OTTA, 2016). Desta forma, considera-se que a certificação pode fazer parte de um processo democrático de desenvolvimento agrícola sustentável, no qual os produtores, principais personagens nesta empreitada, não deixem de ser os sujeitos. Em um primeiro momento, a necessidade da certificação foi questionada e, com o passar do tempo e o crescimento do mercado orgânico,

¹Brandenburg (2002) afirma que o perfil institucional do agrônomo, de modo geral, é do tipo convencional. Os “profissionais alternativos” não obtêm sua formação nas escolas, mas por sua iniciativa a partir de grupos informais de estudantes, buscam formação complementar nas experiências de grupos de agricultores, associações ou organizações não governamentais.

passou-se a questionar a adequação do modelo de certificação por auditoria exigida pelos países importadores, alegando que era excludente para as condições da agricultura familiar (LAURINO; DIAS, 2020).

A regulamentação da produção e comercialização orgânica no Brasil decorreu de uma longa história com a sociedade, buscando respeitar os interesses dos diferentes setores relacionados ao assunto. Permanentemente, houve o interesse econômico das empresas certificadoras e dos grandes produtores, que almejavam acessar as grandes redes varejistas e o mercado internacional (CAMARGO, 2015). Por outro lado, haviam as organizações de produtores familiares, que tentavam garantir o direito de vender a sua produção orgânica de maneira direta e nos mercados institucionais, sem a necessidade de pagar os altos custos da certificação. Esse processo de discussão foi marcado também pela forte atuação dos movimentos sociais, e em consequência, a legislação brasileira de orgânicos teve a sua formulação influenciada por vários princípios da agroecologia (ABREU et al., 2012).

No final da década de 1980, no Sul do país, já haviam organizações que produziam e comercializavam orgânicos à crédito de confiança. Como exemplo, destaca-se a Cooperativa Ecológica Coolmeia, do Rio Grande do Sul. Em meados dos anos 1990, quando a certificação já se revelava um impasse, as organizações agroecológicas começaram a se articular para construir modelos alternativos de controle. Em 1996, surgiram as primeiras discussões que levaram, dois anos depois, à criação da Rede Ecovida de Certificação Participativa (NIERDELE et al., 2021).

Outro fator fundamental para a regulamentação da produção e reconhecimento da certificação participativa foi o ingresso de uma coalizão política no Governo Federal, em 2003. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou uma janela de oportunidade para os movimentos agroecológicos resistirem às pressões regulamentares, e consequentemente adentrarem aos espaços de produção das instituições, buscando a aprovação de normas e procedimentos da produção orgânica. A proliferação destes espaços de participação social facilitou a articulação entre as organizações do movimento agroecológico e, a partir disso, contribuiu para que elas se tornassem atores “incumbentes” neste cenário (FLIGSTEIN, MCADAM, 2012). Ou seja, estas organizações, antes locais e periféricas, que somente reagiam às pressões do campo, tornaram-se parte de um movimento e passaram a participar ativamente da produção de normas e regras.

A Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil, foi instituída em 2003. O conceito de sistema orgânico de produção adotado nessa lei é bastante amplo,

abarcando diferentes tipos de sistemas alternativos – ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros – desde que atendam aos princípios gerais estabelecidos em seu art. 1º (BRASIL, 2003).

“Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.”

Nierdele (2014), acompanhando a inserção de produtores de base ecológica no mercado de orgânicos, considera que a generalidade da lei (a qual não fez mais do que definir de maneira bastante abrangente o que é um sistema de produção orgânico) deixou margem para múltiplas interpretações e, na prática, não teve nenhum efeito do ponto de vista da estruturação do mercado.

Embora a lei tenha sido criada em 2003, a sua regulamentação ocorreu apenas em 27 de dezembro de 2007, com o decreto nº 6.323. Este, aponta como base do processo produtivo, os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. A longa duração entre a promulgação da lei e a regulamentação dos processos de certificação causaram diversos desentendimentos.

Posteriormente, a IN 19/2009, instrumento mais detalhado de regulamentação dos sistemas de garantia, tratou especialmente dos mecanismos de controle da qualidade e informações sobre os produtos orgânicos, oficializando três mecanismos de garantia (BRASIL, 2009): as Certificadoras por Auditoria, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) via cadastro dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) e as Organizações de Controle Social (OCS). Portanto, desde então, todo produtor que almeja a comercialização da produção como orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, via algum dos mecanismos de controle, os quais possuem o objetivo comum de classificar e padronizar as atividades agrícolas utilizadas na produção orgânica (PINHEIRO, 2012). Todos os procedimentos foram baseados nas normas de garantia da

Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica² (IFOAM, 1998) e para as certificadoras também é exigido o padrão internacional ISO 65 (ABNT, 1997).

Diversos pesquisadores apontam que os mecanismos de controle de qualidade orgânica se resumem em dois, sendo o primeiro por auditoria ofertado por empresas independentes cadastradas no MAPA (mais custosos financeiramente para o agricultor e também conhecido como certificação por terceira parte); e o segundo mecanismo, o participativo, que por sua vez se divide em dois: um gratuito que exige grande participação e organização do agricultor, seguindo metodologias definidas pelo grupo e aprovado pelo MAPA (conhecido por OCS); e o outro que equiparou o participativo ao auditado, sendo o SPG que exige a formação de uma comissão, Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que acompanhe as conformidades da garantia da qualidade orgânica.

Hirata (2021), comparando um OPAC à auditoria, o relaciona com o departamento de certificação, que possui personalidade jurídica e é responsável por todas as atividades envolvidas na certificação. Estas, são previstas em seus documentos constitutivos (estatuto, regimento e procedimentos operacionais). Com isso, há o dilema pelo custo da auditada, mas que exige menos tempo. Já a participativa, gratuita ou menos custosa financeiramente, exige muito tempo. Outra contradição está na permissão do uso do selo de produto orgânico ofertado pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), administrado no MAPA, que permite o uso aos produtos auditados e certificados via SPG, excluindo o uso aos produtores organizados via OCS.

Por meio da Instrução Normativa nº19 (BRASIL, 2009), o Brasil foi pioneiro ao reconhecer os SPG de produtos orgânicos de forma equivalente à certificação por auditoria. Este fato foi inovador em relação às normativas internacionais vigentes, pois, pela primeira vez, um país permitiu oficialmente uma modalidade de SPG a comercialização em todo território nacional de seus produtos, e não apenas em circuitos curtos de comercialização. Esta demanda foi acolhida em virtude da capacidade de mobilização do movimento agroecológico, mas também da concepção compartilhada no campo organizacional de que cada tipo de certificação ocuparia espaços específicos de mercado, sem comprometer os interesses dos diferentes atores envolvidos. Enquanto a auditoria estaria voltada às exigências do grande varejo e da exportação, a certificação participativa seria direcionada à demanda dos circuitos curtos e localizados.

² A IFOAM define agricultura orgânica como um sistema baseado em um conjunto de processos, resultando em um ecossistema sustentável, alimento seguro, boa nutrição, bem-estar animal e justiça social (IFOAM, 2002).

Meirelles (2020), dá uma boa contribuição para o entendimento do que é o SPG, como ele se configura nas redes pré-existentes e nas redes constituídas para atuar com a certificação participativa.

Os SPGs são criadores ou criaturas de uma dinâmica social que pretende fomentar a produção e o consumo de produtos ecológicos. Comporta-se como criatura quando essa dinâmica está instalada em determinado território e sente-se a falta de um mecanismo que possa conferir legitimidade ao uso da palavra ecológico ou orgânico para essa produção [...] OsSPGs comportam-se como criadores dessa dinâmica quando o trabalho de estímulo à criação de uma Rede de produção e consumo de produtos ecológicos em determinado espaço geográfico está por começar, a partir de poucas experiências existentes. Para alguns, a metodologia dos SPGs, com suas reuniões, estímulo a trocas de experiências e conhecimentos, visitas mútuas às propriedades e necessidade de atualização constante sobre as normativas orgânicas é uma excelente maneira de estimular a conformação dessa Rede territorial (MEIRELLES, 2020, p.62).

A equiparação foi condicionada à formalização dos OPAC, ao controle dos procedimentos através do plano de manejo, à criação da comissão de verificação e à definição de roteiros de visita para execução do controle, mas não foram definidos os parâmetros necessários para determinar como isto deveria ser feito, por isso pode ser considerado um mecanismo democrático, flexível com relação às condutas ou procedimentos de certificação. Isso é visto como algo positivo por conta da perspectiva de inclusão do pequeno produtor no mercado de orgânicos, possibilitando geração de renda, conservação da biodiversidade, melhoria da qualidade de vida no meio rural e agregação de valor aos produtos. Nesse sentido, ainda podemos aproveitar e fazer a seguinte reflexão: em municípios e regiões pouco habitadas, com mercados consumidores limitados, essa perspectiva é muito importante para possibilitar aos produtores o ganho de mercados maiores, o que conseqüentemente, os faz crescer.

Em 2012, no contexto da luta pela Agroecologia, os movimentos sociais conquistaram o decreto 7.794, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de adequar as políticas públicas e ações em prol da transição da produção convencional para a orgânica. Em 2013, entrou em vigor a Portaria 990, que apresentava o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal, com lista dos produtos permitidos. Por fim, em maio de 2015, saiu a Instrução Normativa (IN) que criou as comissões de produção orgânica (CPOrg), reunindo entidades governamentais e não governamentais, atuando no fomento da produção orgânica.

Dessa forma, a partir da experiência brasileira, diversos países modificaram sua legislação e reconheceram formas de controle social como alternativas à certificação de terceira parte sobre o tema (CAMARGO, 2015). Chile, Costa Rica, México, França, Nova Zelândia e Estados Unidos da América são países que merecem destaque quanto às

experiências com os SPG, no entanto, nem todos possuem permissões oficiais (TORREMOCHA, 2011).

É interessante destacar que as iniciativas das certificações participativas de todos os continentes, em sua maioria, “tentaram” se opor à certificação por auditoria devido aos altos custos e à “burocracia”, que no mundo todo criam barreiras à inclusão dos pequenos produtores nos mercados de bens de crença³, como é o caso dos orgânicos.

O termo “burocracia”, nesse caso, compara a metodologia usada na certificação por auditoria com a participativa, que de certa forma para o produtor pode até ser menor na auditoria, pois quem faz toda a organização da documentação é a empresa. O agricultor paga, fornece as informações e fica com uma parte menor da responsabilidade. O problema é que os altos custos e as normas técnicas complexas tornam o mecanismo de certificação por auditoria mais excludentes. Além disso, esse mecanismo por auditoria obriga os produtores a se moldarem em um padrão de normas, onde muitos não dispõem de recursos (financeiros, materiais e conhecimentos). Já no caso da certificação participativa, todo o trabalho de organização da documentação, desenvolvimento da metodologia e acompanhamento da produção, é assumida pela organização dos produtores, por isso é muito mais inclusiva e parte da realidade local, da prática agrícola e do plano de manejo que os próprios produtores formulam e que, portanto, é possível a eles. Resumindo, o plano de manejo da certificação participativa pode ser uma construção endógena, enquanto as normas técnicas da auditoria são exógenas e impositivas, vêm de fora para dentro, ou de cima para baixo.

Medaets et al.(2020), avaliando a transição para a sustentabilidade em sistemas agroalimentares, constatou que a certificação participativa foi construída e disseminada por organizações do movimento agroecológico para se contrapor à exclusão dos produtores familiares decorrente dos custos da auditoria de terceira parte, sobretudo quando esta é realizada por empresas privadas. Outro argumento é a contraposição à perspectiva excessivamente técnico-produtiva da certificação por auditoria, a qual desconsideraria os fatores culturais implicados na transição agroecológica, em particular os processos de aprendizagem social necessários não são apenas ao manejo ecológico dos agroecossistemas, mas, principalmente, à inserção dos produtores nos mercados (RADOMSKY, 2015; NIERDELE, WESZ JUNIOR, 2018).

³ Mercados de bens de crença é aquele mercado, que mesmo certificado, o consumidor não consegue distinguir se o produto possui os atributos desejados. Nesse caso, o fortalecimento da confiança estimula a comprovação, além da rastreabilidade do produto ao longo do sistema produtivo (SOUZA, 2000).

Os movimentos sociais estiveram presentes durante a regulamentação da produção e comercialização de orgânicos e equiparação do SPG à auditoria. Alguns movimentos mais organizados se desenvolveram rapidamente aliando a certificação às políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como o é o caso da rede Ecovida.

Brandenburg (2015) aponta que a participação dos movimentos sociais contribuiu de forma efetiva para construção de alternativas para os pequenos produtores, e a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em conjunto com ONGs, foi fundamental para formação de redes no Sul do país. Para Nierdele (2021), que acompanhou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ficou evidente que a construção da certificação e equiparação respondia, antes de tudo, aos interesses comerciais das suas cooperativas. Mas é interessante notar que toda a produção de arroz orgânico (principal produto comercializado pelo MST no Rio Grande do Sul (RS)) sempre foi certificada por auditoria de terceira parte.

Os SPG são caracterizados pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. São definidos como organismos através dos quais se dá, de forma participativa, a avaliação do grau de aplicação de uma norma e, portanto, a garantia de seu cumprimento. Para ter existência legal, um SPG deve possuir um OPAC cadastrado no MAPA, que responderá pela emissão do selo (TORREMOCHA, 2011). Na composição dessas redes, o OPAC funciona como uma comissão que se responsabiliza pela interlocução formal com os órgãos fiscalizadores no que diz respeito às ações relacionadas à certificação participativa (HIRATA, 2020).

Dessa maneira, se constitui como alternativa direta à certificação por auditoria, nas quais ambas as formas são consideradas Organismos de Avaliação da Conformidade (OACs). A principal diferença está no fato de que o controle da qualidade e as informações sobre os produtos orgânicos ocorrem de maneira participativa em um OPAC, e seus membros são corresponsáveis pela garantia. Em ambos os casos, os produtos avaliados podem exibir o selo oficial de orgânico e serem comercializados em todo território nacional.

Pode-se dizer que um SPG tem o potencial de funcionar como uma espécie de rede de várias OCS, formando um grupo local de produtores. Por esta razão, uma hipótese é que uma OCS é um SPG em potencial, à medida em que passa a se articular com outros grupos de produtores e/ou consumidores. Nos sistemas participativos e de controle social, é importante haver um elo forte entre os que estão produzindo e os que estão comprando, de forma que todos os atores (produtores, consumidores e técnicos) possam participar do processo de

garantia da qualidade orgânica. Muito embora a participação dos técnicos e consumidores não seja obrigatória, e sim apenas recomendada. É de extrema importância a inclusão de consumidores e técnicos para aperfeiçoar os mecanismos que, se forem bem desenvolvidos, podem ser mais efetivos do que a certificação por auditoria.

Embora que ao não se submeter a uma auditoria por terceira parte independente, o risco de comportamento oportunista pode aumentar. A história mostra que sempre existiu uma diversidade de mecanismos para avaliar a qualidade do produto, principalmente quando há aproximação entre produtores e consumidores, por meio de relações de confiança, controle social e circuitos curtos de comercialização. E ainda vale ressaltar que existem experiências da mesma natureza que os SPG, em outras áreas além da agricultura, como saúde, educação e construção civil (THOMSON, 2015).

Fornazier (2010), pesquisando sobre a confiança entre produtores na garantia do atributo ecológico de sua produção, constatou que o SPG é considerado um mecanismo importante, pois evita ter uma empresa especializada para controlar a qualidade dos produtos, além de uma empresa especializada causar aumento nos custos. Perez (2012) confirma que a metodologia de encontros, debates e tomadas de decisões com a participação de produtores, consumidores e técnicos, garantem um perfil metodológico centrado na horizontalidade. Hirata (2021) cita que os SPG são formados com base nas relações de confiança, nas redes sociais e na troca de conhecimentos.

Santos (2007), avaliando a experiência da rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil, entende que o processo participativo de certificação se justifica pela incompatibilidade que o outro modelo (por auditoria) possui frente à agroecologia desenvolvida no país e na América Latina. Se requisitos como: o respeito às culturas locais, a manutenção e ampliação da biodiversidade e o acesso amplo aos produtos de qualidade a preços justos aos produtores e consumidores fazem parte da proposta, o processo de certificação adotado deve contribuir e não dificultar o alcance destes objetivos.

Na América Latina, os sistemas participativos surgiram em meio ao debate da rede de gestores públicos, aos movimentos sociais, à sociedade civil, e à atuação de empresas certificadoras (nacionais e internacionais), como estratégias de organizações de produtores e grupos de consumidores para viabilizar a comercialização de seus produtos em rede. Com o desenvolvimento da agroecologia (enquanto pauta dos movimentos sociais), da emergência dos eventos, do aprofundamento do interesse por questões ecológicas na sociedade e do crescimento dos mercados, as instituições políticas e sociais passaram a reconhecer a

agroecologia como um movimento alternativo, além de estimular e regulamentar a sua produção (BRANDENBURG, 2002).

Nos últimos anos, os SPG vêm sendo recomendados pela IFOAM, UNEP (United Nations Environmental Program) e UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) como políticas eficientes e confiáveis para o aumento da oferta de produtos orgânicos, assim como para o fortalecimento da população rural frente aos desafios que a modernização da agricultura trouxe a esta parcela da sociedade (IFOAM, 2011).

Pesquisas apontam que essas iniciativas desenvolvem os seus próprios mecanismos de avaliação da qualidade a partir da realidade em que estão inseridas e dos recursos disponíveis para tal. Assim, a Certified Naturally Grown, dos EUA, por exemplo, desenvolveu um mecanismo com base no uso da internet para monitorar, acompanhar, relatar e tomar decisões acerca da certificação, garantindo transparência ao processo para os produtores e consumidores. Contudo, isso só foi possível graças ao acesso à infraestrutura que tais produtores possuem (nesse setor da comunicação) e que nos EUA é bem mais avançada frente aos países em desenvolvimento. Já a Keystone Foundation, da Índia, funciona a partir do trabalho de uma ONG (do mesmo nome que atua em parceria com comunidades tradicionais em áreas de conservação ambiental), desenvolvendo mecanismos de avaliação e de monitoramento, conforme o trabalho destas pessoas de coleta de produtos florestais.

Em outras palavras, não é a visão centrada no indivíduo ou na estrutura isoladamente, mas a ampliação desta visão para a relação entre indivíduos que são agentes inseridos em dada estrutura social organizada por instituições. Para Field (2008), estabelecendo e mantendo conexões, as pessoas conseguem trabalhar juntas para alcançar objetivos que não conseguiriam sozinhas ou que exigiria muito tempo e esforço. Essas redes interpessoais ajudam na conquista por emprego, escola e indicação de médico, ou seja, acessar informações e serviços adaptados aos valores específicos de um grupo. Neste sentido, como “coração do conceito” estão os membros da rede e os valores.

Torremocha (2011) defende que os SPG devem ser idealizados como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento local da Agricultura Familiar de base ecológica. A temática da trajetória da agricultura de base ecológica tem sido estudada por diversos autores. No Brasil, Brandenburg (2002) identificou três importantes fases: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; e iii) a institucionalização da agricultura de base ecológica.

Caldas (2013), estudando e comparando o funcionamento de alguns SPG nacionais e internacionais, relata que o sucesso deste mecanismo de certificação está condicionado à consolidação de capital social (confiança e participação), onde estejam bem estabelecidas estruturas de confiança e reciprocidade entre os membros da organização. Bourdieu (1986) define capital social como um conjunto de relações sociais que tem por base interesse em comum e que pode ser mobilizado em benefício às pessoas, comunidades ou grupos de interesse. Nesse caso, o conceito de capital social é entendido enquanto um recurso utilizado para o fortalecimento das relações interpessoais e interinstitucionais que os agentes sociais possuem e que podem ser mobilizados para se atingir objetivos comuns. Sendo assim, o destaque é para as relações entre os indivíduos inseridos em determinada estrutura social organizada. No entanto, vale ressaltar que Bourdieu entende as relações sociais como dinâmicas e que, portanto, os interesses podem ora se conciliar e ora não se conciliar, a depender de diferentes recortes temporais e conjunturas.

Atualmente, para concorrer no mercado e serem identificados, os “ecoprodutos” necessitam ser certificados com qualidade e seguir normas de apresentação de embalagem, além de um sistema de distribuição que possa competir com as formas tradicionais de comercialização. A agricultura ecológica segue os padrões de um mercado de consumo massificado. Com isso, cede aos princípios que regem o mercado convencional e segue padrões, se ajustando às estruturas do sistema agroalimentar convencional (SCHMIDT, 2002; BRANDENBURG, 2002).

Diversas pesquisas apontam que a busca por orgânicos faz a produção crescer e que supermercados investem em parceiros, mas nem sempre locais. Dessa maneira, Mercuri (2019) constatou que os orgânicos ganham cada vez mais espaço entre os consumidores, principalmente entre as pessoas que estão preocupadas com a saúde, com o meio ambiente e com a qualidade do produto. E para serem comercializados dessa maneira, esses produtos devem ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para Canuto (1998b), as características de mercado e as demandas dos consumidores influenciam diretamente a tecnologia de produção na agricultura orgânica, reduzindo procedimentos e minimizando a questão ecológica. Ainda, vale evidenciar que isto ocorre a partir da produção com base em normas de acesso a mercados especiais, nos quais a certificação que se observa é a do produto em detrimento do sistema de produção como um todo, citando a figura reconhecida em nível de mercado e do “produto limpo”.

O processo de uniformização das estruturas e procedimentos de produção e certificação, como efeito da difusão internacional de regras e padrões, tem sido impulsionado pela concentração e transnacionalização das empresas certificadoras (FOUILLEUX, LOCONTO, 2017). Como consequência, ao invés de estimular sistemas heterogêneos e fortemente vinculados aos locais de produção e consumo, como defendem as organizações promotoras da agroecologia, este processo estimularia a padronização e a tornaria os orgânicos convencionais (BUCK et al., 1997; ALLEN, KOVACH, 2000).

Já as agriculturas de base ecológica, têm por princípio estabelecer sistemas de produção e tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atendam às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000). E por sua vez, favorece a propriedade de pequeno a médio porte, capazes de promover economicamente a agricultura familiar em espaços locais (ALTIERI, 2012).

Desta forma, propõe-se adotar no presente trabalho, uma postura crítica em relação ao mercado de produtos orgânicos, sendo este considerado como meio e não como objetivo principal no processo de desenvolvimento. Antes de produzir, somente com o intuito de atender nichos de mercados, um dos principais objetivos da produção de base agroecológica é desenvolver mercados a partir de uma ação local. Possivelmente, será a partir da construção destes mercados e aproximando os produtores dos consumidores, que os produtores (em especial, familiares e participantes da sociedade civil organizada) poderão lutar pelo estabelecimento de processos de certificação democráticos, que não inibam a participação de produtores menos capitalizados (de baixa renda) em mercados que lhes garantam este reconhecimento.

Devido ao crescente mercado de produtos orgânicos e a padronização dos procedimentos, alguns efeitos indesejáveis surgiram em diversas partes do mundo, distorcendo os princípios básicos do movimento de agricultura de base agroecológica. Estudos realizados por Darnhofer et al. (2010) apontam uma tendência chamada de “convencionalização” da agricultura orgânica, onde o foco são os produtos e não os processos, reduzindo a prática a uma simples substituição de insumos químicos sintéticos por orgânicos.

1.4 Produção orgânica: rompendo com os princípios agroecológicos

O debate da convencionalização da agricultura orgânica é vastamente conhecido na literatura. Nos anos 1990, foi evidenciado o interesse de empresários agrícolas na produção orgânica como uma nova oportunidade de negócios e esse processo foi entendido como a apropriação parcial de insumos naturais e práticas sustentáveis em sistemas agrícolas convencionais. Pesquisas subsequentes demonstraram que esta dinâmica de apropriação se estendia para o restante da cadeia de valor, haja vista a concentração do processamento e da distribuição de alimentos orgânicos pelas empresas líderes. Como um dos principais impulsionadores desse processo é a produção de normas e padrões, ele também foi associado aos efeitos da certificação.

Atualmente, para concorrer no mercado, os “ecoprodutos” necessitam de certificação para serem identificados, devem ter qualidade e seguir normas de apresentação de embalagem, além de um sistema de distribuição que possa competir com as formas tradicionais de comercialização. Dessa forma, a agricultura ecológica segue os padrões de um mercado de consumo massificado. Com isso, cede aos princípios que regem o mercado convencional, segue padrões, se ajustando às estruturas do sistema agroalimentar convencional (BRANDENBURG, 2002). Rover et al. (2020) relata que a convencionalização coloca em risco a agrobiodiversidade dos sistemas produtivos orgânicos se favorece a aproximação da indústria de insumos e da prática monocultora.

A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabores originais, que atendam às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000). O problema é que a pesquisa das instituições públicas atende cada vez mais aos interesses de grupos privados, deixando de lado boa parte da investigação sobre controle biológico, sistemas orgânicos e técnicas agroecológicas em geral, conforme citado por Brush (2000, apud ALTIERI, 2012). É comum encontrar departamentos de universidades públicas desenvolvendo pesquisas de produtos que serão patenteados por multinacionais.

Os métodos de avaliação da agricultura não devem se restringir apenas à produtividade das distintas atividades e explorações, à rentabilidade e à inovação tecnológica. A agricultura perpassa muitos outros aspectos, campos e características relativas à produção e aos agroecossistemas, que vão interferir no seu comportamento, sustentabilidade, estabilidade, equidade, e na relação com os outros sistemas (COSTA, 2017).

Somente alianças estratégicas e ações coordenadas dos movimentos sociais (organizações de produtores, movimentos ambientalistas e trabalhadores rurais, ONGs, associações de consumidores, membros críticos do setor acadêmico) podem exercer pressão sobre os governos e as empresas multinacionais, para garantir que essas tendências sejam contidas.

A agroecologia não busca produtividade máxima a qualquer custo, mas sim a estabilidade na produção, com sanidade, em longo prazo (ALTIERI, 2012). O conceito agroecológico de solo fértil incorpora os aspectos físicos, químicos e biológicos, e não apenas os indicadores físicos e químicos, como faz a agronomia convencional (COSTA, 2017).

A questão central no desenvolvimento de uma agricultura sustentável diz respeito a um entendimento profundo da natureza, dos agrossistemas, e dos princípios que governam seu funcionamento. Neste sentido, a agroecologia se constitui em uma área da ciência que se fundamenta nos princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar, manejar e avaliar os agroecossistemas de um ponto de vista integral, incorporando as dimensões culturais, sociais, econômicas, biofísicas e técnicas (ALTIERI, 1994).

Os primeiros passos para o financiamento de práticas agroecológicas foram dados com a criação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, mais precisamente através do seu Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com o principal objetivo de integrar e articular as diversas ações que visam a transição agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2012). Assim, a lei incentiva produtores familiares e comunidades na autonomia quanto à produção agroecológica e orgânica, contribuindo para a produção sustentável de alimentos saudáveis, para o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais, e a valorização do conhecimento dos povos tradicionais. No centro da concepção de desenvolvimento das redes agroecológicas está o aumento da autonomia e o rompimento da dependência material que recriam a relação da agricultura com a natureza, com a sociedade e sua economia (PETERSEN, 2009).

A agroecologia teve início com os povos tradicionais e originários, e a ciência se apropriou, considerando os conceitos e princípios ecológicos para o estudo e manejo dos agroecossistemas, diferente da cultura empregada na agricultura convencional, de difusão dos “pacotes tecnológicos” sistemas agrícolas. Dessa forma, a agroecologia contribuiu ao gerar uma base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (GLIESSMAN, 1990; EMBRAPA, 2006). Embora os primeiros estudos nessa área tenham

surgido ainda no início do século XX, foi a partir da década de 1980 que a base conceitual e metodológica começou a ser mais difundida (MOREIRA et al., 2004). A partir do ano 2000, com a influência da escola européia, a agroecologia passou a enfatizar também uma visão sociológica dos agroecossistemas, abrangendo novas dimensões para além da ecológica e da técnica-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica (CASADO et al., 2001). Baseada na valorização da diversidade cultural e biológica, a prática agroecológica busca conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais (EMBRAPA, 2006). Portanto, diferentemente da forma de “difusão”, o conhecimento agroecológico se expande por meio da socialização e da troca de saberes entre as comunidades, e se estabelece de forma participativa (CAPORAL et al., 2004).

A transição agroecológica consiste em um processo de mudança e adequação gradual das práticas agrícolas, na busca por um sistema mais sustentável, e não considera a padronização das técnicas como a solução (COSTABEBER et al., 2000). A soberania alimentar está fundamentada nos princípios agroecológicos, que reconhece o direito dos povos e comunidades em decidirem suas estratégias de produção, e quais serão os alimentos consumidos (MALUF et al., 2013).

Assis et al., (2002) discutem que apesar da origem sobreposta da agroecologia e da agricultura orgânica, estas não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que a agroecologia é uma ciência e movimento social, com limites teóricos bem definidos, que procura inter-relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento. Já a agricultura orgânica, é uma prática agrícola que tem por princípio estabelecer sistemas de produção baseados em um conjunto de procedimentos, que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio, livre de contaminantes químicos e agrotóxicos.

Como no Brasil as discussões sobre a regulamentação da produção agropecuária orgânica foram no rumo da produção tecnocêntrica, ou seja, mantiveram o foco do debate nos insumos permitidos (ou não), fica evidente que o conjunto de tecnologias aprovadas, se utilizado de modo consistente com as particularidades de cada local e de acordo com os princípios agroecológicos, pode levar a uma melhoria da qualidade ambiental, e da qualidade dos alimentos produzidos. Em síntese, não se pode desvincular a agricultura orgânica da sua origem: um movimento social transformador, destaca-se uma questão retratada por Graziano da Silva (1995, p. 11):

“a principal contribuição desse movimento (ambientalista) não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos...”.

Um dos objetivos da agroecologia no manejo dos agroecossistemas é a redução da dependência de insumos e energia advindos de fora da propriedade, o que é possível através da compatibilidade do processo produtivo com a conservação dos recursos naturais, da busca pelo equilíbrio biológico e da eficiência energética da unidade produtiva (COSTA, 2017). Tudo isso reflete na elevação da fertilidade do solo via otimização da produção e reciclagem da biomassa, otimizando o uso dos recursos disponíveis internamente no sistema, e propiciando a redução da dependência da agricultura de energia externa.

Na perspectiva da construção do conhecimento agroecológico, exige-se que sejam estabelecidos canais de diálogo entre o conhecimento dos produtores, dos técnicos e dos cientistas, por meio de processos participativos (SILVA, et al., 2017). A Agroecologia se afirma na sociedade assumindo três acepções: 1) como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agrossistemas sustentáveis: 2) como uma prática social adotada explícita ou implicitamente, em coerência com a teoria agroecológica: 3) como um movimento social que mobiliza atores envolvidos na prática e no desenvolvimento da Agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da qualidade entre gêneros, e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (ALTIERI, 2012).

Frente às significativas conquistas do campo agroecológico, é essencial destacar o fato de que, nesse mesmo período, o setor do agronegócio manteve e tem reforçado o seu domínio sobre as orientações do Estado para a agricultura e, com isso, a agroecologia tornou-se a perspectiva mais adequada para o enfrentamento dessa situação.

A iniciante, mas já significativa experiência de internalização do panorama agroecológico em nossas organizações oficiais de ensino, pesquisa e extensão, tem mostrado a necessidade de profundas reformulações no *modus operandi* das mesmas para que o conceito de Agroecologia se torne efetivamente operativo (ALTIERI, 2012).

A Agroecologia nasceu com um enfoque científico exatamente ao procurar decifrar as complexas racionalidades econômico-ecológicas camponesas, que proporcionam esse

conjunto interconectado de benefícios para a sociedade, e fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova modalidade de agricultura no mundo todo.

A Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos produtores e de seus processos de experimentação. Os sistemas agroecológicos são profundamente enraizados na racionalidade ecológica da agricultura tradicional (ALTIERI, 2012).

Por outro lado, a agricultura orgânica vem se destacando como uma das alternativas de renda para os pequenos produtores, devido à crescente demanda mundial por alimentos mais saudáveis. Entretanto, é preciso ponderar os diferentes fatores que podem contribuir para o sucesso dos pequenos produtores nessa atividade. Ao mesmo tempo que a agricultura orgânica pode ajudar a melhorar o padrão de vida do pequeno agricultor ou do agricultor familiar, ela pode contribuir ainda mais para a exclusão dos consumidores de baixa renda, que certamente nem imaginam que um dia possam ter acesso a alimentos orgânicos, em razão dos seus elevados preços (CAMPANHOLA, VALARINI, 2001).

O que se destaca aqui é a necessidade de minimizar os impactos da inserção da produção orgânica no mercado, de forma que se dê, sem que a prática agrícola se afaste dos pressupostos teóricos da agroecologia, de equilíbrio entre os parâmetros ecológicos, agronômicos, econômicos e sociais. De modo geral, são os sistemas familiares de produção que estão melhor posicionados para implementar estas práticas agroecológicas, na medida que estes possuem estruturas de produção diversificadas, a um nível de complexidade desejado, passíveis de supervisão e controle do processo de trabalho (ASSIS, et al., 2002), o que por sua vez, favorece a propriedade de pequeno a médio porte, capaz de promover uma agricultura familiar local e economicamente viável (ALTIERI, 2012). A Agroecologia deve ser compreendida como um conjunto de práticas sociais e de relações sociedade-natureza que não se limite ao cultivo de alimentos sem agrotóxicos ou outros insumos sintéticos.

Sobre a dimensão da democratização nos SPG, Brandenburg (2009) constatou que o sistema participativo possibilita a troca de saberes, entendidos como a união de saberes técnicos e saberes resultantes da experiência de vida do agricultor. Há possibilidades de ocorrer consensos internos embora haja dissensos decorrentes da prática democrática. No âmbito individual, os atores que participam da rede realizam-se na construção de um projeto de vida que alia racionalidade econômica, preocupações com saúde, trabalho familiar, autonomia e sentimento de pertencimento ao grupo, cooperação e desenvolvem uma relação simbiótica com a natureza (PINHEIRO, 2007). Nesse sentido, no interior do movimento

ecológico, uma forma de “fazer agricultura” está relacionada a uma forma de viver e de ser relacionar com o ambiente social e ambiental.

Nierdele (2021), avaliou o isomorfismo entre Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) no estado do Rio Grande do Sul, e levou em consideração os elementos organizacionais mais relevantes como formato e papel dos grupos, articulação com outras organizações, presença de mediadores sociais, formas diferenciadas de tradução das normas, espaços de decisão e mecanismos de coordenação e valores sociais predominantes. Com isso, percebeu que existem fatores de ordem institucional que fazem as organizações caminharem no mesmo sentido. Neste caso, o autor não aponta a imitação como fonte de diversidade, mas destaca os limites do processo que implica em crescente homogeneidade. E na prática constatou que (NIERDELE,2021, p.13):

“Destaca-se o papel diferenciado dos grupos. Por exigência legal, sempre há grupos envolvidos na certificação, mas há diferenças no modo como eles são constituídos e nas funções que efetivamente exercem. No OPAC Coceargs, por exemplo, eles são fixos e refletem, antes de tudo, a estrutura organizacional e os interesses comerciais da cooperativa. De outro modo, na Rama os grupos se alteram todos os anos e tem a certificação como atribuição exclusiva. Na Ecovida os grupos são fixos, mas há diferenças internas nas formas de organização. Com efeito, enquanto alguns são desenhados apenas para operar os processos de certificação, outros também se organizam para viabilizar a comercialização. Em virtude disso, ao invés de homogeneização, a difusão da certificação participativa se tornou fonte de diversidade. Com efeito, ao invés de replicar o “modelo Ecovida”, os demais OPACs encontraram alternativas institucionais para desenvolver estruturas e condutas relativamente singulares.”

Todavia, vale ressaltar que estes casos não revelam uma tentativa dos OPAC em ocultar suas “verdadeiras práticas”. Essas dissociações são conhecidas pelos demais atores do campo, incluindo o próprio MAPA, que é o órgão auditor dos OPAC.

O suposto processo de homogeneização está relacionado não apenas entre as estruturas e condutas da organização, mas também em outros campos, tais como governos, partidos políticos e movimentos sociais (JARVIS, 2014; FORNI, LEITE, 2006; RAMANATH, 2009; RADAELLI, 2000; ARVIDSON, LYON, 2014). Em alguns casos, esta pressão advém diretamente de outra organização do mesmo setor ou campo. Em outros casos, ela pode ser indireta, mediada pelo Estado ou por “categorias profissionais”. No que tange ao Estado, destaca-se o modo como mecanismos públicos de regulação forçam as organizações a se adequarem às mesmas tecnologias. Por sua vez, as categorias profissionais podem, por exemplo, estabelecer sistemas privados de certificação que obrigam as organizações a

seguirem parâmetros definidos por uma elite profissional alinhada aos interesses das organizações dominantes do campo (FOUILLEUX, LOCONTO, 2017).

Hirata (2020) constatou que após o credenciamento da Ecovida e da Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), alguns dos seus representantes assumiram o papel de consultores (nem sempre remunerados), defensores e propagadores da Certificação Participativa Brasil afora. Participaram de cursos, eventos e realizaram várias palestras, disponibilizando seus documentos e compartilhando suas experiências. Tiveram um papel importante e foram referências para apoio documental. Por isso, quase todos os SPG brasileiros reconhecem que receberam algum tipo de apoio dos OPAC mais antigos, seja em forma de consultoria, orientação ou disponibilização de documentos. Alguns desses, após credenciados, passaram a apoiar a constituição e o credenciamento de outros, como foi o caso do Sul de Minas que, apoiado pela ANC, vem apoiando e servindo de referência para a constituição de outros SPG no Estado, como o SPG Orgânicos Jequitinhonha, já credenciado, e outros em processo de constituição que se encontram na região metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata (Viçosa) e Região Sudeste de Minas Gerais (Juiz de Fora). O OPAC Cerrado-DF, ao elaborar seus documentos constitutivos, buscou referência na ABIO e ANC e, depois, serviu de referência na constituição dos documentos do SPG AGE (HIRATA, 2020). Participando de debates sobre os desafios dos SPG, foi possível notar referências de pioneiros do mecanismo participativo ao discutir a “descertificação” e tratar as certificações participativas por “papelativas”, devido às exigências.

1.5 Os desafios da certificação orgânica nos assentamentos rurais

Antes de aprofundar nessa questão, é necessário entender que 1 milhão de famílias assentadas, desde 1985, possuem trajetórias distintas, carregadas de uma rica diversidade social e são marcadas por diferentes dinâmicas territoriais. Hoje, contabilizando inúmeras experiências, o exercício é distinguirmos de vida, ideologias, utopias, políticas públicas e realidades. Chauí (2008) descreve ideologia como algo que não se considera a raiz histórica, mas se considera a ideia como verdadeira para todos tempos e lugares. História não como sucessão factual, evolução temporal, mas como o modo dos homens em condições determinadas criam meios e formas para sua existência social, econômica, política e cultural.

Ferrante et al. (2022) apontam a impossibilidade de analisar assentamentos a partir de um modelo teórico único, e enfatiza a necessidade de considerar alguns fatores, como a

diversidade social, a descontinuidade de políticas públicas e as estratégias de desenvolvimento rural.

Há necessidade de uma análise interdisciplinar, considerando uma trama de tensões a fim de compreender a realidade a partir das trajetórias e do cotidiano dos trabalhadores assentados e dos projetos de assentamentos (FERRANTE et al., 2022). Também faz uso da expressão de trama de tensões, quando defronta a luta por autonomia e as cobranças em relação ao Estado, marcada pela dependência do mesmo.

Segundo Lamarche (1993), a agricultura familiar é uma forma social heterogênea cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Wanderley (2003) entende o agricultor familiar como ator social do mundo moderno, rompendo qualquer análise em termos de decomposição do campesinato. Tassi (2011) entende que os agricultores familiares contemporâneos são atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história.

Cada unidade de produção familiar possui um funcionamento próprio, e a composição familiar pode determinar suas necessidades e limites das atividades, o que estabelece um equilíbrio entre seus projetos e objetivos. Segundo Tassi (2011), a organização familiar, atua em três direções não dissociadas - produção, consumo e acumulação de patrimônio - buscando o equilíbrio de acordo com a evolução do conjunto doméstico. É evidente que precisamos superar indicadores econômicos para entender os nexos entre a organização interna da produção de base familiar e o mundo externo. É também importante perceber que muitos agricultores familiares não gerenciam seus negócios como uma empresa, mas sim os adaptam às necessidades familiares no intuito de assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família (CARMO, 2008; ABREU, 2006).

Ploeg (2008) apresenta dois modelos dominantes de agricultura, um deles fortemente centralizado, constituído por grandes empresas de processamento e comercialização, cada vez mais atuante em escala mundial, e o outro modelo, característico da agricultura e uma opção à reforma agrária, mais centrado na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que possuem ligação entre produção e comercialização.

E por sua vez, a certificação participativa também é marcada por sua trama de tensão e contradições que possui uma proposta de autonomia, mas que deve seguir e desenvolver uma metodologia que atende a determinados padrões. Diante da dificuldade dos agricultores assentados em acessar determinados mercados, constata-se que modos alternativos, paralelos e

interdependentes de produção (e reprodução) caminham numa dinâmica evolução, transformando as realidades tanto rurais como urbanas, através da ligação com os mercados (TASSI, 2011).

A Nova Sociologia Econômica (NSE) apresenta teorias acerca da sociologia e os fenômenos econômicos, e aponta que o mercado é um tópico central na construção de relações entre os atores envolvidos. Diante dessa análise, é possível relacionar a certificação participativa como uma possível estratégia de aproximação entre esses atores, produtores e consumidores. Abramovay (2000) afirma que a teia de organizações que se estabelece no universo de base ecológica é altamente positiva. Marques e Peixoto (2003) e Abramovay (2004), concordam que não existe um único modelo de mercado, mas diferentes mercados que se organizam segundo as relações e os agentes que os estruturam a partir do contexto e da realidade das regiões.

A realidade é clara: existe um universo de possibilidades e oportunidades junto aos desafios a serem enfrentados no sistema agroalimentar e, nesse contexto, a organização social e participação pública são essenciais. A agricultura familiar sempre foi pressionada pela modernização agrícola, porém é fundamental entender as diferenças nas demandas rurais relacionando assistência técnica e estratégias de comercialização da produção. Serrano (2010) aponta que o tema da comercialização de produtos orgânicos surpreende, ao afirmar que existem recursos financeiros e espaços disponíveis, no entanto, o que falta ainda são projetos e pessoas interessadas em acessá-los.

1.6 Agricultura como parte da solução

Este subitem apresenta dados relacionados aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e fortalece uma linha de raciocínio diante das tendências internacionais e nacionais, delineando a agricultura como parte da solução para reduzir as mudanças climáticas.

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 ODS.

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que é urgente e necessário tomar medidas ousadas e transformadoras para oferecer ao mundo um caminho menos impactante. Os ODS constituem uma audaciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem

cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança climática. Analisando os 17 pontos, é possível relacioná-los ao tema deste trabalho, conforme lista a seguir:

ODS 1 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

ODS 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

ODS 5 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

ODS 6 – Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

ODS 7 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

ODS 10 – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

ODS 14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1. Apresentação dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.



Fonte: <https://www.estrategiaods.org.br/>, 2023.

Brandenburg (2015) enfatiza que o tema ambiental, ao tornar-se uma das grandes questões do período contemporâneo, exige respostas de diversos atores. Visando atender esta questão, as organizações de produtores familiares têm incluído em seus projetos a perspectiva de apoio a formas e técnicas de produção causadoras de menores impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, práticas de agricultura ecológica, estratégias de diferenciação de seus produtos com apelo ecológico e cultural, entre outras.

Tassi (2011) descreve como os sistemas agroalimentares locais podem auxiliar no processo de garantia da qualidade e procedência da produção, de forma natural e endógena. Estes, especialmente quando conectados com consumidores, podem se tornar grandes difusores de valores histórico-culturais, além de ecológico naturais. Assim, a compreensão sobre as diferenças entre os mercados (e processos produtivos) pode direcionar as ações para diferentes propostas de desenvolvimento rural.

A construção da pauta ecológica no meio rural parte de um diagnóstico das consequências negativas do processo de modernização da agricultura realizado nas décadas de 1960-70, tais como: a destruição de recursos naturais, a erosão de solos, a contaminação de águas, etc.; o êxodo rural, o empobrecimento e a exclusão dos pequenos produtores; e a perda dos conhecimentos tradicionais, do saber fazer e da etnobioidiversidade (DIEGUES, 2000). Da constatação destes efeitos perversos, surgiram propostas em recuperar formas de produção e de relação com a natureza a partir do passado dos produtores, buscando nelas embasamentos para constituir novas formas (mais harmônicas) de produzir com a natureza.

O fenômeno da globalização, embora embasado primordialmente na sua dimensão econômica, social e ambiental, traz consigo a necessidade de se rediscutir o rural, considerando a sua heterogeneidade, no que diz respeito às formas de ocupação do espaço de apropriação e exploração da natureza e dos diversos saberes a ele relacionados. Isto, devido às principais questões que inquietam o globo como mudanças climáticas, energia, produção de alimentos, encontram alternativas no âmbito da ruralidade. Nesse sentido, o Brasil como um dos países de grandes áreas cultivadas, precisa compreender o que se passa no rural, quais os protagonistas que reconstróem e como reconstróem o rural (BRANDENBURG, 2009).

Inserido globalmente no mundo da informação, da vivência multicultural, da troca mercantil e na era do capital financeiro, o rural se (re)constrói a partir da singularidade de suas diversas situações. Dessa forma, as práticas sociais são reconstruídas não a partir de uma modernidade concebida de forma abstrata, mas a partir da história de vida dos diversos personagens que protagonizam o rural. Essa recorrente construção de práticas remete para uma experiência inscrita em um saber e numa visão de mundo que se refaz à luz de informações e de conhecimentos do mundo contemporâneo globalizado. É nesse sentido que a vida social no campo adquire identidade frente às diversas situações e aponta para novas alternativas em função de vivências que emergem de situações concretas. Há uma diversidade de grupo de produtores, com experiências diferenciadas, que buscam realização profissional mediante projetos e expectativas que nem sempre são as previstas na sociedade. Esses projetos surgem como inovações, mas se apresentam como alternativas às soluções convencionais e ultrapassam o padrão tido como moderno (BRANDENBURG, 2009).

Schmitt e Tygel (2009), avaliando a interconexão entre Agroecologia e Economia Solidária, afirmam que o caráter contra-hegemônico dessas ações de resistência ao modelo de desenvolvimento econômico contribui para que as mesmas apresentem um caráter descontínuo e, por vezes, contraditório. O êxito dessas alternativas de produção e de

organização comunitária no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório depende, sobretudo, de sua capacidade em integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo, além de estabelecer laços com um movimento social mais amplo.

CAPÍTULO 2– OS SPG EM DESTAQUE NO ESTADO DE SÃO PAULO E A PESQUISA COM OS GESTORES

A fim de identificar os OPAC do Estado de São Paulo, foram analisados os dados do Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos (CNPO). O Mapa disponibiliza em seu site, desde 2011, o CNPO, que consiste na relação das unidades de produção orgânica do Brasil, e também apresenta o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica usado (Auditado, OPAC ou OCS), a listagem dos organismos de controle e os produtos certificados para comercialização. Além disso, o cadastro também caracteriza as unidades orgânicas por município e unidade da federação, CNPJ, número de inscrição, e é atualizado mensalmente.

Comparando a evolução das certificações, entre o período de 2015 e 2020, foi possível perceber que o mecanismo de certificação por auditoria contou com incremento de 4.883 produtores e os mecanismos participativos receberam 6.732 novos produtores, refletindo em um crescimento de 2,7% em cada grupo. Importante deixar claro que o CNPO aponta todas as pessoas envolvidas na produção (familiares e colaboradores).

Já, entre 2020 e 2023, notamos que a certificação por auditoria contou com 1.270 novos produtores, enquanto os mecanismos participativos somaram 1.455 novos produtores, com um crescimento de 0,26% em cada grupo. Podemos observar um crescimento significativamente inferior em relação à última meia década, contrapondo o momento político com Plano de Desenvolvimento. No primeiro momento, havia empenho e preocupação com a Agricultura Familiar e Pequeno Produtor, e no segundo momento, a atenção foi centrada ao Latifúndio. Brito et al.(2023), analisando dados do MAPA, constataram que, entre 2012 e 2018, o número de produtores no CNPO triplicou.

Quadro 8. Síntese do CNPO, disponibilizados pelo MAPA.

	2015	%	2020	%	2023	%
Auditados	4.931	46,94	9.764	44,24	11.034	44,50
Participativos	5.574	53,06	12.306	55,76	13.761	55,50
Total	10.505	100,00	22.070	100,00	24.795	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com o CNPO, 2023.

Os números do quadro 8 chamam a atenção em relação ao incremento de cada categoria, pois em cinco anos os produtores, certificados via auditoria, aumentaram em 98% e os certificados via SPG em 120%. O aumento total do número de produtores certificados também é muito importante, pois revela o crescimento da produção e o consumo de orgânicos.

Interessante destacar que, em 2020, as organizações responsáveis pela certificação por auditoria, e que atendiam todo o Brasil, se resumiam em 12. Destas, 7 atendiam os produtores do Estado de SP. Dentre os 30 OPAC que atuavam no Brasil, somente 4 atuam no Estado de São Paulo, sendo elas a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), certificando 186 produtores; a Associação Biodinâmica (ABD), com 73 produtores; a Rede Ecovida (ECOVIDA), com 34 produtores; e a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, com 5 produtores.

Em março de 2023, no CNPO, encontramos 11 certificadoras por auditoria registradas no MAPA atuando no Brasil, enquanto 6 delas atendem o Estado de SP. Em relação às OPAC, encontramos 29 registros no MAPA para atuar no Brasil e 6 atendendo o Estado de SP, sendo elas a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), com 233 produtores; a Associação Biodinâmica (ABD), com 72 produtores; a Rede Ecovida (ECOVIDA), com 21 produtores; Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, com 10 produtores; a Brota Cerrado, com 11 produtores; e a Rede Apoena do Vale do Paraíba, com 11 produtores.

Através da avaliação de dados secundários do CNPO disponibilizados pelo MAPA, foi possível identificar os OPAC de maior representação, ANC e ABD, que tiveram produtores selecionados aleatoriamente para serem entrevistados. Considerando que os números em relação ao cadastro são dinâmicos, e se alteram mensalmente, foi necessária atenção para manter a capacidade de uma boa estimativa e definição das organizações a serem pesquisadas, mesmo com as variações. Ainda, a seleção de organizações do mesmo Estado possibilita reduzir os possíveis efeitos da inserção dos atores em diferentes contextos institucionais.

2.1 Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC)

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que surgiu em 1991, inicialmente com a demanda de comercializar produtos de base ecológica na região de Campinas. Conta em seu quadro de

associados, consumidores e produtores de alimentos orgânicos, além de muitas parcerias com instituições públicas, privadas, de ensino e alguns coletivos (ANC, 2023).

A ANC possui um OPAC cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), portanto, seu Departamento de Certificação tem como função ser o representante legal do SPG, assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade, emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG, organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade, apontar as não-conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores.

A ANC é uma organização formal com vasta diversidade de atividades, sendo que uma delas é a certificação de produtos orgânicos através do sistema participativo de garantia (regulamentado pelo MAPA, no fim de dezembro de 2010), onde a qualidade dos produtos é aferida pelos produtores, consumidores, técnicos e outros membros da sociedade que tenham interesse em participar do processo. Fica assim permitido o uso do Selo Orgânico para alimentos produzidos e processados dentro de normas que garantem aos consumidores a origem e o tipo de produção daquele alimento.

A ANC é responsável pelas três feiras ecológicas que acontecem no município de Campinas-SP. Nesse sentido, estas apoiam e incentivam as feiras de produtos orgânicos onde são encontradas grande variedade de frutas, verduras e legumes de época cultivadas sem o uso de insumos químicos, além de alimentos como pães, geléias e laticínios processados com matéria-prima orgânica.

2.2 Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)

A Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) foi fundada em 1982, com o nome de Centro Demeter (criado a partir do 1º Encontro sobre Agricultura Biodinâmica no Brasil). Em 1984, o nome foi modificado para Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), em Botucatu, quando um grupo de filósofos (aliando espiritualidade e natureza), buscava aplicar na prática os ensinamentos da Antroposofia no Brasil. Neste contexto, resolveram enfrentar o desafio de adaptar a Agricultura Biodinâmica para condições tropicais, através de pesquisa, cursos e publicações (ABD, 2023).

A atividade de certificação orgânica e biodinâmica (selo Demeter) foi iniciada em 1991, e teve um crescimento muito expressivo. Como consequência, esta passou a canalizar

todas as atividades, em detrimento das outras áreas de atuação também muito importantes para a organização.

Em 1995 foi criada a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, e houve a separação da Associação Tobias, com a missão de fomentar a Agricultura Biodinâmica no Brasil. Em 1996, a Associação recebeu o prêmio SARD de destaque como instituição de fomento de agricultura orgânica na Conferência Internacional da IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica).

Em 1999, num ato de coragem (visto que a certificação era a atividade que mais gerava renda para a organização), houve a fundação de uma outra instituição para tratar exclusivamente da certificação. Nasceu, então, a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) e renasceu a Associação Biodinâmica. Assim, a certificação foi desconsiderada e passaram a fortalecer a atividade de consultoria e assistência técnica em agricultura biodinâmica.

Em 2000, a organização priorizou a consultoria junto a grupos de pequenos produtores, e em 2003, preocupados com o escoamento dos produtos agrícolas gerados pelos produtores familiares, foi criado (na Associação) o grupo de comercialização de produtos biodinâmicos, com a função de estudar e traçar estratégias de comercialização. Através do trabalho deste grupo, no final de 2005, foi inaugurado o “ponto de venda” da organização, nomeada feirinha de Santo Amaro, onde os produtores familiares das regiões de Maria da Fé, Gonçalves e Sapucaí Mirim (Estado de Minas Gerais) e Botucatu (Estado de São Paulo), vendem seus produtos diretamente aos consumidores.

Em 2006, a Associação Biodinâmica ficou entre os finalistas do Prêmio Empreendedor Social da Fundação Ashoka/Mackinsey, através do projeto de uma Rede de escoamento de produtos biodinâmicos na cidade de São Paulo.

2.3 Resultados da pesquisa com os gestores

Este título apresenta dados relacionados aos três eixos deste trabalho, e conta com: 3 entrevistas de referências na regulamentação da certificação participativa, chamados de “Gestores” (Eixo 1); 12 questionários direcionados a “Produtores” de orgânicos e 6 entrevistas (Eixo 2); 62 questionários a “Consumidores” de orgânicos e 4 entrevistas (Eixo 3), ilustrados no quadro 5.

Quadro 5. Participantes das entrevistas e a distribuição em eixos de acordo com a pesquisa.

Entrevistada(o)	Eixo	Classe
Gestora 1	I	SPG Sul de Minas
Gestor 2	I	ANC
Gestor 3	I	ABD
Produtor 1	II	Produtor
Produtora 2	II	Produtor
Produtor 3	II	Produtor
Produtor 4	II	Produtor
Produtor 5	II	Produtor
Produtor 6	II	Produtor
Consumidora 1	III	Consumidora
Consumidora 2	III	Consumidora
Consumidor 3	III	Coprodutor
Consumidora 4	III	Coprodutor

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022.

As discussões acerca dos resultados encontrados foram organizadas em tópicos com a finalidade de atender aos objetos do trabalho em questão. Os resultados dos questionários e das entrevistas atenderam uma sequência de acordo com os objetivos e foram discutidos nos três eixos conforme descrito no quadro 6.

No dia 18 de março de 2022 tive a oportunidade de ampliar o conhecimento através da entrevista com a “Gestora 1” que participa de projetos sobre fortalecimento da agricultura familiar, extensão rural e, atualmente, contribui com o SPG do Sul de Minas.

Quadro 6. Distribuição dos objetivos em relação aos eixos.

Eixo I (Gestores)	Eixo II (Produtores)	Eixo III (Consumidores)
Elitização dos orgânicos	Identificação	Perfil
Equiparação dos mecanismos	Sexo	Alimento orgânico é...
Fortalecimento das organizações	Perfil	Como atestam
Incentivo de práticas agroecológicas	Região	Conhecem o local de produção
Aumento da renda	Área	Hábito de consumir orgânico
Mais OPAC	Mão de obra	Participação de orgânico na alimentação
Fluxo de integrantes	Onde e como adquiriu conhecimento?	Preparo do alimento
Principais motivos	Desafios	Onde encontram
Baixa participação de assentados	Autonomia	Local de compra
Dificuldade de manejo	Meio-Ambiente	Conhecimento sobre
Meios de comercialização	Motivação	Agrotóxicos
Potencialidades	Conhecem os mecanismos	Quais valores
Convencionalização	Fluxo de integrantes	Preço

Desafios	Fortalecimento das organizações	Contato social
Inovação na relação	Democracia	Inovação na relação
SPG em destaque	Canais de comercialização	
	Incremento na renda	
	Inovação na relação	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022.

No sábado, 9 de julho de 2022, houve a entrevista com o “Gestor 2”, que aceitou participar da pesquisa e apresentou disponibilidade para o dia seguinte após o convite. O Gestor 2 assume praticar “Agricultura Alternativa” desde a década de 1980, pois no momento não existia a regulamentação de produção orgânica no Brasil. No final da mesma década, participou do 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, que tinha como referência a regulamentação burocrática da União Europeia, e organizou a monção de repúdio à instrução normativa de 6 de novembro de 1996, que visava padronizar os mecanismos de certificação através de normativas do Inmetro.

“A regulamentação sobre as OCS e SPG encontraram muita resistência por conta das certificadoras.”

O entrevistado enfatiza que, no Brasil, a rede Ecovida já era exemplo a ser seguido rumo à certificação participativa, mais acessível. E, por isso, seus representantes foram convidados a compartilhar a experiência e a metodologia implantadas pelo grupo. Assim, se formou o GAO (Grupo de Agricultura Orgânica), em Curitiba, e posteriormente, estendido até Campinas.

“A ANC já existia, pequena, parecida com a Ecovida.”

O GAO teve como objetivo principal desenvolver estratégias para inserir oportunidades para a agricultura familiar. Ainda conta que a partir da formação do GAO, grandes referências como Maria Fernanda Fonseca, Fernando Rosa e Roberto Mattar, visitaram “experiências” participativas pelo Brasil, como a Rede Ecovida e a Rede Socio-Participativa no Acre. E assim, o grupo foi capaz de somar o terceiro parágrafo na Lei 10.831 de 2012, onde é descrito as outras formas de certificação, além da auditoria.

“A legislação deve atender a realidade, não o contrário!”

Compartilhando a experiência específica da ANC, comentou que no desenvolver da Associação, a mesma estava no caminho da auditoria, porém após a contratação de um consultor financiado pela MDA, entenderam que a ISO 65 (que exige normatização seguindo

padrões europeus) não atendia agricultores familiares. E nas possibilidades de certificação participativa, por sua vez, o Inmetro e as normativas ISO não atuam, podendo ser baseadas em metodologias aprovadas pelo MAPA.

“E à medida que estudávamos, via consultoria, entendia melhor a possibilidade da certificação participativa.”

Dessa maneira, a ANC foi a 1º OPAC credenciada junto ao MAPA, com uma metodologia menos complicada e mais barata, além de contribuir para a formulação de uma “legislação includente”.

No dia 29 de julho de 2022, conforme agendado previamente, aconteceu a entrevista com o “Gestor 3”, residente em Botucatu-SP, no bairro Demetria (local de referência para organização e produção de base ecológica), onde foi presidente por dois mandatos consecutivos da Associação de Agricultura Biodinâmica (ABD) e, atualmente, compõe o conselho consultivo da organização.

Durante a entrevista, fez uma breve retrospectiva da ABD que teve sua fundação em 1995 com a separação do Instituto Biodinâmico (IBD), se tornando SPG em 2011. Atualmente, a ABD é produtora de sementes, e atua em projetos do MDA, visando viabilizar sua existência. O gestor citou também, o exemplo dos Conexões Mata Atlântica, Ecoforte, e ainda alguns editais específicos.

Quando questionado sobre a sua motivação em trabalhar com métodos participativos, relatou que teve como referência o professor Baltazar, José Maria Ferraz e que fez mestrado e doutorado estudando métodos participativos.

“Metodologia participativa é agroecologia, sem SPG não tem agroecologia. O processo do SPG é construtivo, não é auditoria. SPG é o caminho para a agroecologia.”

No dia 15 de abril de 2022 (Segunda-feira), por meio da consulta no CNPO, foi adquirido o contato do “Produtor 1” e a visita foi agendada pelo telefone. No dia 18 de abril de 2022, no município de Atibaia-SP, houve a visita na referida unidade de produção. Lá encontramos um jovem de 34 anos (neorural) e seu sócio, que nos receberam muito bem e apresentaram todo o sistema de produção.

Relatou que está há 6 anos no orgânico, quando conheceu a proprietária da área em um curso de orgânicos, e propôs o arrendamento. Nos contou que sempre gostou de cultivar plantas, mesmo quando morava em São Saulo (trabalhando na metalurgia e como cuidador), com os pais que nunca trabalharam no campo.

Figura 2. Produtor 2 de Atibaia-SP, que recebeu a visita em campo e participou da entrevista.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022.

No dia 19 de abril de 2022 (Terça-feira), houve a visita na feira orgânica do Parque da Água Branca em São Paulo. Esta feira teve sua criação motivada pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO), que foi idealizada em 1977 e formalizada em 1989, contando com referências de extrema importância para o movimento Agroecológico no Brasil, como Lutzenberger, Manoel Baltasar, Ana Maria Primavesi, entre outros.

Figura 3. Barracão da Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).



Fonte: Registro do autor, 2022.

Figura 4. Cartaz da entrada, na Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO).



Fonte: Registro do autor, 2022.

Na feira orgânica do Parque da Água Branca, no dia 19 de abril de 2022, caminhando por entre as bancas, foi possível observar a imensa diversidade de produtos, todos avaliados por algum dos três mecanismos de garantia orgânica.

Na visita para entrevista na feira da Água Branca foi interessante notar a relação de amizade e parceria entre os feirantes, muito mais calorosa do que entre produtores e comerciantes. Na verdade, os consumidores desse espaço, em específico, se apresentavam “ariscos”, resabiando na defensiva, o que difere das feiras do interior, onde as pessoas se olham, se cumprimentam sem mesmo se conhecerem.

Ao visitar as feiras, foi perceptível a intensa comunicação entre os produtores e consumidores, ora marcada por chamamentos de ofertas, ora por brincadeiras, onde “vale tudo” para atrair o consumidor até seus produtos. Na visita à feira do Parque da Água Branca, a barraca que mais me chamou a atenção foi a da chamada “Produtora 2”, pessoa muito comunicativa com diversas fotografias e cartazes entre os produtos. Sua banca não era a melhor localizada estrategicamente, pois estava no fundo do barracão que acolhe o evento, mas para o consumidor que passava por ali, era quase impossível não parar. Logo que passei na primeira vez, percebi o entusiasmo da agricultora que sempre tinha alguém para conversar, e também percebi o olhar de “desconfiança” em relação a alguém diferente daquele espaço. Em uma das pausas entre um consumidor e outro, me apresentei como estudante do

PPGDTMA da UNIARA e compartilhei meu interesse em conversar com ela sobre minha pesquisa. Com a mesma simpatia que atendia a todos, demonstrou interesse e se mostrou disposta a contribuir. Como o movimento era intenso, ela mesmo sinalizou outros produtores que poderiam participar da entrevista e assim combinei com ela que eu retornaria no final da feira.

Figura 5: Produtora 2 na feira da AAO.



Fonte: Registro do autor, 2022

Figura 6: Banca da produtora 2 na feira da AAO.



Fonte: Registro do autor, 2022.

Amenizado o movimento, e com a maior parte dos itens já comercializados, foi possível uma conversa muito boa, orientada pela entrevista estruturada. A Produtora 2 fez

uma síntese da criação da feira que foi “promovida” pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO), que no momento inicial contribuiu com a certificação via AAO Cert, depois contou com a certificação via Ecocert, ambas por auditoria. Atualmente, é certificada (pela primeira vez em 30 anos) por um sistema participativo via Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC). Também argumentou o porquê era a primeira vez que estava associada a um mecanismo participativo, visto que antes não podia viajar, “largar a roça” para participar das visitas e reuniões, e agora conta com a participação do filho e, por isso, tem maior disponibilidade de tempo para assumir a responsabilidade participativa. Ao decorrer da conversa, a produtora deixou transparecer opiniões pessoais sobre a trajetória da feira, que atualmente está em processo de concessão, como Parque da Água Branca, portanto a gestão da feira terá uma gestão subordinada à concessionária. E na opinião da produtora, é uma transição benéfica, pois os mandatos anteriores deixaram dívidas.

Contou que atualmente cultiva 12 hectares de orgânicos, e com muito orgulho, presente no relato, mostrou fotografias do Sítio da Felicidade, localizado em Cosmópolis-SP.

“Já apareci até no globo rural. Procura lá!”

Aproveitando essa situação de afinidade com a produtora, foi possível que ela indicasse alguns consumidores que ela conhecia há tempos para participar da pesquisa.

Já o “Produtor 3”, também encontrado na feira do Parque da Água Branca, chamou a atenção devido o cartaz da OCS. O agricultor, como os demais, à prontidão entre as pausas para atender clientes, aceitou participar da entrevista e compartilhar suas experiências.

“Pago a auditoria por que preciso comercializar a sobra da mercadoria.”

O Produtor 3 confirmou a presença em duas feiras na semana, onde a avaliação via OCS é suficiente e regulamentada, porém quando possui um excedente da produção precisa entregar em estabelecimentos de terceiros, por isso recorre à certificação via auditoria.

Figura 7. Produtor 3 na feira da AAO.



Fonte: Registro do autor, 2022.

Figura 8. Cartaz na banca do produtor 3 na feira da AAO.



Fonte: Registro do autor, 2022.

O Produtor 3, também encontrado na feira da AAO, é produtor de Jarinu-SP, possui DAP, certificado pela ANC, cultiva 3,5 alqueires (8,5 hectares) de orgânicos, e afirma que conhece aproximadamente 75% dos consumidores que frequentam sua barraca.

Figura 7. O Produtor 4 na feira da AAO.



Fonte: Registro do autor, 2022.

Ainda na banca da Produtora 2, uma das feirantes mais antigas no Parque da Água Branca, procurei pela consumidora mais assídua quanto ao hábito de frequentar o espaço. Ao final da entrevista com a produtora, a mesma apontou algumas recomendações de consumidores para eu entrevistar.

Ainda no momento da entrevista com a produtora, foi possível interromper a entrevista com a mesma e aproveitar que a “Consumidora 1” estava disposta e interessada em participar da pesquisa.

A Consumidora 1 compartilhou que é “recém-chegada” na grande metrópole e pela terceira vez frequenta o local. Quando questionada se conhece as diferenças dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, assumiu não conhecer os mecanismos, e nem as diferenças entre eles. Por sua mudança ser recente e por sua baixa frequência na feira, ela acredita que ainda não teve oportunidade de conhecer a história do agricultor e nem a formação do SPG. E também por nunca ter visitado produtores. Porém, afirma perceber as diferenças entre o produto da feira em relação à grande rede de orgânicos.

“Percebo diferença, principalmente quanto ao tipo de embalagem, não gosto de bandejas de isopor!”

Seguindo a recomendação da “Produtora 2”, a segunda consumidora entrevistada foi a chamada “Consumidora 2”. A “Produtora 2”, quando questionada sobre a possibilidade de indicar algum consumidor para participar da pesquisa, logo apontou:

“Aquele ali. Ela sempre está aqui!”

A Consumidora 2, talvez pela forma de abordagem, recebeu o convite para participar da entrevista com uma certa surpresa e desconfiança. Esta, talvez diferente dos demais participantes do Parque da Água Branca, não tinha percebido minha presença e quando eu a abordei me apresentando e compartilhando a pesquisa, ela demonstrou certa resistência ao compartilhar dados pessoais:

“Depois você vai ficar me ligando e ocupando meu tempo!”

Mas, mesmo de maneira abrupta, aceitou participar da pesquisa. Sem muita paciência e com pressa, relatou que frequenta a feira há 18 anos, nunca visitou um produtor e disse não conhecer os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. Porém, percebe diferenças entre os produtores e as feiras. Assumiu a preferência pela forma de aquisição nas feiras, que adapta seu cardápio diário, mas procura grandes redes de orgânicos para complementar as refeições.

Um fato muito interessante dessa entrevista foi que, diante da formalidade da pesquisa, a consumidora demonstrou muita resistência, alegando a pressa e preocupação com dados pessoais, reação muito compreensiva, ainda mais em uma das metrópoles mais violentas do país. Porém, ao final da visita na feira, resolvi degustar alguns produtos ofertados no local, como pães, bolos, salgados, café e suco. E no momento de maior informalidade, sentado em uma mesa, sozinho entre as árvores antigas do Parque, a consumidora se aproximou e puxou conversa, demonstrando abertura e superação do receio inicial.

Ainda referente ao eixo 2 (produtores) e atendendo à indicação do “Gestor 3”, houve o contato com mais dois produtores, ambos certificados pela ABD, chamados de “Produtor 5” e “Produtor 6”. E também houve a contribuição do mesmo gestor, com o contato de mais dois consumidores, “Consumidor 3” e “Consumidora 4”, que ao decorrer das entrevistas foi possível notar que se auto intitulam como “Coprodutores” devido à rotina de participarem do sistema de produção. Assim, foi possível constatar mais uma forma de inovação dos SPG, talvez nesse caso exclusivo da ABD.

O “Produtor 5”, certificado pela ABD, cultiva 10 hectares de orgânicos, no Bairro da Demétria em Botucatu-SP, e compartilhou a informação que já foi certificado por Auditoria e atualmente compõe a OPAC da Demétria.

O “Produtor 6”, também certificado pela ABD, compõe a OPAC da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica de Sapucaí Mirim-MG. Este, afirmou que da área de 12 hectares da propriedade, cultiva 2 hectares de orgânicos e o restante é mata.

O “Consumidor 3”, ou ainda o “Coprodutor” da SPG ABD, nesse caso específico, esclareceu que é membro da CSA da Demétria, um dos pioneiros deste canal de comercialização, e afirma que conhece e possui relação de amizade com os produtores há mais de uma década.

“Desde 16.05.2011 conheço os agricultores.”

Durante a entrevista com o “Coprodutor” da Demétria, foi muito interessante notar a apropriação do discurso de base agroecológica e perceber que a Agroecologia não é somente Ciência, é prática e movimento. Este, fez questão de enfatizar que não gosta da palavra consumir, costuma usar o conceito de “usufruir”. Dessa maneira, usufrui da disponibilidade do alimento ofertado pelo agricultor.

“A única pessoa que pode escolher o que eu vou comer é o agricultor!”

Nesse momento da pesquisa, identificamos mais uma possível inovação do SPG, que não necessariamente se restringe à modalidade participativa de garantia, mas que está relacionada à forma de comercialização e que favorece a aproximação entre produtor e consumidor, que é a modalidade de comercialização chamada de CSA⁴, Comunidade que Sustenta a Agricultura.

Por fim, a última entrevistada foi a “Consumidora 4”, que também prefere o termo “Coprodutora”. Esta, é coprodutora do Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia (atualmente locada em Sorocaba-SP), e compartilhou que já participou de outros grupos de CSA da SPG ABD. Pela formação em Agronomia, contribuiu para a mobilização e organização dos agricultores, fomentando a conscientização da importância da alimentação menos padronizada.

2.4 Sobre as potencialidades e desafios dos SPG nas perspectivas dos gestores

De acordo com a Embrapa (2021), a produção brasileira de alimentos orgânicos está abaixo da média internacional. Comparando o Brasil com a China, o segundo produz mais de 11 vezes a quantidade de hortaliças e mais de 10 vezes a de frutas. O país que mais contribuiu para o cenário internacional de orgânicos é os Estados Unidos. O estudo apontou que um dos problemas do setor no Brasil é a falta de informações e estatísticas sobre o tema.

⁴Ver <http://www.csabrasil.org/csa/>

De acordo com MAPA, em 2021, o número de empreendimentos orgânicos no Brasil cresceu 11%, somando mais de 25 unidades de produção. Números que apresentam um potencial a ser melhor trabalhado, pois o Brasil representa apenas 1% do mercado global, que ao todo movimentava cerca de US\$ 145 bilhões por ano. Sobre os números, é interessante destacar a disparidade encontrada entre o CNPO e o IBGE. Enquanto o cadastro do MAPA continha cerca de 20 mil produtores orgânicos inseridos no sistema, o censo apontava cerca de 68 mil autodeclarados orgânicos. Fato que pode ser esclarecido, visto que no levantamento do IBGE a questão é autodeclaratória, e no CNPO necessariamente o produtor deve ser avaliado conforme a legislação pertinente.

A Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis) publicou, em 2021, que o mercado brasileiro de orgânicos movimentou aproximadamente R\$ 6,5 bilhões, resultado 12% maior em relação à 2020. Já para 2022, a estimativa ficou entre 10 e 15%, dependendo dos efeitos da crise socioeconômica e da capacidade de compra dos consumidores. Estudos relatam que se não houvesse agravamento da crise e flexibilização das restrições sanitárias relacionadas à Covid-19, o crescimento do mercado seria ainda maior. Pois durante a pandemia, este aumentou o número de consumidores de orgânicos. INCAPER (2020) apontou que as entregas de cestas ou encomendas de produtos orgânicos e agroecológicos cresceram em 136% em meio à pandemia, aumentando em mais de quatro vezes o número de entregas, de 312 para 1.354 por semana.

Organis (2021) destaca que os legumes e as verduras são os alimentos de maior procura pelos consumidores, já as frutas têm uma expansão menos expressiva diante da decisão de consumo estar relacionada à satisfação do paladar. E o setor de proteínas animais orgânicas apresentou um crescimento significativo, relacionado à entrada de grandes empresas como SEARA e BRF, que investem na capacitação e estímulo aos produtores.

Com a regulamentação da produção e a comercialização de orgânicos, exigências e cobranças burocráticas foram criadas a nível federal, mas o Estado não possui estrutura para oferecer suporte, acompanhar e desenvolver os sistemas de maior independência. Dessa maneira, repassa as responsabilidades às agências estaduais, que nem sempre usam das mesmas estratégias de desenvolvimento. No Estado de São Paulo, é evidente a preocupação maior das agências de ATER em regularizar a pareceria agroindustrial e oferecer a titularização, do que fomentar um modelo de agricultura diversificada, mais limpa e independente de insumos externos.

Ainda, apesar da legislação de produção e comercialização de orgânicos oferecer alguns benefícios, como a integração do sistema de certificação em um selo único nacional e a validação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) como mecanismos de controle da qualidade orgânica, as leis e regulamentações também criam obstáculos. Passam a ser exigidos intensos trâmites burocráticos que, além de restringirem o acesso ao mercado orgânico (pela ausência de organismos regulamentados), desafiam os grupos de produtores participantes dos SPG com novas demandas de gestão e custos, que ainda não estão devidamente regulamentados.

Wilkinson (1997) ressalta que a agricultura familiar é composta por diferentes grupos ou tipologias de agricultores, com características peculiares, mas um problema bastante comum refere-se à logística para transportar a produção até os locais de comercialização, dificultando muito o seu desenvolvimento econômico. Padua-Gomes e Padovan (2014) realizaram um estudo envolvendo produtores orgânicos em Mato Grosso do Sul e constataram que a maior dificuldade no processo de comercialização de produtos orgânicos refere-se ao escoamento da produção.

Campanhola e Valarini (2001) ressaltam que dentre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares que atuam na produção orgânica estão os seguintes aspectos: produção em pequena escala, falta de gestão financeira e técnica, escassez de tecnologias para a pequena propriedade, falta de assistência técnica pública, sobrecarga de trabalho, restrição de crédito para a conversão da produção, burocracia para acessar crédito para a produção orgânica, dificuldade em processar a produção por falta de estrutura ou por falta de mão de obra e inadequação no manejo do solo e água das propriedades.

Tassi (2011) aponta outras dificuldades para o avanço da agricultura orgânica que vão desde a revalorização da agricultura familiar e suas práticas até os riscos e perdas inerentes aos ciclos produtivos e comerciais, incluindo 1) a carência de trabalhadores no campo, 2) baixa assistência técnica (também em gerenciamento da produção) aos agricultores, 3) logística para a distribuição de produtos, além do 4) acesso aos mercados, apesar das iniciativas públicas positivas de compra direto da agricultura familiar (PAA) e venda para a merenda escolar (PNAE). Assim, a adoção de estratégias políticas e/ou comunitárias, através de parcerias entre os atores da cadeia produtiva e cidadãos interessados no desenvolvimento do setor se torna fundamental para a manutenção e fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica e das economias regionais.

A legislação de orgânicos no Brasil é mais uma faceta de um Estado exímio na criação de Leis, mas que não possui capacidade de gestão, que para fazer acontecer conta com trabalho voluntário. Este fato se remete à modificação da resolução ambiental de 2012, que buscou a regularização das propriedades através da exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), porém o prazo foi prorrogado por vários anos consecutivos e finalmente venceu em dezembro de 2020. Por fim, apenas o cadastro da propriedade na plataforma regulariza “em partes” a situação, independente de possuir a Reserva Legal e/ou a Área de Preservação Permanente. O Estado cria e impõe a legislação, mas não tem estrutura para fiscalizar. Outro exemplo à nível Federal é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) - criada a fim de assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade - que em 2022, bateu recorde do estoque mais baixo de toda sua história, forçando os brasileiros a pagarem preços abusivos dos itens primários para alimentação enquanto o agronegócio bateu recorde em exportações.

Isto sinaliza a necessidade da sociedade se organizar independente do Estado, que pela ausência e desmonte de políticas públicas transfere suas responsabilidades por meio das parcerias público privado (PPP).

Martins et al. (2017), pesquisando a viabilidade do SPG assumir o papel de ATER, entende que pode ser uma estratégia da sociedade civil organizada de “não esperar tudo” do Estado, mas assume de forma criativa e propositiva o desafio de desenvolver formas próprias para solucionar suas necessidades. Em algumas realidades específicas, o SPG se apresenta como uma ferramenta de troca de informações e de diálogo, capaz de gerar mudanças de concepção e um novo olhar sobre a agricultura e o ambiente, além de melhorar aspectos técnicos produtivos e principalmente apoiar a comercialização, agregando valor aos produtos da agricultura familiar e direcionando-os à ocupação de um nicho de mercado vantajoso para os produtores.

ELITIZAÇÃO DOS ORGÂNICOS

Sobre a elitização dos orgânicos, entre os entrevistados, é unânime a opinião de que o SPG visa democratizar o acesso à certificação e aos alimentos, porém é evidente que existem desafios. Por exemplo: Se tivéssemos mais ATER, poderíamos “incluir” mais produtores. Há quem defenda que está elitizado, porque existem poucos produtores de orgânicos.

Em relação à possibilidade dos mecanismos de certificação “elitizar” a produção e consumo de orgânicos, o Gestor 3 entende que o SPG abriu acesso à certificação, já que a auditoria é excludente

EQUIPARAÇÃO

Quando questionado sobre a regulamentação que equiparou a certificação participativa às auditadas, o Gestor 2 entende que o SPG favorece o fortalecimento das organizações familiares, e citou exemplo do mercado institucional, PAA e PNAE.

“Quem não tinha condição de pagar a auditoria ficava de fora.”

FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Padovan (2016) aponta que o bom desempenho dos grupos produtivos provoca interesses junto a agricultores da circunvizinhança, possibilitando o fortalecimento das organizações e o desenvolvimento da produção agroecológica, porém as transformações de ideias e atitudes acontecem de forma gradual. Tassi (2011) descreve que o SPG na região de Campinas gerou fortalecimento dos coletivos, agregando produtores familiares regionais, no entanto, os custos constituem fator limitante para determinados agricultores.

“Um grupo ainda não efetivou o processo com o SPG por dificuldades quanto ao valor proposto como as primeiras mensalidades do sistema (R\$ 85,00 por produtor/mês). A divisão de valores passa a ser questionada se deverá ser proporcional à renda, área produzida, cultura, ou mantida através de divisão igualitária entre os participantes do SPG. A troca de certificadora, por parte de alguns produtores se deu ou porque estes já estavam envolvidos com a ANC enquanto associação (feirantes), ou porque tomaram conhecimento do novo sistema por colegas produtores e articulação da própria ANC e resolveram ‘experimentar’ o novo sistema.”

Em entrevista aos Gestores do SPG, a fim de avaliar se o mecanismo contribui para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares, o relato foi de que os agricultores dessa modalidade já estavam organizados e a OPAC foi mais uma estratégia para somar, contribuindo para o aumento da renda e prioridades no mercado institucional. A Gestora 1 comenta que o SPG pode facilitar a comercialização coletiva “se não tem volume e diversidade, não consegue atender”. SPG é ferramenta para expandir. Em outros estudos foi possível entender que o fato de conquistarem a fidelidade dos consumidores, refletiu no aumento da renda.

O Gestor 2 enfatiza que o SPG pode favorecer as organizações familiares, oferecendo autonomia e sustentabilidade. No entanto, é necessário entender que:

“SPG é um meio, não fim!”

INCENTIVO ÀS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

O SPG teve origem no movimento agroecológico, por isso entende que as redes podem contribuir para a construção e massificação do conhecimento de base agroecológica. Mas na realidade, as pressões do mercado geradas pela demanda por alimentos orgânicos levaram os agricultores a se afastarem dos princípios agroecológicos, o que leva a ações voltadas diretamente para o agronegócio. Hirata (2019), analisando o SPG-Sul de Minas, primeiro SPG fundado em Minas Gerais (que soma 14 organizações e mais de 200 famílias), evidenciou princípios da agroecologia em aspectos como: o incentivo à diversificação produtiva, a construção de novos mercados alternativos, o renascimento e o uso de sementes de herança e o estímulo à liderança feminina. Dessa forma, aponta que os SPG ajudam a fortalecer a agroecologia e trazem benefícios diretos aos agricultores por meio da revitalização e incentivo aos princípios agroecológicos. Padovan (2016) afirma que o objetivo do SPG não é apenas o de fiscalizar e padronizar o sistema produtivo, mas é também do fortalecimento da agroecologia através do diálogo e troca de conhecimento e saberes entre os agricultores.

Hirata et al., (2019) encontraram resultados que indicam que as metodologias utilizadas pela SPG-Sul de Minas para avaliar a conformidade orgânica contribuíram para o resgate dos princípios agroecológicos entre os agricultores e fortaleceram a agroecologia na região.

Ainda sobre a possibilidade dos SPG incentivarem a prática agroecológica nos territórios, o Gestor 2 aponta que a legislação é a mesma para todos, e os SPG deixaram o mercado de orgânico mais acessível. “Agora, em relação ao modo de produção, a escolha é de cada um, com a necessidade de atender as normativas.”

Na prática, entende-se que a OPAC facilita o acesso ao mercado, então de certa maneira favorece a geração de renda.

“Muitos agricultores formaram a vida por meio deste mercado.”

O Gestor 3, em entrevista, destaca que o SPG é um caminho para desenvolver a agroecologia, e é um potencial de diferenciar do orgânico de mercado. Também entende que a OPAC com certeza favorece o aumento da renda.

“Promove a troca de insumos”

“O orgânico de mercado é ilusório, teve agricultor que saiu do grupo porque não conseguia comprar o esterco.”

Mier y Terán et al. (2018), analisando 5 estudos de caso nos quais a produção agroecológica foi ampliada para uma escala que os autores chamam de massificação da agroecologia, identificaram 8 fatores que podem contribuir com essa massificação. São eles: crises que impulsionam a busca de alternativas; organização social; processos de ensino-aprendizagem construtivistas; práticas agroecológicas eficazes; discurso mobilizador; aliados externos; mercados favoráveis; políticas favoráveis. Assim, podemos considerar que o SPG pode favorecer o desenvolvimento da agroecologia. Alguns SPG têm demonstrado essa capacidade de expansão do sistema orgânico de produção e inclusão da agricultura familiar, que além de ter uma abrangência territorial considerável, envolve um grande número de agricultores familiares com potencial de crescimento.

Outro exemplo de como o SPG pode contribuir para construção do conhecimento é a Fazenda Nata da Serra, certificada via ANC, quem não faz parte da Associação e tem que pagar para visitar, enquanto os associados podem visitar e trocar conhecimentos. Segundo essa realidade, é possível refletir se de fato o SPG cumpre a exigência que pontua o livre acesso às unidades de produção. “Existem SPG que é mais caro do que Auditoria”. Evento também marcado nessa pesquisa pela negação de um agricultor certificado via SPG em agendar a participação e entrevista.

MAIS OPAC

Em entrevistas aos Gestores de SPG, a Gestora 1 quando questionada sobre a percepção da necessidade de formalização de novas OPAC no Estado de São Paulo, destacou que realmente existe essa demanda, inclusive várias aguardam auditoria do MAPA, sendo possível identificar 5 organizações. Ressaltando que a OCS fica submetida à CPOrg e à OPAC a legislação de auditoria, fiscalização e monitoria.

Diante dessa realidade, houve um momento de migração de agricultores auditados para o SPG, motivados pela possibilidade de redução dos custos da certificação, e atualmente o movimento inverso é frequente, pois agora aprenderam e não possuem tempo disponível para visitas e reuniões.

“Quando vai para o SPG por facilidades, a pessoa se frustra.”

Nessa questão é necessário entender a trajetória de cada indivíduo, não existe o melhor ou o pior, depende do perfil do agricultor. Vale ressaltar que SPG não é certificadora, são processos diferentes. SPG conta com o princípio participativo da confiança.

“Imparcialidade e participação são antagônicas.”

Quando questionado sobre sua percepção em relação à necessidade de formalizar mais OPAC no Estado de São Paulo, o Gestor 2 apontou que a distância entre produtores é uma dificuldade, por isso acredita que deveriam ter mais organizações distribuídas pelo Brasil.

A respeito da necessidade de formalizar novas OPAC, o Gestor 3 entende que essa demanda depende de quantos produtores estão interessados, pois é um processo que consome muita energia devido às despesas.

Diante da sua percepção, o desafio de consolidar uma OPAC está relacionado com o grau de estruturação/organização do coletivo. Diante desse ponto de vista, caso existam interessados na região de Araraquara, foi deixado o convite para somar à ABD, no grupo Botucatu-SP, porém com a necessidade de participar e receber 3 visitas ao ano. Além de atender algumas metodologias específicas da Agricultura de base biodinâmica, nesse caso, pontuou que a ABD não permite o uso de esterco de galinhas industriais, não usa sementes convencionais (pois a organização comercializa sementes). A respeito das sementes, fez questão de pontuar que a ABD possui uma estreita relação com a produtora de sementes Bionatur do MST. Nesse momento da pesquisa, foi possível notar que diante das possíveis inovações, existem diferenças entre as formas de organizações e estratégias dos SPG.

FLUXO DE INTEGRANTES

O fluxo alto de integrantes dos sistemas participativos não se dá por somente um motivo. A realidade da agricultura familiar revela um perfil de baixa escolaridade, elevada faixa etária e problemas na geração sucessional das unidades de produção. As exigências burocráticas, preenchimento de documentos, às vezes da própria OPAC, impedem a participação de determinado perfil de produtor. Por isso, muito se discute sobre a necessidade de garantir os princípios, e não os documentos. Porém, poucas OPAC estão dispostas a assumir a responsabilidade e propor metodologias “criativas” para cada realidade. É importante o produtor entender o porquê do controle, da anotação, e o porquê se faz!

Hirata (2021), em sua tese, avaliou que o critério de entrada, quando muito “aberto”, enfraquece o coletivo. O produtor é atraído pelo “imediatismo” da certificação participativa, mas não quer ser coordenador. O crivo de entrada na organização não pode ser negligenciado, o agricultor deve procurar o coletivo e estar apto a seguir as regras. Todos devem participar e os acordos devem ser firmados antes da entrada, aceitando a rotação dos cargos, oportunidades e deveres.

Partindo da realidade de referência até o momento, o fluxo de entrada e saída dos integrantes das organizações é relativamente alto, conforme encontrado nas OCS e outros SPG. Porém, na ANC, de acordo com o relato do Gestor 2, não existe muita rotatividade de agricultores, explicado pela maior “rigidez” do sistema, que garante um fluxo menor de entrada e saída em relação às OCS, e do ponto de vista dele, possui um controle mais frágil, às vezes fica abandonada, e encontra maior dificuldade de manter o grupo.

Em relação ao fluxo de entrada e saída de integrantes, o Gestor 3 relata que a organização tem bastante procura e a principal dificuldade apontada nas baixas, é a dificuldade de pagar a mensalidade. Porém, quando mais à frente avaliamos os números no CNPO, referentes à ABD, notamos uma interessante constância, algo que pode ser positivo, refletindo um menor fluxo de integrantes e maior fortalecimento do grupo. Assim, mais uma vez, destacam-se as diferenças entre os SPG.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE SAÍDA E ENTRADA

Brandenburg (2009), buscando entender o agricultor que atualmente deixa a produção convencional, nos questiona se este contribui para a construção de outro rural ou apenas está transitando entre modelos agrícolas, substituindo insumos. Diante dessa visão crítica da agricultura orgânica, esta seção tem como objetivo conhecer os reais motivos do agricultor orgânico pelo mecanismo participativo de garantia. Essa questão foi trabalhada após a aplicação do questionário e entrevistas junto aos representantes de SPG e produtores.

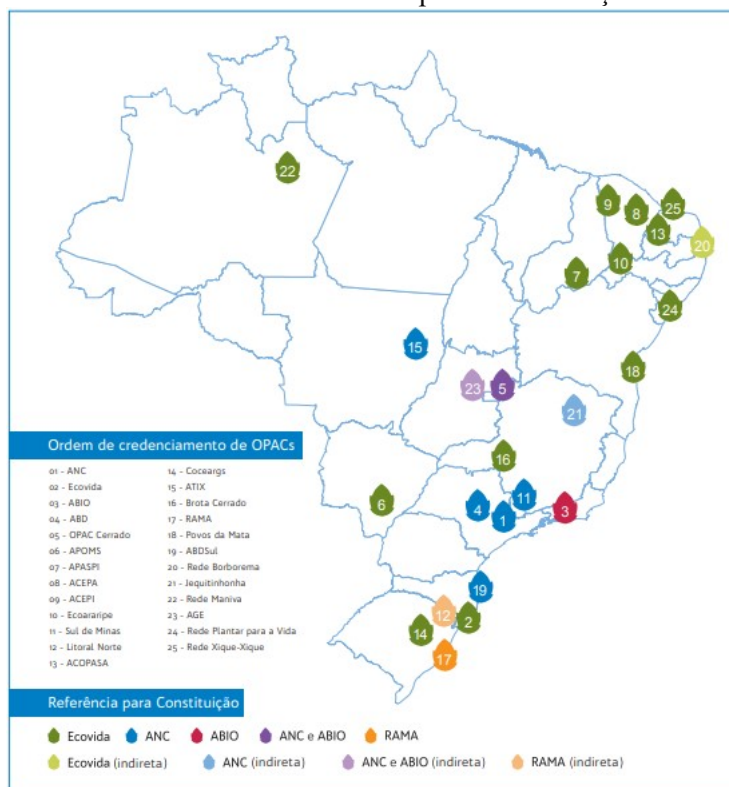
De acordo com Hirata (2020), após o credenciamento das primeiras organizações de SPG, Ecovida e ANC, essas serviram de motivação e modelo para a formação de outras. A difusão aconteceu por meio de consultorias, nem sempre remuneradas, dos pioneiros aos grupos interessados. Dessa maneira, é possível ilustrar no mapa os grupos que trocaram informações e serviram de apoio para formação de novas SPG.

Em entrevistas com os Gestores que atuam na formação de organizações participativas, foi possível notar que há grupos de agricultores que possuíam o desejo inicial de formalizar uma OCS, mas devido à exigência da DAP, e diante da impossibilidade de enquadramento na agricultura familiar, acabaram recorrendo ao SPG. Detalhe muito interessante presente nas respostas dos “Gestores” que atuam com os grupos foi que todos os SPG atendidos já estavam formalmente organizados e a OPAC foi mais uma estratégia da organização. Essa informação diz muito sobre as dificuldades encontradas por um grupo formado exclusivamente para manter uma OCS ou SPG e regularizar a comercialização de

orgânicos. Nesse sentido é possível refletir que a inovação do SPG deve acontecer prioritariamente nas relações entre os produtores.

“Todos os SPG, estudados no livro, já estavam organizados e a OPAC veio para somar”

Figura 9. Mapa do Brasil com a localização dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) conforme ordem de credenciamento e o SPG de referência para a constituição.



Fonte: Elaboração de Guilherme A. P. V. Camilo, com informações dos autores (2019).

Hirata (2020) ressalta que a possibilidade dos próprios agricultores, em definir por si mesmos as ações necessárias para suas áreas, é considerada inspiração e motivação. “A força e a transformação da organização coletiva são inspiradoras”.

BAIXA PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS

Quando questionados sobre a baixa participação dos beneficiários da reforma agrária no CNPO, a falta de assistência técnica qualificada em dinâmica participativa contribui para o agravamento de exigências fora da realidade do agricultor. Foi possível captar a percepção de que os assentados estão atrelados prioritariamente a questões políticas: “Pra que uma declaração se não tenho posse da terra?”.

Padovan (2016) descreve o desafio da construção da percepção do agricultor assentado frente à certificação participativa do produto orgânico e aponta as seguintes questões:

ausência de assistência técnica constante, dificuldade de acesso a tecnologias, comercialização, extinção de políticas públicas, alta exigência burocrática atrelada à baixa escolaridade.

Hirata (2021), avaliando a participação da agricultura familiar nos SPG de todo o Brasil, constatou que 16,3 % são assentados da reforma agrária, considerando um percentual significativo, no entanto, baixo em relação ao potencial. Ainda, identificou apenas um SPG exclusivo de assentamentos, o Coceargs. Borsatto et al. (2019) estimam que 5 % da base social do MST adotam os princípios agroecológicos, mesmo apresentando a agroecologia como diretriz no IV Congresso Nacional, realizado em 2000.

Borsatto et al. (2019) relatam que desde meados da década de 1990, o MST tem promovido a agroecologia. Embora as experiências de produção se espalharam pelos assentamentos, ainda não conseguiram fazer da agroecologia a realidade dominante dentro dos assentamentos. Nesse sentido, os autores apontam que algumas características estruturais do MST e o Estado brasileiro impõem desafios únicos e complexos para o projeto de escalabilidade da agroecologia em assentamentos rurais. Citando as principais demandas: 1) investir em processos menos hierarquizados de extensão rural, 2) implementação de unidades demonstrativas de produção agroecológica em assentamentos, e 3) promover ações e parcerias que aproximem agricultores e consumidores. Nesse sentido, fica evidente a necessidade e importância em discutir questões que muitas vezes ficam invisibilizadas, ou são descartadas por não estarem nas prioridades de uma determinada leitura de desenvolvimento.

Buscando entender a baixa participação de beneficiários da reforma agrária no CNPO, o Gestor 2 apontou a OPAC do MST com aproximadamente 5 anos, agricultores certificados via ANC do acampamento Marielle Vive e do assentamento Milton Santos. Argumenta o desafio de introduzir a agricultura orgânica no assentamento e, ainda mais, consolidar uma OPAC. Aponta que atualmente, o ideal seria a possibilidade de oferecer uma assistência técnica de qualidade e que seja contínua, a fim de consolidar a produção. No quesito assistência técnica, destaca que o SPG tem o potencial de assumir esse papel junto ao grupo, pela troca de experiência e visitas.

“Quem faz assistência técnica no Brasil são as empresas de agrotóxicos, problema bastante grave.”

Na entrevista com o Gestor 3, quando questionado sobre a baixa participação de beneficiários do programa de reforma agrária no CNPO, este citou exemplos de

assentamentos que possuem produtores certificados via ABD, como o Assentamento Iperó próximo à Sorocaba-SP, o Pirituba em Itapeva-SP e o Bananas em Guarapuava-PR.

DIFICULDADE DE MANEJO

Durante as empreitadas a campo, sempre notei uma certa dificuldade dos produtores em atender as demandas de manejo nas unidades de produção, como por exemplo, poda das frutíferas, das adubadeiras, distribuição do material nas linhas, manutenção da compostagem, pulverizações preventivas - seguindo um planejamento semanal e alternando repelentes, antifúngicos, biofertilizantes, monitoramento e manutenção das armadilhas e afins. Os principais motivos apontados, estão relacionados à disponibilidade de mão de obra, tempo e custo. Porém, quando compartilhada essa situação com os gestores de SPG de diferentes regiões, foi possível constatar a diversidade de realidades. Profissionais do Sul de Minas não percebem tal dificuldade e relatam que produtores que procuram o SPG já estão no sistema e o principal entrave está relacionado à documentação e ao preenchimento do PMO. Realidade que pode estar relacionada pela diferença da participação do “neorrural” no território.

MEIOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A fim de mapear os principais meios de comercialização das organizações, a Gestora 1 apontou as feiras como prioridade, seguida pelo mercado institucional (PAA e PNAE), com um crescimento significativo à oferta de cestas.

Em relação à ANC, o Gestor 2, apontou como o principal meio de comercialização as feiras. Mas enfatizou:

“Outras OPAC estão totalmente apoiadas no mercado institucional como PAA e PNAE.”

Para o Gestor 3, em relação aos principais canais de comercialização, a ABD aponta as feiras como principal canal, seguido pelo CSA de Iperó, Botucatu, Instituto Terra Viva, Instituto Chão e cestas individuais.

Nessa questão de estratégias de comercialização, ficaram evidentes as diferenças entre os SPG. E chamou a atenção a inovação entre produtores e consumidores dos SPG da ABD, que apontam a modalidade de CSA como destaque e ainda aproxima o consumidor ao ponto de se auto intitular coprodutor, pois participa do sistema de produção e financia antecipadamente o alimento.

Tassi (2011), em relação aos espaços de comercialização específicos, ressalta a possibilidade de constituírem bons espaços para trabalhar a informação/educação do consumidor. Em diversos países europeus, as pequenas lojas servem de cenário para a realização de oficinas e de debates sobre o tema, comércio justo e para a mobilização de grupos de consumo responsável, como propostas de boicote ou posicionamentos em relação a determinado acontecimento mundial (ZERBINI e PISTELLI, 2003).

POTENCIALIDADES

A Gestora 1, durante a entrevista, enfatizou que a maior parte dos SPG vieram de grupos já formados, onde o capital social e as relações de confiança já estavam instaladas.

“Geralmente o primeiro passo é a formação de uma associação, seguida pela participação em feiras e posteriormente a formação da OPAC”.

O QUE OS GESTORES “PENSAM” SOBRE A CONVENCIONALIZAÇÃO

Como discutido anteriormente, o sistema de produção orgânico passa por um processo de “convencionalização” (quando ocorre simplesmente a substituição de insumos), rompendo com a origem de base ecológica que busca oferecer autonomia para o produtor. Durante as entrevistas, foi possível perceber que multiplicadores do SPG chamam esse fenômeno de “orgânico de mercado”, porém entendem que essa situação é menos frequente no SPG, pois esse mecanismo de certificação “nasceu” da organização de agricultores agroecológicos preocupados com questões socioambientais.

“Produtores procuram o SPG por que querem mais que o selo, buscam valores e princípios.”

Os SPG contribuem para os princípios agroecológicos, discutem temáticas relacionadas à questão de gênero, inclusão, mercados curtos, redes de consumidores, etc. Temas que não constam na pauta do “orgânico de mercado”.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Tassi (2011) destaca que o procedimento de avaliação da conformidade pode ser um desafio devido à necessidade dos agricultores internalizarem práticas como planejamento, registros e monitoramento das atividades produtivas. Os agricultores ficam obrigados a realizar visitas entre si, o que na maioria das vezes, devido à distância entre as propriedades,

rotina diária do campo e hábitos individuais, ainda não favorecem para que tais encontros aconteçam naturalmente.

Hirata (2020) pontua cinco principais desafios para o SPG, sendo o primeiro a necessidade de diferenciar o SPG de uma certificadora, pois a credibilidade deve ser garantida não pelo documento, mas sim pelo exercício dos princípios. O segundo desafio está relacionado com a necessidade de adequar o controle e o PMO com a realidade do agricultor, de maneira que possibilite um aprimoramento da autonomia do agricultor. O terceiro, condiz com a ausência da assistência técnica especializada e disponível. Ainda aparece a baixa participação dos consumidores junto às organizações. E por fim, a necessidade de equidade de gênero e geração, a fim de garantir a materialização das ações do SPG.

Nas entrevistas, perante a percepção dos “Gestores” no mecanismo, foi possível perceber a necessidade de trabalhar a formação dos produtores quanto à essência da rastreabilidade, “capina e colheita não interferem na conformidade orgânica”. O direito de acesso aos mecanismos de certificação deve estar inserido na agricultura familiar. As OPAC não podem ficar restritas a metodologias consolidadas como da ANC e ECOVIDA.

Diante do relato dos Gestores que atuam na formalização de SPG, foi possível perceber que, de acordo com as exigências do MAPA, algumas OPAC exageram no controle, exigindo atas, formulários, volume de horas trabalhadas, pulverizações, origem de mudas e sementes. E que na prática, quando se detecta uma fraude no orgânico, o evento está relacionado à comercialização e não à produção. Como, por exemplo, o produtor que procura a produção do vizinho, ou do Ceasa, para complementar na comercialização. Por isso é muito importante estimar a produção nas visitas de monitoramento.

Algumas OPAC, às vezes com o intuito de dividir despesas, aceitam ou realizam chamamento para novos participantes e essa prática acaba somando realidades diferentes, de produtores que não participaram da formação do grupo, refletindo em alguns casos de desentendimentos por não aceitar determinada metodologia e não entender o motivo da mesma. Por isso que existem grupos mais reservados, que aceitam novos participantes, quando são procurados, e pontuam a exigência de cumprimento de determinada metodologia. Como por exemplo, os cargos e funções na OPAC, obrigatoriamente são rotacionados, em determinado período todos terão que se doar para o correto funcionamento do coletivo.

Na entrevista com o Gestor 2, a respeito das dificuldades de manter o SPG, este destacou a burocracia, “dificuldade com a papelada”. Além disso, enfatiza que a metodologia deve ser facilitada e atender a realidade do grupo. Ainda, fez questão de compartilhar sua

experiência com os indígenas no Xingu, que buscavam alternativas para regularizar a produção e comercialização de mel, pimenta e óleo de pequi.

“Na tribo, somente 20% fala português. Como pedir para preencher a papelada?”

Relatou que na realidade dos indígenas, é totalmente inviável cobrar a mesma metodologia de outras realidades.

“Alguns indígenas fazem anotações à carvão!”

Diante dos fatos, a metodologia proposta ao MAPA contou com relatórios verbais gravados e fotografias, detalhe muito interessante é de que parte dos relatos verbais estavam em dialeto indígena. E assim, após aprovação pelo Ministério, surgiu o primeiro sistema participativo de garantia, exclusivamente indígena chamado de ATIX (Associação Terra Indígena Xingu) associação autorizada a funcionar como certificadora.

Ainda sobre os desafios enfrentados pelo SPG, a burocracia é que se faz mais marcante, também relacionada à ocupação do campo pelo jovem. A quebra dessa barreira é fator primordial, e visa incentivar as novas gerações a aderirem o sistema de produção de base ecológica. O Gestor 3 destacou o acesso às políticas públicas como um agravante, ausência da ATER, créditos adequados, prejudicando a viabilidade econômica da produção.

A INOVAÇÃO NA RELAÇÃO ENTRE PRODUTOR E CONSUMIDOR, DIANTE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Segundo a IFOAM (2019), envolver os consumidores nas iniciativas de SPG pode trazer muitos benefícios, uma vez que eles possuem interesses complementares. Entre esses benefícios, o documento ressalta o fortalecimento da credibilidade do sistema, ampliação das oportunidades de mercado, contribuição nos processos de avaliação da conformidade e, ainda, maior reconhecimento dos consumidores em relação ao trabalho dos agricultores, resultando em maior valorização dos alimentos orgânicos. Porém, o maior envolvimento com os consumidores parece ser um desafio para os SPG brasileiros, salvo algumas exceções. Geralmente, os consumidores estão mais integrados aos eventos e ao convívio nas feiras que, de fato, à dinâmica de avaliação da conformidade (HIRATA, 2021).

Entrevistando Gestores, que atuam no apoio à formação de organizações, foi muito interessante entender que a possível inovação esta intrínseca a ambos os protagonistas dessa relação. O agricultor deve estar aberto para receber a demanda do consumidor e constituir novas relações. Mas o consumidor está pouco envolvido nesse processo de construção, pois

de certa forma apenas usufrui desse modelo de organização e oportunidade de aproximação com o produtor, enquanto poderia assumir função mais ativa nesta relação. A Gestora 1 destaca que:

“Os consumidores poderiam assumir a distribuição, por exemplo. Assim, o agricultor teria mais tempo para produzir, se capacitar, se organizar, além da qualidade de vida.”

Por fim, atendendo a hipótese central dessa tese, que defende a possível inovação entre produção e consumo de orgânicos diante do mecanismo participativo de garantia, foi possível entender que tal ferramenta teve origem de uma dinâmica entre produtor e consumidor, mas atualmente o consumidor está pouco envolvido e poderia assumir maiores compromissos nessa relação.

O Gestor 2, quando questionado se o SPG inova na relação entre produtor e consumidor de orgânicos, deu uma resposta clara:

“Tem potencial, porém pouco explorada.”

Usou o exemplo do:

“João da alface, a visita em sua unidade de produção foi divulgada na feira, porém o consumidor vê pouco estímulo.”

“O consumidor não está informado, ele pode e deve participar!”

O Gestor 3 acredita que o SPG possui o potencial de inovação na relação entre produtor e consumidor, porém diante sua percepção, o produtor deveria “só produzir”.

Em teoria, o consumidor deveria participar do SPG e seria uma responsabilidade dele mesmo.

“Será que o consumidor topa participar da organização?”

Durante a pesquisa, nos deparamos com uma amostra do público consumidor da ABD, que diante da grande proximidade com os produtores, se auto intitulam de coprodutores. Estes, contribuem no sistema de produção e usam uma estratégia de comercialização vinculada ao SPG, chamado de CSA. O consumidor cede a casa para receber a produção, divide o montante, e organiza o pagamento. Nessa situação, o coprodutor possui uma lousa na casa, e ali os demais anotam os itens levados. Nessa lógica, se é participativo, não precisa de certificação. Muito interessante notar como o SPG possibilitou a inovação entre a relação de produção e o consumo.

“SPG é ferramenta para quebra de paradigma.”

Em síntese das entrevistas, relacionadas ao primeiro eixo direcionado aos “Gestores”, foi possível elaborar os seguintes quadros com as respostas encontradas

Quadro 7. Síntese dos resultados encontrado junto aos Gestores (Eixo 1).

Entrevistada (o)	Elitização dos orgânicos	Fortalecimento das organizações	Incentivo a Agroecologia	
Gestora 1	SPG visa democratizar	Já estavam organizados	Construção e massificação do conhecimento.	
Gestor 2	SPG visa democratizar	Compartilhar experiências	A escolha é de cada um	
Gestor 3	SPG visa democratizar	SPG é ferramenta	SPG é caminho para Agroecologia	
Entrevistada (o)	Mais OPAC?	O porque de poucos Assentados	Comercialização	Inovação na relação
Gestora 1	Sim	outras prioridades	Feiras, PAA e PNAE	Tem potencial
Gestor 2	Sim	ausência de ATER	Feiras, PAA e PNAE	Tem potencial
Gestor 3	Somar à nossa	citou exemplos de assentados certificados	Feiras e CSA	Tem potencial

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2022.

2.5 Percepção dos gestores diante da inovação da relação produtor-consumidor

Entre os gestores, é unânime a opinião de que o SPG visa democratizar o acesso à certificação e aos alimentos orgânicos, porém é evidente que existem desafios. O SPG favorece o fortalecimento das organizações familiares, no entanto, o destaque foi de que os agricultores dessa modalidade já estavam organizados e a OPAC foi mais uma estratégia para somar, contribuindo para o aumento da renda e prioridades no mercado institucional. A maior parte dos SPG tiveram origem de grupos já formados, onde o capital social e as relações de confiança já estavam instalados.

Ficou claro que o SPG teve origem no movimento agroecológico, por isso o potencial de contribuir para a construção e massificação do conhecimento de base agroecológica. Porém, as pressões do mercado levam ao agronegócio.

Em relação à formalização de novas OPAC é necessário entender que é um processo que consome muita energia e despesas. Além de exigir certo grau de estruturação e organização do coletivo.

Em relação ao fluxo de integrantes, o movimento não se dá por apenas um motivo, existe a migração de agricultores auditados para o SPG, motivados pela possibilidade de redução dos custos da certificação, e o movimento inverso, porque agora aprenderam e não possuem tempo disponível para visitas e reuniões. Porém, é necessário respeitar a trajetória de cada indivíduo, não existe o melhor ou o pior, depende do perfil do agricultor.

Quanto à baixa participação dos beneficiários da reforma agrária no CNPO, a falta de assistência técnica é um forte agravamento, seguido pelas exigências fora da realidade do agricultor. Também foi possível entender que os assentados estão atrelados prioritariamente a questões sociopolíticas.

Os principais meios de comercialização encontrados foram as feiras e o mercado institucional, com um crescimento significativo à oferta de cestas. A estratégia de comercialização via CSA foi uma possível inovação na relação entre produtor e consumidor, neste trabalho, com destaque na SPG da ABD.

Sobre a inovação na relação entre produtor e consumidor, ficou claro que o SPG possui um potencial, inclusive previsto na lei. Porém, a possível inovação está intrínseca a ambos protagonistas dessa relação. A ferramenta teve origem de uma dinâmica entre produtor e consumidor, mas atualmente o consumidor está pouco envolvido e poderia assumir maiores compromissos nessa relação.

CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES SOBRE A POSSÍVEL INOVAÇÃO, DIANTE A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES DE ORGÂNICOS

Este capítulo está relacionado ao segundo eixo deste trabalho, os produtores, e cruza respondados questionários e das entrevistas que, posteriormente, foram comparadas e comprovadas pelos três eixos. Assim, foi possível ilustrar esse capítulo com informações quantitativas dos questionários e informações qualitativas provenientes das entrevistas.

3.1 Análise dos questionários referente ao Eixo “Produtores”

IDENTIFICAÇÃO

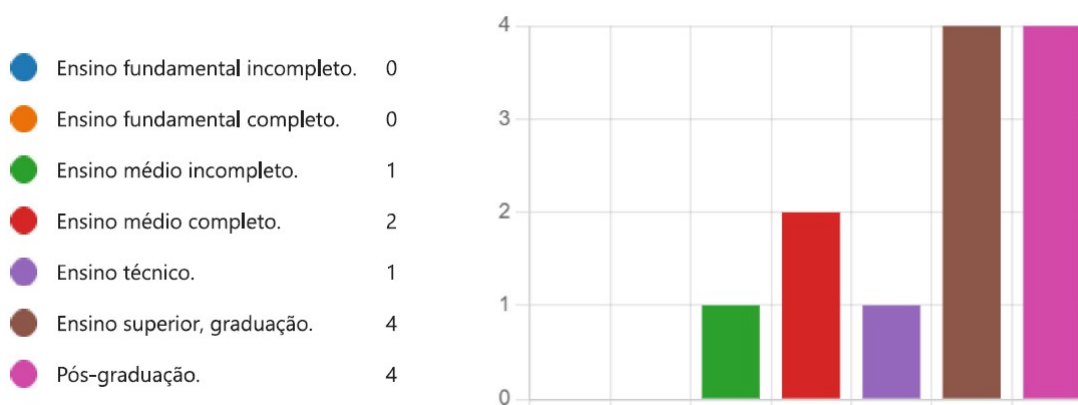
O questionário aplicado, a fim de identificar produtores de orgânicos certificados via SPG, fez uso da ferramenta de Whatsapp através de grupos específicos sobre produção de base ecológica. Somando 196 participantes da ANC, 167 participantes do grupo Agroecologia Primavesi e 22 participantes do grupo boas práticas agrícolas, além dos que compartilharam em outros grupos (mais de 385 questionários enviados), a pesquisa encontrou 12 produtores dispostos a responder o questionário e 6 a participar da entrevista.

SEXO

Por meio do questionário que contou com 12 respostas, foi possível identificar a participação de 8 produtores do sexo masculino e 4 produtoras do sexo feminino. Em relação à faixa etária, os números acompanharam a mesma porcentagem: 9 são adultos, entre 20 e 59 anos e 3 possuem mais de 60 anos.

Em relação à escolaridade foi possível notar uma predominância de produtores com maior nível de instrução, 1 deles possui ensino médio incompleto, 2 possuem ensino médio completo, 1 com ensino técnico, 4 possuem ensino superior e 4 possuem pós-graduação. Resultados, estes, que contrapõem estudos que apontam a realidade da agricultura familiar com o perfil de baixa escolaridade. Entre os produtores que participaram do questionário, 4 possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e 8 não possuem o documento de enquadramento na categoria de Agricultor Familiar. Informações que, somadas, podem indicar que os produtores, não familiares, superam os familiares na composição dos SPG.

Gráfico 1. Grau de escolaridade dos produtores que responderam ao questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

PERFIL

Em relação ao perfil dos produtores, Tassi (2011) notou que os agricultores que participam do SPG da ANC são bem diversificados, incluindo desde agricultores familiares até produtores-técnicos com maior grau de investimento e empreendedorismo em sua produção, fato que comprova as características do rural contemporâneo, onde o tradicional e o moderno passam a conviver em uma mesma realidade. Com diversidade de atores, redefine-se o rural a partir de novas sociabilidades que articulam redes envolvendo atividades de reconversão ecológica ou ambiental, caracterizando assim um cenário com distintas ruralidades (WANDERLEY, 2001; BRANDENBURG, 2005). De maneira geral, tais agricultores mantêm viva a ligação com o cultivo da terra e a preocupação com a qualidade do alimento produzido, sendo os primeiros consumidores de sua produção. Estão cientes de que a troca quer seja de técnicas, sementes ou de informações, acabam sendo as grandes vantagens dos SPG.

REGIÃO

Brito et al. (2023), analisando dados do CNPO de 2020, encontrou produtores de orgânicos distribuídos em 630 municípios do Estado paulista (97,7%), sendo que na maioria dos municípios há um ou dois produtores. E ainda constatou que o Estado de São Paulo detém os maiores números de produtores orgânicos cadastrados no MAPA.

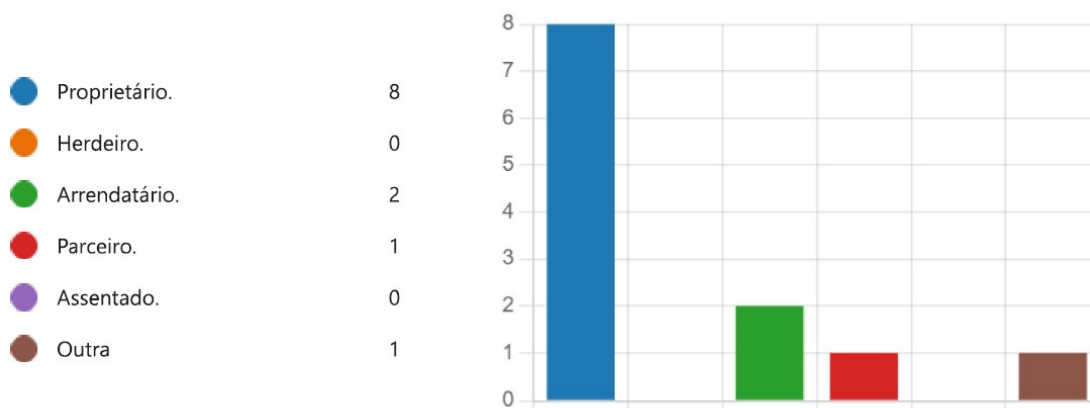
O questionário, que contou com 12 respostas, mostrou produtores distribuídos em diversas regiões do Estado de São Paulo, além de outros Estados. Sendo 1 produtor do prefixo DDD 11 (São Paulo e região), 1 do DDD 14 (Bauru, Marília e região), 3 do DDD 15 (Sorocaba e região), 1 do DDD 16 (Ribeirão Preto e região), 1 do DDD 19 (Campinas e região) e 5 de outros Estados. Deste público, 5 são certificados via ANC, 4 produtores via ABD e 3 de outras (1 OPAC Maniva e 2 da Rede Ecovida).

Em relação à distribuição geográfica dos produtores de orgânicos no Estado de São Paulo, estudos apontam uma relação positiva entre a presença da agricultura familiar, o cadastro no CNPO e o levantamento do IBGE (BRITO et al. 2023). Os dados corroboram com resultados de Mazzoleni e Nogueira (2006) e Castro Neto et al. (2010), de que o potencial brasileiro para a agricultura orgânica está nos agricultores familiares. Scalco et al. (2019) enfatizam que a maior concentração de agricultura orgânica também há relação com a facilidade de acesso aos mercados e à demanda de produtos.

ÁREA

Quanto à área usada para a produção, 8 são proprietários, 2 arrendatários, 1 parceiro e 1 que possui outra condição de uso, que não assentado. Lembrando que, em contrato de arrendamento, a característica principal está pré-determinado o valor, independente da produção. Já na parceria, o valor da mensalidade ou anuidade está atrelado à produtividade. Quando questionados sobre o cultivo paralelo (produção convencional e orgânico na mesma propriedade), todos participantes apontaram exclusividade para o sistema de produção orgânico.

Gráfico 2. Relação do produtor, que participou do questionário, com a unidade de produção.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Com relação à contratação de mão de obra, 9 produtores confirmaram que contratam e 3 produzem exclusivamente com a força de trabalho familiar. Quando questionados sobre a assistência técnica, 4 assumiram contratar e 8 negaram a contratação do serviço especializado.

Gráfico 3. Relação da contratação de mão de obra.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A realidade da agricultura de base ecológica, especificamente na produção de hortaliças e frutas, é muito exigente de mão de obra. Costa e Campanhola (1997) descrevem que o trabalho é intensivo em função das práticas de plantio e manejo, como as adubações, controle de doenças com caldas e insumos, cobertura morta, arranquio de plantas espontâneas, plantio de adubos verdes, compostagem de matéria orgânica de origem animal. Tassi (2011) aponta que uma das principais dificuldades levantadas pelos agricultores é justamente a falta de mão de obra para auxiliar nas atividades do campo.

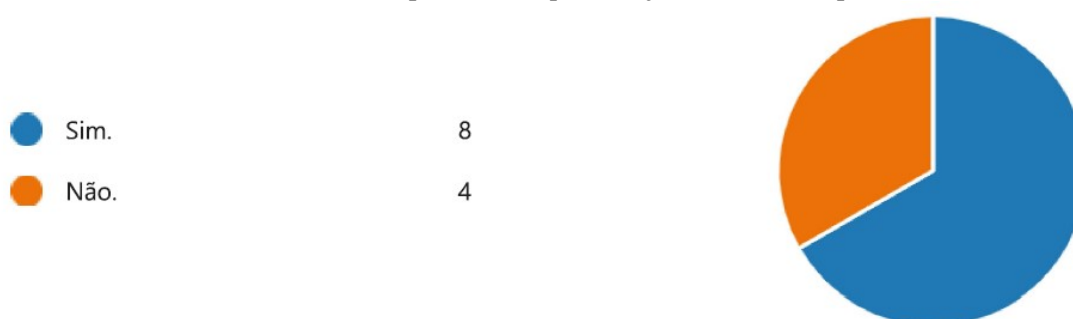
DESAFIOS

Tassi (2011) aponta que o acesso a mercados é um dos desafios para a agricultura familiar de base ecológica. A logística de compra, distribuição e transporte do meio rural para o urbano exige uma grande articulação do produtor. As centrais de abastecimento possuem uma função importante para a comercialização com varejistas, mas para os produtores orgânicos e suas particularidades, não existe estrutura de comercialização consolidada, com rotas coletivas e comuns construídas, a exemplo da rede Ecovida. Portanto, exige-se que o agricultor se articule com outros parceiros (incluindo os consumidores e poder público), se apropriando das regras do mercado de produtos orgânicos e das regulações pertencentes a ele. A venda direta na propriedade, quando bem localizada, acaba sendo uma alternativa escolhida por alguns, podendo agregar serviço com estratégias de “colha e pague” e turismo rural. Mas são poucas as situações em que o produtor irá comercializar em um só canal de venda. Os arranjos de comercialização devem ser tão dinâmicos e flexíveis quanto às improbabilidades do sistema produtivo.

AUTONOMIA

Buscando entender a percepção do produtor quanto à autonomia no sistema produtivo, todos os produtores que responderam ao questionário apontaram que produzem ao menos um insumo usado na produção. E 10 produtores entendem que a OPAC incentiva o uso de práticas de base agroecológicas, contra 2 que não souberam informar. Também é predominante a parcela de produtores, 8 deles, que sentem a necessidade de expandir a área de produção, contra 4 que entendem que a área manejada é suficiente.

Gráfico 4. Relação de produtores que almejam aumentar a produção.

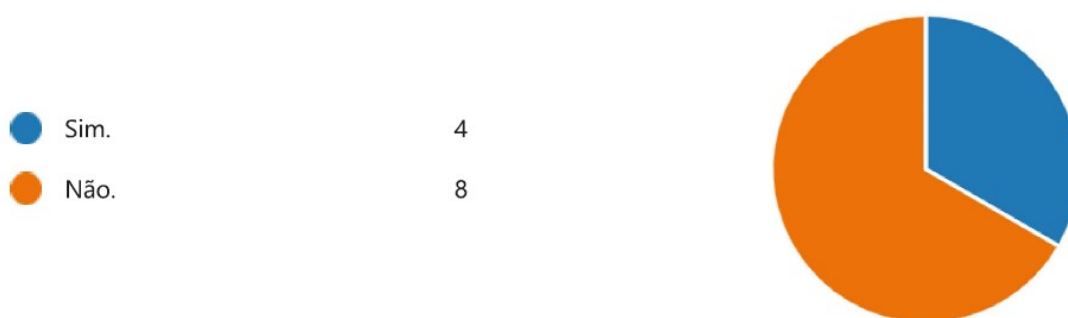


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Com o intuito de buscar indicadores quanto à preocupação com o meio ambiente, o questionário levantou que, 8 dos produtores que participaram da pesquisa, não contabilizam o volume de água usado na produção e apenas 4 acompanham o volume do recurso natural investido na produção.

Gráfico 5. Relação de produtores que contabilizam o volume de água usado na produção.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quadro 9. Resultados encontrados em relação às dimensões agroambientais.

	Dimensão Ambiental
Princípios Agroecológicos	Situação percebida, durante a pesquisa, em relação à dimensão ambiental dos princípios agroecológicos
Diversificar e integrar as propriedades.	Todas unidades produtivas foram consideradas bastante diversificadas. Algumas unidades produtivas diversificadas promoveram integração entre vegetal e animal.
Promover a biodiversidade do solo.	Uso de cobertura; Policultura com outras culturas agrícolas; Cultivo nivelado; Aplicação de compostos orgânicos.
Reduzir a dependência de insumos	Houveram diferenças entre as unidades de produção. . A maioria busca autonomia e produz os insumos Apenas um, assumiu comprar, devido custo e mão de obra.
Resiliência e adaptações	A maioria das unidades de produção possuem estratégias de rotação de cultura e diversificação. Uma única, assumiu mudar de área afim resolver problemas sanitários.

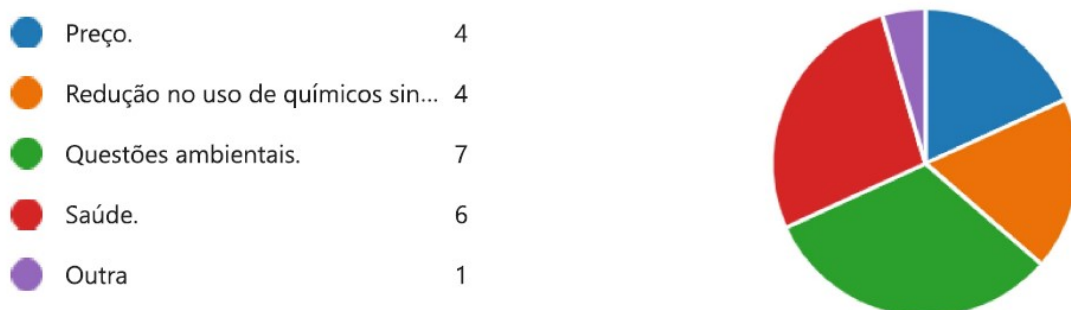
Fonte: Adaptação do conteúdo apresentado por Hirata et al., 2019.

Quando questionamos os produtores sobre a motivação em trabalhar com métodos participativos, a resposta mais sinalizada foi a preocupação com o meio ambiente, seguida pela busca de melhores condições de saúde. Esta última, também foi apontada como prioridade entre os consumidores.

Uma parcela significativa dos produtores que responderam ao questionário, apontou o preço como principal motivação em participar do SPG, seguida pela preocupação em reduzir o uso de produtos químicos sintéticos. O fator menos sinalizado, mas não menos relevante, foi

o interesse em trocar conhecimento entre os integrantes do SPG, aspecto frequentemente identificado durante as entrevistas com os produtores.

Gráfico 6. Motivação do agricultor em participar do SPG.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como o questionário foi aplicado de forma aleatória, direcionado a grupos específicos de produção e consumo de orgânicos, 8 dos produtores que responderam à pesquisa assumiram fazer parte da OPAC que visita e coordena as atividades referentes ao acompanhamento da produção e da metodologia de controle da garantia da qualidade orgânica. É interessante notar que a maior disponibilidade e contribuição, nessa pesquisa, foram de referências que envolvem o coletivo. Esta contribuição, muitas vezes é considerada uma espécie de “autodoação” para o funcionamento do coletivo. Durante a pesquisa foi possível notar que nem todos os integrantes estão dispostos a se doar, por determinados períodos ou mandatos. Este fato contribui para as características de determinadas organizações (SPG) serem mais “fechadas” que outras.

CONHECEM OS MECANISMOS

Sobre a realidade dos produtores que participaram do questionário, em conhecer ou não outros mecanismos de certificação, mais de 50% dos 8 participantes assumiram conhecer. E 4 deles já utilizaram outro mecanismo de cadastro, predominantemente o auditado (evento reforçado durante as entrevistas).

CONTRIBUI PARA O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Buscando entender se o mecanismo participativo contribui para o fortalecimento das organizações de produtores, 8 deles afirmaram que contribui muito, 3 entendem que contribui pouco e 1 relata que não contribui em nada. Já em relação à aproximação com o consumidor, a maior parte dos produtores que participaram da pesquisa (8 deles), afirmaram que recebem vistas de consumidores na unidade de produção.

Gráfico 7. Produtores que recebem consumidores na unidade de produção.



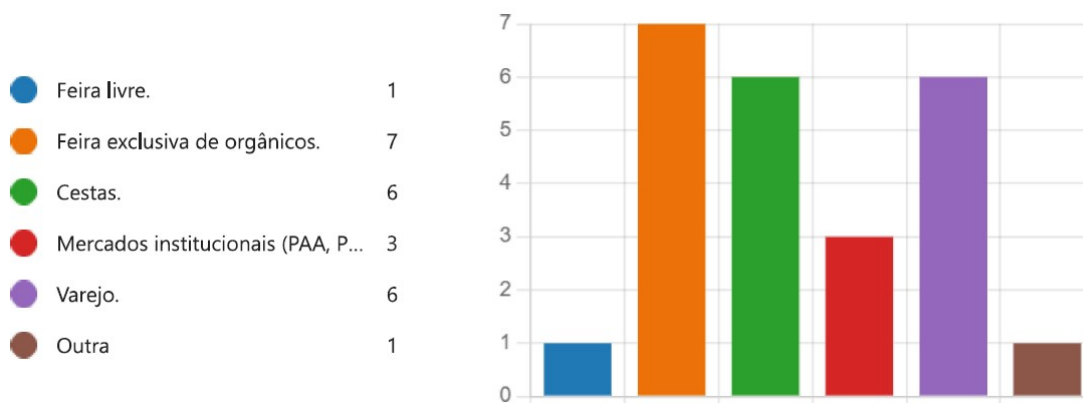
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

A fim de mapear os canais de comercialização, destaca-se a feira exclusiva de orgânicos apontada por 7 dos produtores, seguida pelas cestas, o varejo e finalmente o mercado institucional. Rover et al. (2020) apontam que existe uma relação positiva com a comercialização em cadeias curtas. Essas são mais apropriadas para a agricultura orgânica, pois está essencialmente ligada aos princípios que preconizam este modelo de agricultura (BRITO et al. 2023).

Metade dos produtores que responderam ao questionário afirma comercializar a sua produção de forma individual, e a outra metade da amostra comercializam sua produção de maneira coletiva, com outros produtores.

Gráfico 8. Principais meios de comercialização praticados pelos produtores.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

INCREMENTO NA RENDA

Quando os produtores foram questionados sobre o possível incremento de renda devido à certificação participativa, a maior parte dos participantes (7 deles) afirmaram que houve favorecimento no aumento da renda, 2 não notaram mudança na renda e 3 não souberam responder.

Gráfico 9. Relação de produtores que perceberam aumento na renda, devido à certificação.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

INOVAÇÃO NA RELAÇÃO

Houve interessante destaque para o grupo de produtores (7 deles) que afirmaram que a prática de produzir e comercializar orgânicos contribuiu para a mudança de relação com os consumidores. Houve 3 produtores que não souberam informar e 2 afirmaram não perceber mudança na relação entre produtor e consumidor.

Gráfico 10. Relação de produtores que perceberam mudanças na relação entre produtor-consumidor, devido à prática de produzir e comercializar orgânicos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Entre todos os produtores que responderam ao questionário, nenhum excluiu a relação de contato social com o consumidor, 7 afirmaram conhecer parte de seu público consumidor e 5 apontaram uma relação estrita, visando apenas a venda do produto. Em relação à porcentagem estimada sobre o produtor conhecer o público consumidor, 5 dos produtores

estimam conhecer entre 25 e 50% de seu público, 3 dos produtores conhecem menos do que 25% de seus consumidores.

3.2 Análise das entrevistas referente ao Eixo “Produtores”

Este subtítulo está relacionado às entrevistas com os produtores, que posteriormente foram comparadas e comprovadas pelas três classes. Assim, foi possível ilustrar esse capítulo com informações qualitativas proveniente das entrevistas.

ONDE E COMO ADQUIRIU O CONHECIMENTO

A fim de entender onde e como o produtor adquire o conhecimento, durante a entrevista com o Produtor 1, o mesmo declarou que teve acesso às informações sobre as práticas de manejo e sobre os mecanismos de certificação nos cursos oferecidos pelo Senar, inclusive curso sobre OCS, mas que não atendia a sua necessidade. Enfatizou que já fez curso de compostagem, biofertilizantes e microorganismos. Possui DAP e renova com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Devido à participação nos cursos e, posteriormente, inclusão no SPG, já visitou várias outras unidades de produção, inclusive outras regiões para coordenar as visitas da OPAC. Destacou que, durante as visitas e capacitações, sempre aprende algo novo e citou exemplos como o manejo da bananeira, da uva e do caqui. Também conta com o apoio de instituições parceiras como o SENAR, a Embrapa e Universidades públicas e privadas. Essas informações corroboram com a hipótese de que os SPG contribuem para a construção do conhecimento e aprendizado de técnicas de manejo, além da formação de redes entre produtores, técnicos e instituições de ensino e pesquisa. Perosa et al. (2009) identificaram que organismos institucionais contribuem com papel facilitador e viabilizador de movimentos favoráveis a esta categoria de produtos.

“Ainda quando necessário procuro no Google.”

O Produtor 5, quando questionado sobre a sua percepção em relação à participação de um coletivo e a contribuição para o conhecimento, afirma que o coletivo fortalece muito a troca de experiências e favorece, ainda, a equalização das práticas dentro desse coletivo.

Outra resposta interessante quanto à construção do conhecimento foi a do Produtor 6, o qual relatou que sua família no Rio Grande do Sul sempre produziu de maneira “natural”. Relatou também que, buscando melhorias na qualidade de vida junto a sua esposa bióloga,

somaram à Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica das Serras de Santana e assim passaram a participar das feiras de sementes, debates, visitas e, dessa maneira, decidiram resgatar e colocar em prática os manejos que achavam mais adequados para cada situação.

DESAFIOS

Durante a entrevista com o Produtor 1 em Atibaia, visitamos o processo de pós colheita, resumido em três etapas: lavagem, etiquetagem e rastreabilidade. Quando este compartilhou a primeira adaptação no processo: “antes anotava a rua de colheita e manejo, e atualmente resumiu por blocos representados pela sequência do alfabeto.” Afim de garantir a rastreabilidade, tudo é anotado no caderno de controle: plantio, manejo e início da colheita. Os agricultores cultivam um alqueire (2,42 hectares) de área 100% no sistema orgânico, porém não é possível o manejo da área toda devido à exigência de muita mão de obra, estando uma parcela em pousio (no momento da visita), onde alterna milho, batata e adubação verde (crotalária, mucuna e girassol).

O Produtor 3, durante a entrevista na feira da AAO, quando questionado sobre os desafios, relatou o enfretamento de doenças com a hérnia das crucíferas, e contou que faz uso da estratégia de migrar para outras áreas. Relatou também que possibilita avaliar o entendimento do agricultor sobre o manejo de base ecológica, e que o ideal seria o agricultor praticar a rotação de culturas, planejar a unidade de produção e diversificar as culturas. Além de que, também reflete uma fragilidade do sistema de participação, pois o mecanismo realiza o cadastro do produtor em uma área específica, não contando com essa migração.

O Produtor 5, em entrevista, relatou que o maior desafio que enfrenta na produção é o acesso aos insumos, e compartilhou sua experiência com as sementes:

“Somente em último caso recorro às convencionais.”

Já o Produtor 6, relata que o maior desafio está no acesso à mão de obra, tendo em vista que a faixa etária da região é alta e os jovens possuem uma visão depreciativa do campo e têm vergonha da origem.

AUTONOMIA

Em visita na unidade de produção do Produtor 1, buscando indicadores sobre a autonomia ou a dependência em relação aos insumos, os agricultores relataram baixa dependência externa, comprando algumas sementes, mudas e bokashi poucas vezes. Relatou que produz 20% de suas sementes e compra 80%, porém relatou a preocupação com portaria

52 do MAPA, que limitou o uso de convencionais em 80% em 2022, 60% em 2023 e assim sucessivamente. A prática da compostagem é presente na unidade de produção, onde faz uso de resíduos das hortaliças, podas e esterco de cavalo que recebe dos vizinhos. Também demonstrou a metodologia para a produção de farinha de osso e torta de mamona, ambos na unidade de produção. Para o controle dos desequilíbrios que surgem durante a condução da cultura, é recorrido a extratos de plantas e leite de vaca. Visando o controle da formiga, usa vinagre e água quente, e também relatou a invasão de lebres durante os períodos que ocorrem queimadas na região, sendo que a propriedade serve de abrigo para os animais. A tiririca e o caruru são as plantas espontâneas mais frequentes no canteiro e são controladas com o arranquio manual. Também relatou que recebe mudas de morango da prefeitura de Atibaia-SP, de maneira gratuita. Faz uso da irrigação por aspersão e não se preocupa com molhamento na parte da área das plantas.

Em entrevista com a Produtora 2, buscando entender sua autonomia ou dependência diante o uso e necessidade de insumos externos à unidade de produção, a produtora declarou praticar a compostagem e a produção de 100% das mudas a serem cultivadas no sítio. Recorte interessante, que destaca a prática de base ecológica resultando na autonomia do agricultor, com potencial de redução de custos.

O Produtor 3, em relação à necessidade de aquisição de insumos, assume a compra de bokashi, esterco adquirido dos vizinhos e 100% das mudas.

Em relação à dependência de insumos, o Produtor 4, disse que produz o bokashi, mas compra os insumos. E sobre as mudas, afirmou que produz cerca de 50% e também compra o composto e sementes.

“Comprar sai mais barato.”

O Produtor 5 afirma buscar a maior autonomia possível no sistema de produção, por isso pratica a compostagem, porém adquire o esterco bovino de vizinhos e soma com resíduos da propriedade. Também afirmou comprar pó de rocha esporadicamente. Em relação às mudas, a grande maioria é proveniente de sementes próprias, e quando precisa comprar, dá preferência por orgânicas ou sem tratamento, e somente em última situação, adquire as convencionais.

O Produtor 6 assume a aquisição de Calcário e Yarin, porém enfatiza que produz 100% de suas mudas e sementes. Também relata que entende a propriedade como um organismo vivo, por isso cria animais e prepara os biodinamizados. Ainda, pontuou

ingredientes da compostagem, como o uso do miolo do cupinzeiro, a serrapilheira com os microorganismos eficientes, o napier, capim gordura e o margaridão.

PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Durante a visita na unidade de produção do Produtor 1, foi possível perceber que este possui grande preocupação com o meio ambiente, inclusive possui um espaço para receber e acomodar diversas espécies de abelhas. Ele relata que, após a chegada das abelhas, percebeu melhoria expressiva na produção do morango. Porém, quando questionados sobre o consumo de água, os produtores não contabilizam a quantidade exata, apenas estimativas devido ao funcionamento da bomba.

CONHECEM OS MECANISMOS

Sobre a questão dos produtores de orgânicos conhecerem os mecanismos de certificação, durante a entrevista com o Produtor 3, houve o relato de que ele não participou de outros mecanismos, mas seu tio, que é parceiro, já foi certificado por outras organizações como Ecocert e IBD.

O Produtor 4 também compartilhou sua percepção sobre as diferenças dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica:

“Na OCS, preciso visitar outros produtores, arcar com o deslocamento e investir tempo. Já no auditado, eu não gasto tempo!”

O Produtor 5, quando questionado sobre outros mecanismos de certificação, assumiu que já foi certificado por Auditoria e que na época migrou para o participativo buscando redução de custos. No entanto, atualmente, contabilizando o tempo empenhado, percebe que os custos são maiores, e por isso, devido à maior afinidade com o conceito participativo, não dispensa o coletivo. Ainda, relata que no passado foi membro da OPAC e atualmente retornou a função de agendar visitas, organizar Atas e “puxar” o coletivo.

O Produtor 6 afirmou conhecer outros mecanismos de certificação, mas o participativo sempre o motivou, devido à forma de organização e cumplicidade nas atividades de manejo e comercialização. E devido ao profundo comprometimento e engajamento com a Associação, este ocupa a função de Diretor da OPAC Serras de Santana. Ainda, compartilhou sua percepção quanto ao sistema de auditoria que não possui relações sociais e foca apenas no resultado. Já o participativo, foca nos processos, na construção do respeito, da ajuda, da transparência e conta com as constantes visitas e reuniões:

“Somos vigilantes, um pelo outro.”

FLUXO DOS INTEGRANTES

O movimento de migração entre os mecanismos de cadastro, é frequente, fato que pode ser melhor esclarecido diante da principal dificuldade apontada para encontrar tempo em participar das atividades coletivas e cumprir as exigências “burocráticas”, além de manter o caderno de campo atualizado.

De acordo com os registros no CNPO, podemos analisar o fluxo de integrantes nas organizações e, percebendo a continuidade dos números referente a ABD junto aos produtores nas entrevistas, encontramos alguns indícios da menor variabilidade. O Produtor 5 enfatizou que, para entrar em qualquer SPG da ABD, é necessário, em algum momento, compor a OPAC e que 3 faltas consecutivas, sem justificativa médica, causa a exclusão do grupo.

CONTRIBUI PARA O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

A Produtora 2, em entrevista, assumiu que, no momento, quem representa a unidade de produção junto ao SPG é seu filho. Este, participa das reuniões, recebe os parceiros e visitas, e inclusive é membro da OPAC.

Afim de avaliar se o mecanismo usado na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos contribuiu para o fortalecimento das organizações de agricultores, nessa situação específica, o Produtor 1 declarou dificuldade em se manter na organização e destacou o individualismo dos parceiros de grupo.

O Produtor 3 relatou que o SPG fortalece as organizações de produtores e favorece as trocas de experiências. Assumiu que aprendeu a estaquear a vagem nas visitas entre os produtores. Mas não percebe o fortalecimento entre instituições, recebe visita de escolas somente para demonstrar o sistema de produção. Também confirmou a participação nas visitas aos demais produtores, mas nunca assumiu a função de coordenador (quem deve preencher toda documentação da visita).

DEMOCRÁTICA

Sobre a percepção dos produtores, é unânime que o SPG é uma modalidade democrática, onde todos possuem a oportunidade de expor suas dificuldades e opiniões. Porém, entendem que existem pontos a serem melhores trabalhados, pois apontam que a democracia existe “em partes”.

A Produtora 2 relatou que, como em todas organizações, as relações cotidianas do coletivo podem gerar algum tipo de conflito, mas o objetivo sempre busca estabelecer acordos para manter uma metodologia em comum com toda a organização. Citou o exemplo do sistema de inspeção exigido para a comercialização de ovos:

“Quando eu era auditada o SISP(Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo) era aceito, agora o SPG não aceita. Por isso, tive que contratar veterinários e doutores.”

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Tentando entender as estratégias de comercialização, durante a visita à unidade do Produtor 1, ele afirmou que atualmente só vende de maneira direta quando recebe visitas de consumidores e que a prioridade é atender o contrato que possui com uma rede de supermercado da região (Big), na modalidade de consignado, repondo três vezes na semana. Disso, o que não vende vai para as galinhas e compostagem. Compartilhou a experiência de quando pegava encomendas e entregava cestas de alimentos orgânicos:

“ O consumidor fazia o pedido às 10:30 e queria para o almoço. Pensa que é Ifood!”

Também nos contou que já houve procura de outras redes de mercados, mas para aumentar a produção relata a necessidade de aumentar a mão de obra, fator que inviabiliza a expansão da atividade.

A Produtora 2, em relação às estratégias de comercialização, contou sobre a feira, e declarou as cestas e os mercados institucionais, o mais exigente diante de sua percepção. Diferente dos demais feirantes, essa barraca continha produtos identificados como provenientes de parceiros, outros produtores que não estavam ali. Essa prática contribui para o entendimento de que o SPG pode favorecer o fortalecimento das organizações de produtores.

O Produtor 3 relatou que sua logística de produção, atualmente, é para atender somente feiras, mas já entregou em mercados. A participação nas feiras, distribuídas na semana, exige a rotação entre 3 membros da família.

O Produtor 5, em relação as estratégias de comercialização, apontou a feira exclusiva de orgânicos como o canal mais expressivo, seguido pelo CSA e depois o mercado institucional.

O Produtor 6, devido um maior distanciamento físico dos consumidores, apontou alguns mercados parceiros como a principal estratégia de comercialização, como o Instituto Chão, Orgânicos da Mantiqueira, Instituto Baru, etc. Relatou, inclusive, que realiza trocas de

produtos com estes mercados. A segunda estratégia de comercialização mais expressiva é o mercado insitucional, nessa ocasião o PNAE. E por fim, a terceira estratégia (não menos significativa e talvez a mais promissora, devido à distância e longevidade do produto), que são o mercado e as feiras de processados que ofertam compotas, temperos, molhos e polpas.

INOVAÇÃO NA RELAÇÃO ENTRE PRODUTOR E CONSUMIDOR DE ORGÂNICOS

Esse enfoque, de caráter central da tese, foi reforçado durante as entrevistas com quatro consumidores e visitando produtores de orgânicos que comercializam de forma direta (em feiras) e entregam cestas a domicílio. Foi possível notar, através da fala, que o mecanismo de certificação participativa possui o potencial de inovação nas relações entre produtor e consumidor de orgânicos, favorecendo além do contato social, a criação de laços de amizade e vínculos afetivos. Claro que, a forma de comercialização e a empatia de ambos os protagonistas, contribuem e complementam os possíveis laços de inovação na relação entre produtores e consumidores.

“Eles mandam mensagens pedindo dicas, trocamos receitas, nos contam os problemas do dia-a-dia e perguntam sobre nossa vida. Quando ela morreu, chorei tanto, era minha amiga.” (Caderno de campo 11/10/2021, Apêndice A⁵)

Sobre a possível inovação na relação entre produtores e consumidores de orgânicos, no caso específico do sítio do Produtor 1, este declara que não notou proximidade com o consumidor, mesmo recebendo visitas exclusivas para a compra de hortaliças. Pela sua percepção, os consumidores não conhecem as diferenças dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. Quando questionado sobre produzir alimentos de base ecológica e se isso tem mudado suas relações e seu modo de vida, o agricultor afirmou: “Orgânico é estilo de vida.”

Em entrevista com a Produtora 2, afim de atender o tema central dessa tese, avaliando a possível inovação na relação entre produtores e consumidores de orgânicos, foi possível perceber na forma de diálogo da feirante com os consumidores que existe laços além da comercialização, que se criaram e desenvolveram naquele espaço de convivência. A produtora assumiu uma relação de amizade com a maior parte de seus clientes e também consegue identificar pessoas que são novas naquele ambiente.

⁵ No Apêndice A consta um diário de campo de uma atividade na OCS Bela Vista na qual foi possível perceber algumas especificidades da certificação participativa, dentre elas a construção de relações produtores-consumidores.

O Produtor 3, em relação à hipótese central da tese, buscando entender a possível inovação na relação entre produtores e consumidores de orgânicos nesse ambiente de exclusividade orgânica, relata não perceber diferenças nas relações com os consumidores, alternando os mecanismos de avaliação da conformidade agropecuária.

O Produtor 4, sobre a relação com os consumidores, relatou que não percebe diferença em comparação com outras bancas que são certificados por outros mecanismos. Mas percebe a diferença do SPG em relação à troca de conhecimento entre os produtores.

O Produtor 5, em relação a aproximação com consumidor, afirmou que não percebe a inovação na relação com o consumidor devido o mecanismo de certificação, principalmente porque já tinha o público consumidor desde quando era certificado por auditoria. Compartilhou que somente os consumidores mais próximos ficaram sabendo da mudança de mecanismo de certificação.

O Produtor 6 afirmou cultivar uma relação de proximidade com os consumidores de seus produtos orgânicos, principalmente devido à feira semanal e os clientes antigos de outras feiras que participavam.

Quadro 10. Resultados das entrevistas referente ao eixo 2 (Produtores).

Produtor (a)	Região	Dificuldades	Autonomia	Canais de comercialização	Inovação na relação
Produtor 1	Aibaia-SP	Mão-de-obra	Alta	Contrato com mercado	Não percebe
Produtora 2	Cosmopolis-SP	Mão-de-obra	Alta	Feiras, PAA, PNAE e cestas	Relação de amizade
Produtor 3	Ibiúna-SP	Custos	Média	Feiras	Não percebe
Produtor 4	Jarinu-SP	Custos	Baixa	Feiras	Não percebe
Produtor 5	Botucatu-SP	Insumos	Alta	Feiras, CSA e PNAE	Não percebe
Produtor 6	Sapucaí Mirim-MG	Mão-de-obra	Alta	Atacado, PNAE e feira	Sim, percebe.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.3 Síntese do Eixo “Produtores”

Entre os produtores, foi possível identificar a predominância de produtores do sexo masculino, na faixa etária entre 20 e 59 anos. Em relação à escolaridade, houve predominância de produtores com maior nível de instrução, ensino superior. Fato que, somado à informação de que maior parte da amostra não possui DAP, pode indicar que os produtores, não familiares, superam os familiares na composição dos SPG.

O questionário obteve resposta de diversas regiões do Estado de São Paulo, e também de outros Estados. A maior parte da amostra quantitativa se classifica como proprietário do imóvel e possui exclusivamente produção orgânica. Uma parcela significativa assumiu a contratação da mão de obra e negou o pagamento e recepção de assistência técnica.

Foi possível discutir a hipótese de que os SPG contribuem para a construção do conhecimento e aprendizado de técnicas de manejo, além da formação de redes entre produtores, técnicos e instituições de ensino e pesquisa. Além disso, de que essas redes favorecem a autonomia e incentivam práticas de base agroecológicas.

Todos os produtores confirmam a preocupação com o meio ambiente, porém não são todos que contabilizam o volume de água usado na produção. O preço foi apontado como a principal motivação para trabalhar com métodos participativos.

Foi possível notar que nem todos os integrantes do SPG estão dispostos a participar da OPAC. A maior parte dos produtores assumiu conhecer os demais mecanismos de certificação e pouco mais da metade já fez uso de outro mecanismo.

Sobre a percepção dos produtores em relação à democracia, é unânime que o SPG é uma modalidade democrática, onde todos possuem a oportunidade de expor suas dificuldades e opiniões. Porém, entendem que existem pontos a serem melhorados e trabalhados.

Entre os produtores, o destaque para o principal canal de comercialização foi a feira de orgânicos, seguida pelas cestas, depois varejo e por último o mercado institucional.

Em relação à hipótese central da pesquisa, foi possível constatar que a prática de produzir e comercializar orgânicos contribuiu para a mudança de relação com os consumidores. A maior parte dos produtores de orgânicos, afirmou conhecer seu público consumidor. Portanto, foi possível notar que o mecanismo participativo possui o potencial de inovar na relação entre produtores e consumidores de orgânicos, favorecendo além do contato social, a criação de laços de amizade e vínculos afetivos. Irrefutável que o canal de comercialização é primordial nessa inovação, tendo em vista que o SPG não necessariamente obriga o produtor a realizar a venda direta.

CAPÍTULO 4 – REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA COM CONSUMIDORES DE ORGÂNICOS

4.1 Análise dos questionários relacionados ao Eixo “Consumidores”

Portilho (2005) constatou em seu trabalho o crescente número de consumidores ecológicos e Silva (2007), por meio de pesquisas em diversos mercados e confirmou a informação. Fato que constitui uma das razões para o aumento da demanda de produtos orgânicos. Brandenburg (2009) comenta que a politização do consumidor cria a oportunidade

para a sociedade modificar o mercado, diferente do consumismo em massa. Uma linha de raciocínio semelhante pode ser aplicada ao produtor, que passa a agir não somente visando a dimensão econômica, mas também ao social e ambiental.

O questionário aplicado ao público consumidor de orgânicos foi distribuído entre os grupos de Whatsapp e contou com 62 respostas sendo 43,5% da localidade DDD 16 (Ribeirão Preto e região), 17,7% DDD 11 (São Paulo e região) e 12,9% de outros Estados. É importante deixar claro que a maioria das respostas dos consumidores da localidade DDD 16, é consumidor da feira de orgânicos promovida pela parceria entre UNIARA e Prefeitura Municipal de Araraquara-SP e que, devido à maior proximidade com este público, foi mais fácil obter o contato. Detalhe que merece atenção, é que estes consumidores da feira de orgânicos de Araraquara são consumidores de produtos orgânicos via OCS e não OPAC.

PERFIL

Quanto ao perfil do público consumidor de orgânicos que participou do questionário, 62,9% (39 dos entrevistados) se identificaram como mulheres, 35,5% (22 deles) como homens e 1,6% (1) como não binário. Conforme descrito por Buquera (2021), esta informação corrobora com pesquisas anteriores que mostram que a maior parte do público que adquire o alimento orgânico, são mulheres. Perosa et al., (2009) contrapondo esta pesquisa, encontrou a maioria do sexo masculino (53,6%) e 46,4% do sexo feminino.

Contraopondo

A faixa etária mais expressiva foi a de adultos, entre 20 e 59 anos, com 80,6% (50 dos entrevistados) de participações, e os demais participantes, 19,4% (12 deles), acima de 60 anos. Sobre a escolaridade do público consumidor que respondeu ao questionário: 53,2% (33 dos entrevistados) possui pós-graduação, 30,6% (19 deles) possui graduação e 16,2% (10 deles) possui ensino médio completo ou ensino técnico, apontando para uma quantidade de consumidores de mais de 80% que possuem ensino superior completo. Perosa et al., (2009) encontraram resultados coerentes com outras localidades, indicando alto nível de escolaridade dos consumidores, preocupados com saúde e meio ambiente.

Tendo em vista a faixa etária e o nível de escolaridade mais significativo na amostragem entre consumidores, foi possível relacionar o conhecimento com a escolha seletiva do alimento. A classe com maior acesso à informação opta pelo alimento sem agrotóxico e aproximação com o produtor. A maior parte dos consumidores de orgânicos

possui grau elevado de instrução (BUQUERA, 2021). Isso pode ser justificado, visto que a pesquisa foi divulgada inicialmente nos meios acadêmicos. A universidade incentiva a feira de orgânicos no município de Araraquara, portanto, isso pode ter contribuído para uma super-representação desse grupo.

Em relação à moradia, 17,7% (11 entrevistados) moram sozinhos, 71% (44 deles) moram com até 3 pessoas, 9,7% (6 deles) moram com até 5 pessoas e somente 1,6% (1 entrevistado) mora com mais de 6 pessoas. Resultado semelhante foi encontrado por Buquera (2021), com destaque para o baixo número de consumidores morando sozinho.

Quando questionados sobre a renda mensal familiar, 30,6% (19 dos entrevistados) assumiram a somatória acima de R\$ 9.000,00, 29% (18 deles) entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00, 17,7% (11 deles) entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 e 11,3% (11 consumidores) estão entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.000,00 ou R\$ 7.000,00 a R\$ 9.000,00.

A seguir, o quadro 3 expõe os dados socioeconômicos dos consumidores de orgânicos coletados pelo questionário.

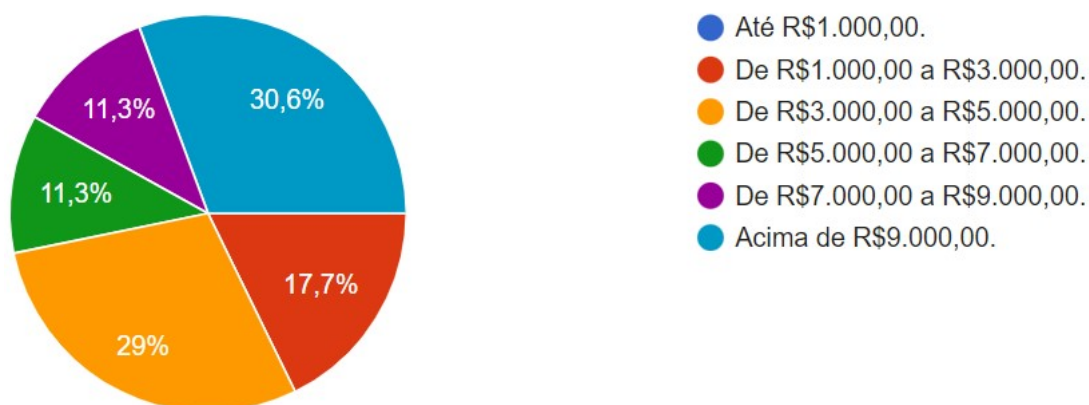
Quadro 11. Dados socioeconômicos – Levantamento on-line.

Item	Qtd.	%
Gênero		
Feminino	39	62,9
Masculino	22	35,5
Não binário	1	1,6
Faixa etária		
Até 19 anos	0	0,0
Entre 20 e 59 anos	50	80,6
Acima de 60 anos	12	19,4
Pessoas na residência		
Somente 1 pessoa	11	17,7
De 2 a 3 pessoas	44	71,0
De 4 a 5 pessoas	6	9,7
Acima de 6 pessoas	1	1,6
Renda Familiar		
Até R\$ 1.000,00	0	0,0
De R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00	11	17,7
De R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00	18	29,0
De R\$ 5.000,00 a R\$ 7.000,00	7	11,3
De 7.000,00 a R\$ 9.000,00	7	11,3
Acima de R\$ 9.000,00	19	30,6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Interessante destacar a grande participação do consumidor de orgânicos com renda familiar mensal superior a R\$ 9.000,00. Segundo o IBGE (2021), o Estado de São Paulo é o terceiro maior com rendimento mensal domiciliar, com média de R\$ 1.814,00 per capita. Considerando que a pesquisa encontrou a concentração média de até 3 moradores por residência, é possível afirmar que o público consumidor de orgânicos avaliados neste questionário possui renda superior à média nacional. Este resultado diverge do trabalho de Buquera (2021), que encontrou a maior parcela dos consumidores com renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00. Isso pode ser justificado, talvez pelo fato dessa referida pesquisa ter maior contribuição do público universitário. Alguns trabalhos apontam renda média não tão elevado como Pereira et al., (2015) e outros corroboram com a informação encontrada nesse questionário como (ANDRADE e BERTOLDI, 2012); (BARBOSA et al., 2011). Contudo, apesar de existir uma parcela maior de indivíduos com formação em nível superior e maiores rendas, também foi expressiva a quantidade de pessoas com renda entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil, sugerindo uma perspectiva de popularização do consumo de orgânicos por meio dos mecanismos de avaliação participativa.

Gráfico 11. Representação da renda do consumidor de orgânicos.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

Considerando as práticas e hábitos, apenas 32,3% (20 consumidores) assumiram fazer parte de alguma organização que defenda o meio ambiente. Em relação ao hábito alimentar de consumir produtos de origem animal 14,5% (9 deles) são vegetarianos, 6,5% (4 deles) são veganos, 53,2% (33 deles) comem carne alguns dias da semana e 25,8% (16 dos entrevistados) comem carne todos os dias. Organics (2019) aponta que 25% dos consumidores orgânicos possuem uma alimentação restritiva (para emagrecimento, intolerância, vegetarianismo ou veganismo).

Sobre o hábito alimentar de consumir legumes, verduras e folhas 62,9% (39 consumidores) consomem em todas as refeições, 35,5% (22 deles) em quase todas as refeições e 1,6% em poucas refeições. Sobre o consumo de frutas 41,9% (26 consumidores) consomem mais de duas frutas diariamente, 24,2% (15 deles) consomem até duas frutas por dia e 33,9% (21 deles) não consomem regularmente.

ALIMENTO ORGÂNICO É...

Para os consumidores que participaram da pesquisa, alimento orgânico é aquele que não usa agrotóxico (83,9%), passam por processo de certificação (43,5%), não usam adubos e insumos para o controle de pragas e doenças (35,5%), não usam produtos industriais (30,6%). Ainda, 4,8% acreditam que produtos orgânicos não usam maquinário no sistema de produção e 3,2% pensam que produtos orgânicos são exclusividade de sistemas protegidos de produção. Uma concepção equivocada sobre o que é orgânico é o fato de alguns consumidores entenderem que o alimento orgânico é exclusividade de produção em estufas.

COMO ATESTAM

Desse universo de 62 consumidores, 33 deles (53,2%) atestam a qualidade do orgânico por conhecer a origem do alimento, 37,1% atestam com base na confiança no produtor e 45% se preocupam com o selo ou certificado. É possível destacar a significativa parcela de consumidores de orgânicos que conhece a origem do alimento e atesta a qualidade do produto tendo como referência à confiança no produtor, o que indica aproximação na relação produtor e consumidor, reafirmando a hipótese desse trabalho: que o SPG possui o potencial de inovar nas relações entre produtor e consumidor, principalmente quando aliado à comercialização direta.

CONHECEM O LOCAL DE PRODUÇÃO E O PRODUTOR

Quando questionados sobre conhecer o local de produção do seu alimento orgânico 11,3% afirmaram conhecer o local de todo alimento orgânico consumido, 48,4% conhecem a procedência de apenas alguns alimentos e 40,3% não conhecem o local de produção do seu alimento orgânico. Sobre conhecer o produtor do seu alimento orgânico, 9,7% assinalaram a alternativa referente a conhecer o produtor de todos alimentos, 54,8% conhecem o produtor de alguns alimentos e 35,5% não conhecem o produtor. Do total das respostas 58,1% dos

consumidores já visitaram algum produtor de orgânico, o que reafirma o pressuposto da possibilidade de construção de relações.

HÁBITO DE CONSUMIR ORGÂNICO

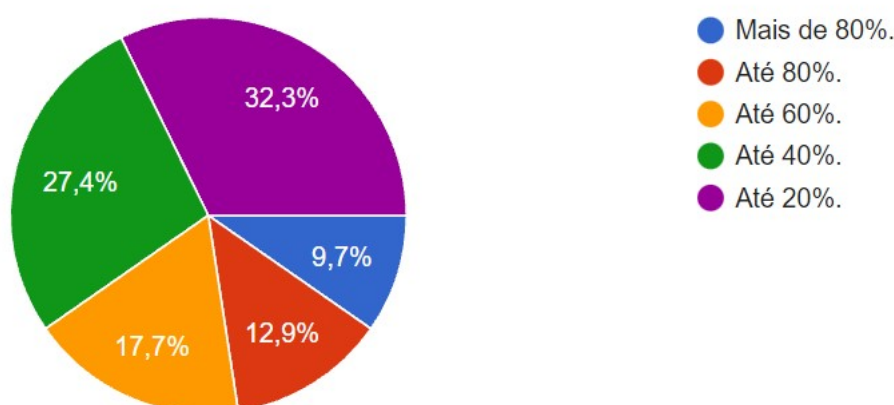
Por meio do questionário aplicado ao público consumidor de orgânicos, foi possível constatar que 69,4% dos participantes entendem que o hábito de consumir orgânicos contribui para a redução das mudanças climáticas e pode amenizar a pegada ecológica da humanidade que causa pressão sobre o planeta. Junto ao hábito de consumir orgânicos, a prática de separar o lixo para reciclagem e reduzir o consumo de carnes foram os principais apontamentos, com 98,4% e 43,5% dos consumidores, respectivamente. Interessante como a conscientização dos consumidores pode refletir para a transição de um sistema de produção menos impactante.

% DE ORGÂNICO NA ALIMENTAÇÃO

Em relação ao consumo alimentar 32,3% (20 participantes) estimam que até 20% do seu consumo alimentar é orgânico, 27,4% (17 deles) somam até 40% de orgânicos na sua alimentação, 17,7% (11 deles) estimam que 60% da sua alimentação é orgânica, 12,9% (8 consumidores) estimam que o orgânico compõe até 80% da sua alimentação e 9,7% (6 deles) contam com mais de 80% de orgânicos no hábito alimentar. É possível relacionar esses resultados com trabalhos de Duval et al.(2017), que pesquisando consumidores da feira orgânica de Araraquara-SP, estes apontaram adquirir 70% das frutas, legumes e verduras da feira.

A partir dessas respostas foi possível inferir que o consumo desses grupos de alimentos é alto por parte dos consumidores que responderam ao questionário. A aquisição dos produtos avaliados por via participativa é favorecida, uma vez que estudos mostram que a maior parte da produção desses produtores são de frutas, verduras e legumes.

Gráfico 12. Relação de orgânicos na alimentação do consumidor.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

Sobre a aquisição do produto orgânico, 91,9% (57 dos participantes) assumiram ser o próprio responsável pela tarefa e 16% (10 deles) incluem a esposa ou marido. Quanto ao local de compra, 53,2% (33 dos consumidores) apontaram as feiras de orgânicos, 46,8% (29 deles) em mercados convencionais, 30,6% (19 deles) na feira livre e 24,2% (15 deles) recebem em cestas, direto do produtor.

PREPARO DO ALIMENTO

Em relação ao preparo do alimento, 64,5% (40 consumidores) relataram preparar a própria refeição todos os dias e 22,6% (14 deles) quase todos os dias e 4,8% (3 deles) nunca preparam a refeição. Em relação há quanto tempo possuem o hábito de consumir orgânicos 29% (18 consumidores) assinalaram que há mais de dez anos, 17,7% (11 deles) há mais de cinco anos e 19,4% (12 deles) há menos de um ano.

ONDE ENCONTRAR

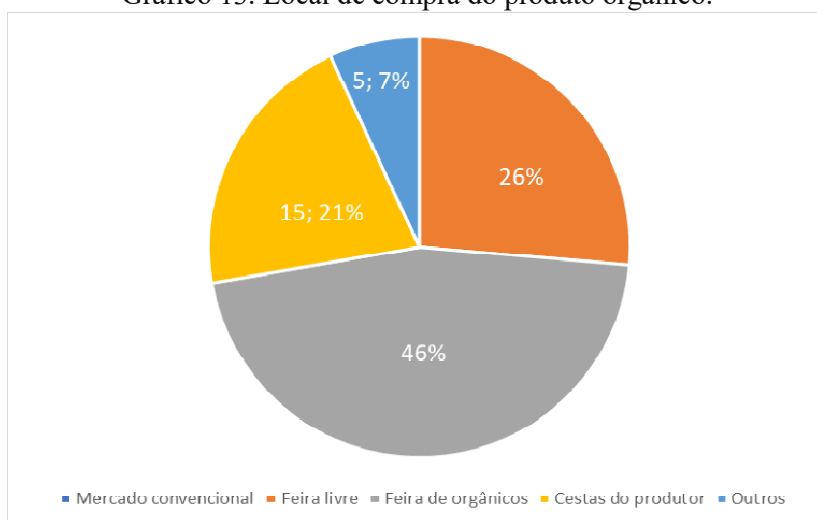
Em relação à facilidade para encontrar produtos orgânicos 29% (18 consumidores) assinalaram fácil, 19,4% (12 deles) difícil e 40,3% (25 deles) nem fácil, nem difícil. Entre as principais dificuldades, as mais assinaladas foram: pouca oferta e variedade 53,2% (33 consumidores) e a distância do local de venda 24,2% (15 deles). A questão da diversidade de produtos pode estar relacionada ao planejamento ou à capacidade gerencial da unidade de produção.

Entre os participantes que responderam ao questionário, 67,7% (42 consumidores) assinalaram que o consumo de alimentos orgânicos durante a pandemia permaneceu o mesmo.

LOCAL DE COMPRA

Interessante o destaque das feiras de orgânicos que contribuem para a aproximação do produtor e consumidor, favorecendo a inovação e fortalecimento das relações. Esse percentual significativo de consumidores que apontaram a feira de orgânicos como o principal local de compra, com certeza foi acentuado devido à maior proximidade com os consumidores da feira de orgânicos de Araraquara-SP. Outros estudos corroboram com o resultado encontrado, como Perosa et. al., (2009), que apontam a Feira Orgânica mais frequente entre os consumidores, seguida pelas quitandas, supermercados, feiras livres, restaurantes, farmácias e outros.

Gráfico 13. Local de compra do produto orgânico.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

CONHECIMENTO SOBRE

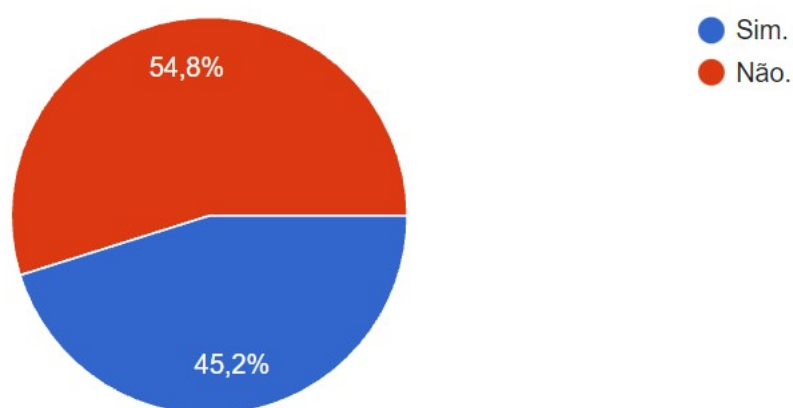
Quando questionados sobre a forma de obtenção do conhecimento sobre produtos orgânicos, 77,4% (48 consumidores) apontaram a Internet, 29% (18 deles) cursos específicos, 25,8% (16 deles) a televisão, 24,2% (15 deles) revistas e 19,4% (12 deles) jornais. Em relação aos mecanismos de certificação, 54,8% (34 consumidores) desconhecem. Sobre qual é a certificação do seu alimento orgânico, 35,5% (22 participantes) afirmaram não saber se é certificado, 17,7% (11 deles) afirmaram que o produto é certificado, mas não conhecem o mecanismo, 19,4% (12 deles) são via Organização de Controle Social, 14,5% (9 deles) via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade e também 14,5% (9 deles) assinalaram via auditoria. Farina et al. (2002) afirmam que existe uma assimetria de informações (entre produtores, fornecedores e consumidores) nas cadeias de produtos orgânicos.

Tassi (2011) notou que nas diferentes partes do mundo, a construção de um mercado especial para os produtos orgânicos teve como ponto de partida o desejo dos consumidores em ter acesso a produtos mais saudáveis e o desejo dos agricultores de serem reconhecidos seus esforços de produzir de maneira limpa/ecológica. E com o estabelecimento da legislação brasileira, algumas dificuldades inerentes à prática foram surgindo. Aquilo que era, inicialmente, desejo pela obtenção de uma marca que identificasse o trabalho do produtor, tornou-se um emaranhado de leis, normalizações, credenciamentos, contratos, certificados, selos e interesses comerciais poderosos (MEIRELLES, 2003 apud SCHIMITT e TYGEL, 2009).

Sobre o conhecimento da regulamentação da produção e comercialização de orgânicos, fica claro que a informação é deficitária e poderia ser melhor trabalhada. A conscientização do consumidor ainda é um desafio, e pode favorecer um modelo de comércio mais justo e inclusivo, potencializando a organização de produtores familiares e criando estratégias de desenvolvimento territorial.

Demirtas (2019), em seu estudo, relacionou a demanda por orgânicos com o conhecimento sobre o produto e aponta que os consumidores contam com informações limitadas para a tomada de decisão. Organics (2019a) constatou que apenas 50% dos consumidores conhecem a existência do selo.

Gráfico 14. Relação dos consumidores que conhecem os mecanismos de qualidade orgânica.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

AGROTÓXICOS

Com relação aos agrotóxicos, também cabem reflexões, pois a legislação de orgânicos no Brasil ainda permite o uso de insumos de baixa toxicidade, mas que não deixam de oferecer riscos, principalmente ao produtor, se não for bem manejado e com uso de

equipamentos de proteção individual. Mesmo as caldas, que não consideradas agrotóxicos, provenientes de extratos vegetais, como Mamona, Neen e Santa Bárbara, quando concentradas podem provocar danos. Outro exemplo que pode ser citado é o calcário, proveniente de indústrias que por meio de tratamento via ácido sulfúrico favorece maior solubilidade do produto no solo e, quando usado de forma irracional, acelera a decomposição da matéria orgânica do solo, impactando no equilíbrio da fertilidade, na atividade dos microrganismos e aproveitamento da água no solo. Por fim, talvez o maior gargalo da agricultura orgânica no Brasil, é a permissão de uso de sementes convencionais que são tratadas com fungicidas.

QUAIS VALORES

No questionário aplicado ao público consumidor de orgânicos, na tentativa de entender quais valores são almejados nos produtos orgânicos, 88,7% (55 consumidores) assinalaram a isenção de agrotóxicos e 85,5% (53 deles) apontaram a preocupação na preservação do meio ambiente e a procura por mais saúde.

Silva (2006) realizou uma pesquisa nos supermercados e confirmou que a saúde é o principal motivo para a demanda de produtos ecológicos. O trabalho de Duval et al., (2017) corrobora que os aspectos mais relevantes apontados, que foram relacionados à saúde. Organics (2019) reforça que mais de 80% dos consumidores de orgânicos têm como motivação questões relacionadas à saúde. Portanto, os orgânicos podem ser uma forma de garantir uma boa saúde. Brandenburg (2009) aponta que é nesse sentido que a construção de uma racionalidade no âmbito da sociedade é possível.

Apesar da preocupação com o uso de agrotóxicos e a questão ambiental estarem relacionadas em diversos trabalhos (ANDRADE, BERTOLDI, 2012; DEMIRTAS, 2019; ORGANIS 2019), existem contestações (SHEPHERD et al.,2005; CHEKIMA et al., 2019), pois este consumo se associa, antes de tudo, a um benefício próprio. Esta contestação pode ser explorada neste trabalho tendo em vista que 32,3% (20 dos consumidores que participaram do questionário) assinalaram a preocupação quanto ao tipo de embalagem utilizada para comercializar o produto.

Ainda tiveram destaque questões relacionadas ao valor nutricional 59,7% (37 consumidores), garantia de qualidade 51,6% (32 deles) e proximidade com o produtor 46,8% (29 deles). É possível relacionar o desejo de proximidade com o produtor como uma forma de estimular a economia local, conforme descrito nos trabalhos de Ueasangkomsate e

Santiteerakul, 2016; Rana e Paul, 2017; Buqueira (2021), que apontam a possibilidade de associar a questão ambiental (menor distância percorrida) e social (melhor remuneração aos produtores) como fatores essenciais sobre as escolhas dos consumidores.

As alternativas apontadas de menor relevância foram: a preocupação com o tipo de embalagem, se é ecologicamente correta 32,3% (20 dos consumidores); a procedência e rastreabilidade 25,8% (16 deles); se é certificado 22,6% (14 deles); e a aparência do produto 11,3% (7 deles). Alternativa que também chamou a atenção foi que 14,5% (9 dos participantes) assinalaram consumir orgânicos na tentativa de controlar doença diagnosticada. Ueasangkomsate e Santiteerakul (2016) também encontraram que os orgânicos são considerados de maior qualidade através de valores nutricionais, além da ausência de substâncias nocivas. Para Barbosa et al., (2011), no Brasil, a relação dos orgânicos com a visão de ser mais saudável é reforçada quanto mais são consumidos. Interessante observar que a motivação pelo consumo de orgânicos extrapola as simples necessidades fisiológicas.

PREÇO

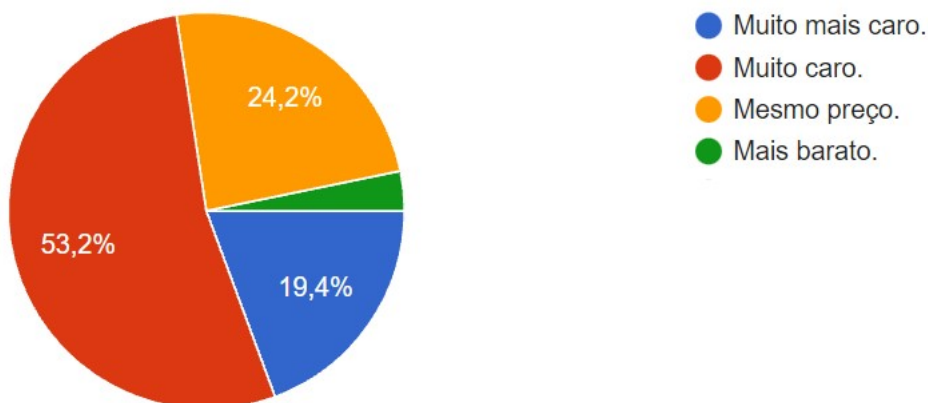
Referente ao preço dos produtos orgânicos, é necessária uma análise da visão do consumidor sobre o produto frente aos valores que o consumidor almeja nesse mesmo produto. Geralmente os orgânicos possuem maior valor agregado que os convencionais e, conforme descrito por Buqueira (2021), quanto maior o preço, os consumidores são menos estimulados a comprá-los. Existem trabalhos como de Retière (2017), confirmando que no Brasil existe uma relação do preço com o local de compra. Duval et al., (2017), comparando preços praticados na feira com supermercados e quitandas, encontraram uma diferença média de 58% mais barato na feira, por isso conclui que feira é um mercado muito diferente dos demais.

É evidente que preços altos inibem o acesso, portanto aqui nesse trabalho foi considerado o preço percebido pelo consumidor. Chekima et al., (2019) apontam que é fundamental para entender o hábito do consumidor, relacionar a percepção do consumidor com a disposição para pagar. Essa discussão pode soar um tanto elitista, pois como fica a situação do consumidor que não possui a capacidade de adquirir esses alimentos?

O questionário apontou que 53,2% (33 dos consumidores participantes) acham muito caro e 24,2% (15 deles) acham o mesmo preço. Quanto à percepção do porquê é mais caro, 54,8% (34 consumidores) assinalaram que é pelo motivo da produção ser menor, 50% (31 deles) assinalaram que o motivo é devido o processo de produção ser mais caro. Talvez, o

motivo da maior parte dos consumidores acharem muito caro, e não muito mais caro, pode ser devido que a maior representação atingida nesse questionário é o consumidor de orgânicos proveniente da feira orgânica de Araraquara, onde os produtores garantem a qualidade de orgânico via mecanismo participativo de OCS.

Gráfico 15. Opinião do consumidor em relação ao preço do produto orgânico.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

CONTATO SOCIAL

Na tentativa de avaliar o nível de contato social entre produtor e consumidor, houve a questão relacionada ao referido tema e 41,9% dos consumidores afirmaram ter um contato pessoal com o produtor, conhecendo seus hábitos, costumes e até alguns familiares, 29% afirmaram ter o contato exclusivamente comercial e 29% não conhecem o produtor. Cabe destacar que a quase metade dos entrevistados assumiu possuir contato social direto com os produtores de seus alimentos orgânicos e esse tipo de contato é marcado pela criação de laços de amizade.

Gráfico 16. Sobre a percepção do consumidor, o nível de contato social com o produtor de orgânicos.

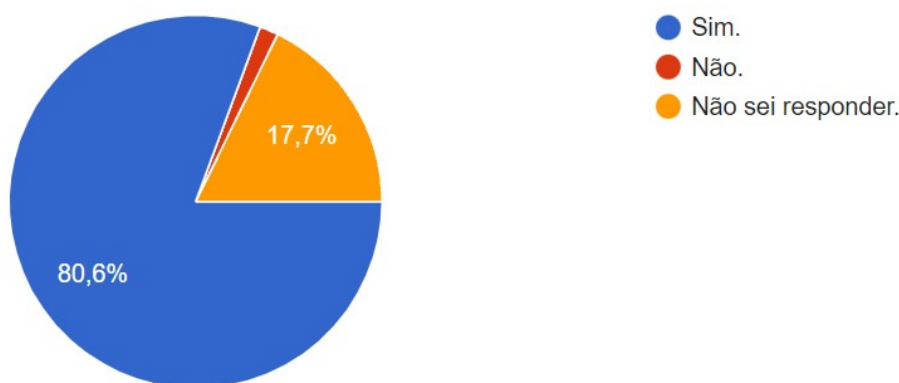


Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

INOVAÇÃO NA RELAÇÃO

Quando questionamos, de maneira direta e objetiva, o terceiro eixo desse trabalho (o público consumidor de orgânicos) sobre a principal hipótese levantada (que os Sistemas Participativos de Garantia possibilitam inovação na relação produtor e consumidor), 80,6% responderam que sim, o sistema participativo favorece a construção de novas relações e 17,7% não souberam responder. Mesmo que a maior parte da amostra desconheça os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, houve indícios que os SPG contribuem para o fortalecimento de relações entre produtor e consumidor.

Gráfico 17. Relação dos consumidores de orgânicos que acreditam que o SPG inova na relação produtor-consumidor.



Fonte: Questionário aplicado aos consumidores de orgânicos, 2021.

4.2 Análise das entrevistas relacionadas ao Eixo “Consumidores”

Este subtítulo analisa as entrevistas com os consumidores, que posteriormente foram comparadas e comprovadas pelas três classes. Assim, foi possível ilustrar esse subitem com informações qualitativas proveniente das entrevistas.

Ressalta-se que esses questionamentos foram trabalhados com o grupo de consumidores de orgânicos, que conforme relatado anteriormente receberam um questionário na modalidade remota e depois houve aplicação de entrevista estruturada aberta para comprovação da hipótese central da tese.

As “Consumidoras 1 e 2”, abordadas na feira da AAO, declaram não conhecer os mecanismos de garantia da qualidade orgânica, enquanto os “Consumidores 3 e 4” se autointitulam “Coprodutores” e afirmaram conhecer os mecanismos de garantia e suas diferenças. Inclusive, a “Consumidora 4” citou o Protocolo de Transição Agroecológica, que tem sido

considerado por algumas prefeituras no mercado institucional, afim de motivar a produção de base ecológica, desde que conste no chamamento público dessas prefeituras.

Durante as entrevistas, quando questionados sobre a proximidade com o produtor e se conhecem a história do agricultor e a formação da SPG, as “Consumidoras 1 e 2” declaram desconhecer, já os “Consumidores 3 e 4” afirmaram conhecer os agricultores. O “Consumidor 3” relatou fazer parte da formação da SPG e conhecer todos os produtores do grupo que faz parte (chamado de CSA Demétria, e inclusive quando respondeu a entrevista, estava participando da colheita na Horta). A “Consumidora 4” também afirmou participar das visitas nas unidades de produção.

Muito importante enfatizar que, nesse momento da pesquisa, foi identificado mais uma possível inovação do SPG, que não necessariamente restrita à modalidade participativa de garantia, mas que está relacionada à forma de comercialização e que favorece a aproximação entre produtor e consumidor, que é a modalidade de comercialização chamada de CSA⁶, Comunidade que Sustenta a Agricultura.

A “Consumidora 1”, quando questionada sobre como e onde adquire seu alimento orgânico, afirmou a preferência pelas feiras, mas completa seu cardápio com itens do mercado. Também relatou que adaptou o padrão alimentar da família, visando melhor uso dos produtos ofertados na feira e visando também driblar a sazonalidade perceptível diante seu olhar. Citou o exemplo da berinjela e da mandioquinha salsa. Ainda, em relação ao hábito de consumir orgânicos, deixou claro o desejo de adquirir orgânicos com preços mais acessíveis.

“Na feira o preço é bem melhor. Venho na feira por que quero orgânicos mais baratos!”

A “Consumidora 2”, em entrevista, com relação ao preço, enfatizou que nos mercados é bem superior ao praticado na feira, mas também percebe uma aparência melhor dos produtos do mercado, além da opção de fracionamento, já que mora sozinha. Fez questão enfatizar:

“Anota aí, queremos produto orgânico bonito e barato.”

O “Consumidor 3” afirma adquirir seu alimento orgânico, prioritariamente da CSA, porém eventualmente complementa com produtos de outras redes e citou o exemplo do arroz orgânico do MST. Em relação ao preço, fez questão de destacar CSA da Demétria, que diante sua realidade é bem acessível diante a questão de valores.

⁶Ver <http://www.csabrasil.org/csa/>

“A CSA da Demétria é a primeira e maior do Brasil, com R\$145,00 mensais você recebe em média 7 itens semanais, respeitando a sazonalidade dos alimentos, e se optar por contribuir com apoio no trabalho agrícola, pode receber o retorno como alimento.”

Ainda em relação à forma de adquirir seu alimento orgânico, “A Consumidora 4” relata adquirir exclusivamente da CSA, via Associação Terra Viva, respeitando a sazonalidade e a conscientização de uma alimentação menos padronizada e ainda afirma não sentir dificuldade ou impedimento devido o preço, inclusive comenta que inseriu frutas nativas em seu cotidiano.

“O CSA me atende tranquilamente. Claro que respeitando a sazonalidade. E ainda conheci novos alimentos, como frutas nativas: seriguela, arará e cambuci.”

Refletindo sobre a forma de obter o alimento orgânico, o trabalho abordou duas realidades distintas: a primeira na maior metrópole do Brasil (Consumidoras 1 e 2) e outra no interior do Estado, em bairro ecológico, próximo à universidade de referência em Agricultura de base ecológica (Coprodutores 3 e 4). A primeira situação, talvez devido ao maior distanciamento rural, desconhece os mecanismos de garantia, enquanto a segunda situação, com maior proximidade (inclusive com o produtor), oferece mais informação sobre os mecanismos e também sobre o sistema de produção. Interessante que em ambas as situações, os consumidores buscaram a forma direta de comercialização com o produtor e o orgânico ofertado atendendo a legislação faz uso do SPG. Portanto, podemos notar que o SPG possui o potencial de inovação em diferentes mercados. Além disso, o preço do orgânico em nenhuma situação foi apontado como impedimento.

Como as “Consumidoras 1 e 2” não conhecem os mecanismos de garantia da qualidade orgânica, não souberam responder se o hábito de consumir orgânicos mudou a relação com os produtores. Já o “Consumidor 3”, quando questionado sobre essa possível mudança na relação, fez questão de enfatizar:

“Consumo não é apoio, ir à feira e escolher o que comprar não é apoio! Aqui existe uma relação familiar. E família não deixa na mão o familiar, inclusive financeiramente.”

Também em relação à possível aproximação com o produtor, “A Consumidora 4” afirma conhecer a história de cada produtor, inclusive auxilia na manutenção e renovação da organização junto ao MAPA.

A Consumidora 1, em relação à possível inovação entre produtores e consumidores de orgânicos, não soube responder, mas diante da disponibilidade de compartilhar informações

peçoais foi possível entender que há possibilidade em estabelecer aproximação entre os atores da pesquisa. Nesse sentido, relatou que já manteve contato, via aplicativo, com pessoas que entregavam cestas a domicílio.

A “Consumidora 2”, em relação ao tema central da pesquisa (a possível inovação na relação entre produtor e consumidor de orgânicos), fez questão de enfatizar não conhecer nenhum produtor. Mas, na prática, foi possível notar o longo diálogo em cada barraca que a consumidora passou, inclusive marcada por risadas e provocações.

Durante a entrevista com “Consumidor 3” foi possível notar estreita relação entre produtor e consumidor, pois no momento da entrevista, o consumidor estava ajudando na colheita para distribuir entre as cestas. Ainda, fez questão de enfatizar laços além da amizade, considerando produtor como integrante da família, e acredita que o SPG e o CSA são ferramentas para a mudança de paradigma.

Por fim, a “Consumidora 4” também afirma que o SPG possui o potencial de inovação na relação entre produtor e consumidor, pois conhece a história de vida e os costumes dos produtores que fornecem seu alimento.

4.3 Síntese do Eixo “Consumidores”

Diante dos consumidores de orgânicos que participaram do questionário quantitativo e da entrevista qualitativa, foi possível notar predominância da localidade DDD 16 (Ribeirão Preto e região), e daqueles que se identificaram como mulheres, na faixa etária entre 20 e 59 anos, com pós-graduação e renda mensal familiar superior à média nacional.

Em relação ao hábito alimentar, a maior parte da amostra assumiu consumir carne apenas alguns dias da semana e legumes, verduras, folhas e frutas, consomem todos os dias. E assumem parcela significativa de orgânicos nas refeições diárias. Porém, diante das amostras quantitativas, o entendimento do consumidor sobre o que é orgânico é deficiente, apontando a Internet como a principal fonte de informação. Diante das amostras qualitativas, com as entrevistas com consumidores de CSA, os resultados foram, portanto, de altíssima relevância, demonstrando conhecimento e prática.

A parcela que assumiu conhecer a origem do alimento, atestou a qualidade de orgânico na base da confiança e que conhecer o produtor é altamente significativa, reafirmando a hipótese desse trabalho, mesmo que a minoria afirme conhecer os mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Nesse sentido, ficou claro que ainda é um desafio a conscientização do

consumidor e esta pode favorecer um modelo de comércio mais justo e inclusivo, potencializando a organização de produtores familiares e criando estratégias de desenvolvimento territorial.

Na amostra quantitativa, houve destaque para as feiras de orgânicos, acesso e preço que contribuem para a aproximação do produtor e consumidor, favorecendo a inovação e fortalecimento das relações. Por outro lado, na amostra qualitativa, foi interessante notar como a CSA vinculada ao SPG contribui para a inovação na relação entre produtor e consumidor.

Na tentativa de entender quais valores são almejados nos produtos orgânicos, houve destaque para a isenção de agrotóxicos e a preocupação em preservação do meio ambiente e procura por mais saúde. Também foi citado o desejo por proximidade com o produtor como uma forma de estimular a economia local. Assim, é nesse sentido que a construção de uma racionalidade no âmbito da sociedade se torna possível. No entanto, é interessante observar que a motivação pelo consumo de orgânicos extrapola as simples necessidades fisiológicas e pode estar relacionado à auto-realização.

Referente à percepção sobre o preço dos produtos orgânicos, quanto maior o preço, menos estimulados são os consumidores para comprá-los. Ainda houve uma relação do preço com o local de compra, apontando a feira como um mercado muito diferente dos demais. Outra estratégia de comercialização que se mostrou muito eficiente em questão aos preços foi a CSA.

A pesquisa identificou que a maior parte dos consumidores amostrados afirmou contato pessoal com o produtor, conhecendo seus hábitos, costumes e até alguns familiares, resultando um tipo de contato marcado pela criação de laços de amizade. Dessa maneira, os resultados favorecem a hipótese de que os SPG podem contribuir para o fortalecimento das relações entre produtor e consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender as potencialidades e desafios dos SPG em aumentar a produção e o consumo de alimentos orgânicos. Ficou evidente que o mecanismo participativo, desde sua criação, visa democratizar o acesso à certificação e aos alimentos orgânicos, porém existem particularidades relativas aos diferentes SPG a serem consideradas. Primeiramente, com base no histórico do CNPO, foi possível identificar o incremento significativo de produtores cadastrados pelo mecanismo participativo, superando a certificação por auditoria.

Também foi possível identificar os OPAC de maior atuação no Estado de São Paulo, com destaque para a ANC e ABD. Avaliando a evolução dos números, ao decorrer dos anos, percebe-se que existem organizações com grande variação no número de participantes e outras mais estáveis. Frente a isso, constata-se uma primeira diferença entre os SPG atuantes no Estado de São Paulo.

Em relação às motivações que levaram os agricultores a optarem pela certificação participativa, a pesquisa identificou que não existe apenas um motivo, mas houve um momento de migração de agricultores auditados para os SPG, motivados pela possibilidade de redução dos custos da certificação, pelo valor agregado à produção, pela redução e eliminação no uso de agrotóxicos, dentre outras questões ambientais. No entanto, atualmente também existe o movimento inverso, pois existem aqueles que não se adaptaram ou não possuem tempo disponível para visitas e reuniões. Isso mostra que as escolhas dependem muito do momento e do perfil de cada agricultor, bem como da capacidade em lidar com a burocracia da certificação participativa e de seus processos organizativos.

De maneira geral, os SPG podem fortalecer as organizações familiares, porém o destaque foi de que parte dos agricultores dessa modalidade já estava organizada e a OPAC foi a estratégia para incrementar a organização, contribuindo para o aumento da renda, para inovar nas relações com os consumidores e para estabelecer prioridades de mercados. Por outro lado, não foram encontradas informações que indicassem uma relação direta entre participar de uma SPG e se sentir parte de uma organização mais forte. Neste sentido, o que pode haver é uma dinâmica semelhante às organizações formais, na qual existem conflitos, dificuldades em permanecer na organização e excesso de individualismo, embora nas visitas entre produtores ocorram trocas de técnicas e práticas que contribuem para se construir o conhecimento agroecológico nos SPG.

O aprendizado de técnica de manejos entre os agricultores, em situações como nas metodologias de camponês a camponês, acontecem nos mecanismos participativos, diferente das práticas usadas pelos produtores auditados que atendem especificamente um nicho de mercado orgânico, realizando simplesmente a troca de insumos. Fato que favorece a formação de produtores menos dependentes de insumos externos, que contribuem para a ciclagem de nutrientes no solo, resgatando a complexidade da agricultura. Nesse sentido, o mecanismo participativo possui o potencial de inovação frente às relações entre os produtores, no sentido de favorecer a autonomia e incentivar práticas de base agroecológicas.

Os principais meios de comercialização encontrados foram as feiras, sobretudo as exclusivas de orgânicos, os estabelecimentos de varejo, as cestas e o mercado institucional. Destaque interessante do trabalho foi identificar a criação de CSA a partir do SPG como inovação na estratégia de comercialização e aproximação entre produtor e consumidor. Ainda foi possível notar como o mecanismo participativo possibilita o acesso a novos mercados e contribui para a oferta de orgânicos de maneira direta, como no exemplo de feiras exclusivas de orgânicos. Nesse sentido, é possível afirmar que os SPG possuem o potencial de inovação em relação a diferentes públicos e mercados, especialmente na criação de feiras exclusivas de orgânicos e na criação de CSA.

Por parte dos consumidores, com o intuito de entender quais valores são almejados nos produtos orgânicos, houve destaque para a isenção de agrotóxicos, preocupação em preservação do meio ambiente e procura por mais saúde, ou seja, cuidados individuais e coletivos. Também foi citado o desejo por proximidade com os produtores como uma forma de fortalecê-los politicamente e estimular a economia local. Assim, é nesse sentido que a construção de uma racionalidade político-ambiental, que produz engajamento no âmbito da sociedade é possível por meio dos SPG. A motivação pelo consumo de orgânicos extrapola a simples necessidade fisiológica e pode estar relacionado à auto-realização e à busca por uma sociedade mais sustentável.

Sobre a inovação na relação entre produtor e consumidor, ficou evidente que o SPG possui potencial, inclusive previsto em lei, de que ambos são protagonistas dessa relação. A ferramenta teve origem de uma dinâmica entre produtor e consumidor, mas atualmente, salvo algumas exceções descritas no trabalho como a CSA, o consumidor está pouco envolvido e poderia assumir maiores compromissos no fortalecimento dos SPG. Nesse sentido, ficou claro que ainda é um desafio a conscientização do consumidor de que ele pode favorecer um modelo de comércio mais justo e inclusivo, potencializando a organização de produtores familiares e criando estratégias de desenvolvimento territorial. Uma boa parte dos consumidores não conhece nem mesmo como funciona o mecanismo de certificação.

A prática de produzir e comercializar orgânicos pode contribuir para a mudança de relação com os consumidores. Tendo em vista que a pesquisa encontrou a maior parte de agricultores que comercializa de maneira direta, por meio do SPG, e esses afirmaram conhecer seu público consumidor. Portanto, o mecanismo participativo possui o potencial de inovação na relação entre produtor e consumidor de orgânicos, favorecendo além do contato social a criação de laços de amizade e vínculos afetivos. Porém, como na maioria das vezes o

espaço de comercialização é a feira de orgânicos, pode-se dizer que é no espaço de comercialização onde ocorre tal construção social.

Quanto à baixa participação dos beneficiários da reforma agrária no CNPO, foi mencionada pelos gestores a falta de serviços de ATER com qualidade e regularidade. Além disso, esses serviços não têm foco na produção orgânica, na certificação e nem em metodologias participativas. Apesar de ter sido apontada a dificuldade de se adequar às exigências, nos assentamentos, existem muitas experiências com forte organização social, bem como disposição e orientação para a transição agroecológica, sobretudo nos assentamentos do MST. Trata-se talvez de um potencial pouco explorado frente à dimensão que a agricultura familiar assentada tem diante das perspectivas abertas pelos SPG, ou seja, a produção orgânica para os mercados populares e de interesse social.

Por fim, tendo em vista as informações encontradas durante a pesquisa, confirmou-se a hipótese de que a produção e o consumo de produtos orgânicos aumentaram, principalmente, devido à crescente nas certificações participativas. Estas favoreceram o acesso aos produtos orgânicos, oferecidos em feiras, cestas e demais inovações nas relações que os SPG viabilizam entre públicos e mercados. Contudo, este tema abre a possibilidade para o desenvolvimento de outros trabalhos e sobre muitas experiências que afloram por todo o país, sugerindo-se, portanto, o aprofundamento das relações sociais, dos espaços de consumo e da construção do conhecimento em agroecologia nos SPG.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTUNIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 26, p. 143 -160, 2012.
- ALTIERI, M.; **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed rev. Ampl. - São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012
- ALLEN, P.; KOVACH, M. The capitalist composition of organic: the potential of markets in fulfilling the promise of organic agriculture. **Agriculture and Human Values**, 17(3), 221-232, 2000.
- ANDRADE, L. M. S.;BERTOLDI, M. C. Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte – MG. **Braz. J. FoodTechnol.**, v. IV SSA, p. 31-40, 2012.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS. Quem somos. Disponível em: <<https://anc.org.br/quem-somos/>> Acesso em 29 jan, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA. Apresentação. Disponível em: <<https://www.biodinamica.org.br/abd/apresentacao>> Acesso em 29 de jan, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Requisitos gerais para organismos que operam sistemas de certificação de produtos**. ABNT ISSO/IEC GUIA 65/1997. Rio de Janeiro, 1997b, 9p.
- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas em Survey**. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2005.
- BARBOSA, S. C.; MATTEUCCI, M. B. A.; LEANDRO, W. M.; LEITE, A. F.; CAVALCANTE, E. L. S.; ALMEIDA, G. Q. E. Perfil do consumidor e oscilações de preços de produtos agroecológicos. **Pesq. Agrope. [Trop.**, v. 41, n.4, p. 602-609, dez. 2011.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia** - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.
- BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BORSATTO, R.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges, **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 2019.

BOURDIER, P. As formas de capital. Manual de teoria e pesquisa para a sociologia de educação, editado por J. G. Richardson. Nova Iorque: **Greenwood Press**. Pp. 241-58, 1986.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 6, p. 11-28, jul. /dez. 2002. Editora UFPR

BRANDENBURG, A. **Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil**. XXVII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de La Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/I10.831.htm> Acesso em 10 fev, 2019.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009**. Mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de mai. 2009.

BRITO, T. P.; ARAGÃO, S. S.; SOUZA-EQUERDO, V. F.; PEREIRA, M. S. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.61(3), 2023.

BUCK, D., GETZ, C., & GUTHMAN, J. From farm to table: the organic vegetable commodity chain of Northern California. **Sociologia Ruralis**, v.37(1), p.3-20, 1997.

BUQUERA, R. B. **Consumidores de alimentos orgânicos, suas motivações e relações com o mercado na região de Sorocaba/SP**. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2021.

CALDAS, N. V. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Ed. Universitária, UFPel: 2013.

CAMARGO, C. R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Brasília: Cadernos de ciência e tecnologia. v.18, n.3, p.69-101, 2001.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Raízes, Campina Grande**, n.16, p. 13-24, 1998b.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASADO, G. I. G.; MOLINA, N. M. G.; GUZMÁN, E. S. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 95, n. 1, p. 213-217, 2001.

CASTRO NETO, N.; DENUZI, V. S. S., RINALDI, R. N.; STADUTO, J. A. R. (2010). Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percorso**, 2(2), 73-95.

CHAUÍ, M. O que é ideologia. Brasiliense. **Coleção primeiros passos**, 2008

CHEKIMA, B.; CHEKIMA, K. Understanding factors underlying actual consumption of organic food: The moderating effect of future orientation. **Food Quality and Preference**, v. 74, p. 49-58, 2019.

CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA & SUSTENTÁVEL – ORGANIS. **O que é um produto orgânico, 2019**. Disponível em: <https://organis.org.br?o-que-e-um-produto-orgânico/>. Acesso em 25/10/2021.

CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA & SUSTENTÁVEL – ORGANIS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019**. Disponível em <http://organis.org.br/>. Acesso em 25/10/2021.

COSTA, M. B. B. da; CAMPANHOLA, C. **A agricultura alternativa no estado de São Paulo**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1997. 63p (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 7).

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, p.141, 2017.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 5060, 2000

DARNHOFER, I.; LINDENTHAL, T.; BARTEL-KRATOCHVIL, R.; ZOLLITSCH, W. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 30, p. 67-81, 2010.

DEMIRTAS, B. Assessment of the impacts of the consumers' awareness of organic food consumption behavior. **Food Science and Technology**, v. 39, n.4, p. 881-888, 2019.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, R. Mercado de Orgânicos no Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE AGRICULTURA ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL, São Paulo, 2016.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos**. São Paulo: NAPAUB, 2000.

DUVAL, H. C.; SANTOS, A. H. L.; GÊMERO, C. G.; FERRANTE, V. L. S. B. Desafios das estratégias de comercialização de alimentos agroecológicos: um relato sobre a feira Da roça pra mesa: alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018.

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brazilense, 2008.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Pesquisa apresenta panorama global da produção de alimentos orgânicos em países de cinco continentes**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/65087075/pesquisa-apresenta-panorama-global-da-producao-de-alimentos-organicos-em-paises-de-cinco-continentes>. > Acesso em 27 set. 2021.

FARINA, E. M. M.Q. **Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no estado de São Paulo**. São Paulo: SEBRAE, 2002. 289 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O.; QUEDA, O.; BARONE, L. A.; DUVAL, H.C . (2022). O Presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações. **Retratos De Assentamentos**, v.25(1), p.365-388. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.528>

FIELD, J. **Social capital**, Routledge, New York: 2008.

FLIGSTIEN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Oxford: Oxford University Press. 2012.

FORNAZIER, A.; PEDROZO, E. A. A confiança entre os agricultores na garantia do atributo ecológico de sua produção. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, 5(1): 114-126 (2010)

FOUILLEUX, E.; LOCONTO, A. **Voluntary standards, certification, and accreditation in the global organic agriculture field: a tripartite model of techno-politics**. Agriculture and Human Values, 34(1), 1- 14. 2017.

GASKELL, G. **Entrevista Individuais e Grupais**. In Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som: Um Manual Prático / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, 6. Ed. São Paulo, 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture. **Ecological Studies**, v. 78, p. 3-10, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, p. 653, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?** Informações Econômicas, São Paulo, v.25, n.11, p.11-24, 1995

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências** – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

HIRATA, A. R. **Sistema participativo de garantia: conformação nas diferentes realidades brasileiras**. – Campinas, SP, 2021. (Tese).

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; ASSIS, T. R. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. The Contribution of the Participatory Guarantee System in the Revival of Agroecological Principles in Southern Minas Gerais, Brazil. **Sustainability**. 2019.

IFOAM. **Global organic area reaches another all-time high**. Media release February 13, 2019. Disponível em: <www.ifoam.bio/en/system/files/fibl-press-release-world-2019-02-13-english.pdf>, acesso em: 13/02/2019.

IFOAM – Organics International. **PGS Guidelines. How to Develop and Manage Participatory Guarantee Systems for Organic Agriculture Germany**, 2019. 47p. Disponível em: https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-05/pgs_guidelines_en.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2020, 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30129-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2020>> Acesso em: 21/10/2021.

IFOAM **Annual Report**. Bonn: 2011. Disponível em <http://ifoam.org/public/Annual%20Report/IFOAM_Annual_Report_2011_web.pdf>. Acesso em: 07/02/2019.

IFOAM. **General Assembly em Mar Del Plata**. Argentina, Nov. 1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). II. IFOAM Basic Standards for Organic Production and Processing. Victoria, Canada, August 2002. Disponível em: <<http://www.unikassel.de/fb11/fnt/download/frei/dII/IFOAM%20Standards.pdf>>. Acesso em: 06/01/2019.

INCAPER 2020, <<https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/entrega-de-cestas-de-produtos-organicos-e-agroecologicos-cresce-136-na-pandemia>> Acessado em 02.01.2023.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura** / C. A. Khatounian. Botucatu: Agroecologia, 2001.

LAURINO, M. S.; DIAS, R. P. A regulamentação dos sistemas participativos de garantia sob a visão do Ministério da Agricultura. p. 80-94. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020.

LIU, M. **O ano de 2019 pode ser o marco para os produtos orgânicos**. Sustentabilidade, 31 de Janeiro de 2019. Disponível em:

<<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2019/01/o-ano-de-2019-pode-ser-o-marco-para-os-produtos-organicos.html>> Acesso em: 13/02/2019

MALUF, R. S.; REIS, M. C.; MAGALHÃES, R. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: Rocha, C.; Burlandy, L.; Magalhães, R. (Orgs) **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 15-42.

MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). *A Nova sociologia econômica: uma antologia*. São Paulo: CELTA, 2003

MARQUES, A. C. O. A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006. In: JORNADA DO TRABALHO, 21. **“A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”**, São Paulo, 2011.

MARTINS, A., DA ROS, C.; AMÂNCIO, C. **O SPG como método de ATER**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018.

MAZZOLENI, E. M.; Nogueira, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 44, 263-293. 2006.

MEDAETS, J. P.; FORNAZIER, A.; THOMÉ, K. Transition to sustainability in agrifood systems: Insights from Brazilian trajectories. **Journal of Rural Studies**, v.76, p.1-11. 2020.

MEIRELLES, L. A origem da Certificação Participativa e o desafio dos Sistemas Participativos de Garantia. p. 47-60 In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p

MERCURI, I. **Busca por orgânicos faz produção crescer e supermercados investem em parceiros locais**. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?id=16980¬icia=busca-por-organicos-faz-producao-crescer-e-supermercados-investem-em-parceiros-locais>> Acesso em: 13/02/2019.

MIER Y TERÁN, M.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M.; MORALES, H.; ROSSET, P. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases, **Agroecology and Sustainable Food Systems**. V. 42, p. 637-665.2018.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

NIERDELE, P. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contra movimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate**, v.5, p.79-96, 2014

NIERDELE, P.; WESZ J. V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NIERDELE, P.; DORVILLE, C.; LEMEILLEUR, S. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.59(2), p.224. 2021.

OTTA, D. V. **Estudo Comparativo entre os Três Sistemas de Averiguação da Qualidade Orgânica Adotados por Agricultores Familiares do Cinturão Verde de São Paulo**, 2016. 142 pp. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

PADOVAN, D. S. S. Avanços no processo de certificação da produção orgânica no Estado de Mato Grosso do Sul- Mestrado - Dourados: UFGD, 2016.

PADUA-GOMES, J. B.; PADOVAN, D. S. S.; GARCEZ, A. J. S.; GOMES, E. P.; PADOVAN, M. P. P. Comercialização de produtos orgânicos pela agricultura familiar em Bonito, Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p. 1-8, 2014.

PARANHOS, R.; FILHO, D. B. F.; ROCHA, E. C.; JUNIOR, J. A. S. J. **Corra que o survey vem aí. Noções básicas para cientistas sociais**. Revista Latinoamericana de Metodología de La Investigación Social. Nº6. Año 3. Oct. 2013 - Marzo 2014. Argentina. ISSN: 1853-6190. Pp. 07-24.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Grafimagem, 2000. 110 p.

PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. In. BRANDENBURG, Alfio e outros. Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília. MDA, 2007.

PINHEIRO, K. H. **Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de palmeira - PR**. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. 2012.

PEREIRA, M. C.; MULLER, C. R.; RODRIGUES, F. S. A.; MOUTINHO, A. B. A.; RODRIGUES, K. L.; BOTELHO, F. T. Mudança no perfil socioeconômico de consumidores de produtos orgânicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 9, p. 2787-2804, 2015.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2012.

PEROSA, J. M. Y. O estímulo local e o consumo de produtos orgânicos em Botucatu, SP. **Revista de Estudos Sociais** - ano 11, n. 22, v. 2, 2009

PETERSEN, P. Introdução. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 5-15.

PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: o Cortez, 2005

RADOMSKY, G. F. W. O poder do selo. Porto Alegre: UFRGS. 2015

RETIERE, M. Alimentos sem veneno são sempre mais caros? Uma pesquisa da rede Brasileira de grupos de consumo Responsável. In: BUQUERA, R. B. **Consumidores de alimentos orgânicos, suas motivações e relações com o mercado na região de Sorocaba/SP**. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2021.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica Ltda., 1994. 527 p.

ROVER, O. J.; PUGAS, A. S.; GENNARO, B. C.; VITTORI, F.; ROSELLI, L. Conventionalization of organic agriculture: a multiple case study analysis in Brazil and Italy. **Sustainability**, 12(16), 1-13. 2020.

TASSI, M. E. V.Z. Certificação participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos: redes locais construindo mercados cooperativos, um estudo na região de Campinas – São Paulo. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos, 2011. 188 f.

THOMSON, C. R. **Sistemas participativos de garantia: o caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas (SP) e Região – muito além do controle**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TORREMOCHA, E. Sistemas Participativos de Garantía. Uma herramienta clave para la soberania alimentaria. In **Revista Soberania Alimentaria. Biodiversidad y Culturas**. Mundubat, 2011.

TUBALDINI, M. A.; COELHO, P. E. **Formação de pólo de horticultura orgânica: a influência do trabalho familiar e assalariado e o meio ambiente**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. Anais eletrônicos... Ouro Preto, MG: Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO40_Tubaldini_texto.pdf>. Acesso em: 09/02/2019

SANTOS, L. C. R.; MAYER, P. H. A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil. **Rev. Bras. de Agroecologia/Out**. 2007 v.2 n.2

SCALCO, A. R.; OLIVEIRA, S. C.; BARROS PINTO, L. Influential factors in the adherence to the certified organic production system in relation to the profile of the establishments and rural producers in Brazil. **Agroalimentaria**, v.25(49), p.45-63. 2019.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas**. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHMIDT, G. **Aufdemmistaufengekratz**. Frankfurter Allgemeine Zeitung, samstag, 1juni 2002. Nr. 124/seite 49.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SHEPHERD, R.; MAGNUSSON, M.; SJODÉN, P. O. Determinants of consumer Behavior Related to Organic Foods. **Royal Swedish Academy of Sciences**, v. 34, n. 4/5, p. 352-359, 2005.

SERRANO, O. Desafios e benefícios da produção e comercialização de alimentos orgânicos. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2011. Palestra proferida no seminário. Taquigrafia sem revisão.

SILVA, R. C. da; SILVA, J. P. da; LOPES, P. R. **Canais de comercialização para escoamento dos produtos orgânicos do grupo OCS Nova Santa Helena, São Carlos/SP**. Estratégias Econômicas em Diálogo com a Agroecologia. VI Congresso Latino-Americano, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário do DF e entorno. DF, Brasil, 2017.

SILVA, M. J. R.; MARINI, F. S.; PAULA, A. C.; SANTOS, A. S. **Agricultores familiares e cientistas: diálogo de saberes sobre as variedades crioulas de milho no estado da Paraíba**. Artigos agroecologia. Cienc. Cult. vol.69 no.2 São Paulo Apr./Jun. 2017.

SOUZA, M. C. M. de. **A Qualidade no segmento de cafés especiais**. FIPE. São Paulo: FIPE/USP, no. 236, p.24-26, maio/2000. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=88>> Acesso em 01/03/2019

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 8, 1997.

UEASANGKOMSATE, P.; SANTITEERAKUL, S. A study of consumer' attitudes and a intention to buy organic foods for sustainability. **Procedia Environmental Sciences**, v. 34, p. 423, 2016.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas. 1998.

APÊNDICE A

RECORTE DO CADERNO DE CAMPO: Visita à Unidade de Produção acompanhando representantes da CPORG.

No dia 24 de setembro de 2021 houve o primeiro contato via e-mail, da aqui chamada de “Voluntária 1” que se apresentou como colaboradora voluntária da Comissão de Produção Orgânica de São Paulo (CPOrg/SP) e relatou o objetivo em visitar algumas OCS do estado de São Paulo para conhecer os agricultores e seus trabalhos. Enfatizou que não é fiscalização, mas uma visita para entender melhor a realidade das OCS e poder contribuir de alguma forma. Explicou que a visita deveria ocorrer na presença de três voluntários da CPOrg, que iriam conversar com os agricultores e agricultoras, além de conhecer a área de produção. Estavam com o planejamento da atividade para acontecer no dia 11 de outubro de 2021, às 11h e durar em torno de 2 horas. Deixou claro que o “convite” deveria se estender a todos da OCS Bela Vista, destacou a importância dos protocolos de segurança da Covid-19, sendo obrigatório o uso de máscaras e distanciamento social e que a reunião deveria ocorrer em local aberto. Finalizou seu contato pedindo um telefone para facilitar a comunicação.

Devido à falta de costume dos agricultores em usar o e-mail, o contato que foi disponibilizado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) foi do facilitador (autor da tese) que auxiliou no cadastro do grupo e atualização anual, por isso a voluntária conseguiu meu contato.

Reflico muito sobre como o Estado regulamenta, cria legislações e não possui estrutura para gestão. E nesse caso é dependente do serviço voluntário, o que pode ser um risco para a autonomia do agricultor, com sérios reflexos no sistema agroalimentar.

A segunda etapa foi a articulação da atividade com a OCS, conversamos sobre a data proposta e o horário. Por coincidência, ou não, na mesma data estava prevista uma capacitação sobre tomate orgânico, ofertada pelo SENAR e ministrada pelo aqui chamado de “Instrutor” (Irmão da Voluntária 1). Conversando com a agricultora que sediava o curso, aqui chamada de Produtora 5, quando percebemos o sobrenome em comum desconfiamos do parentesco, mas foi somente confirmado durante a reunião). O Instrutor é funcionário há anos do SENAR e promove atividades direcionadas à produção orgânica, recentemente contribui para o cadastro das organizações no CNPO, foi parceiro do NUPEDOR no registro da OCS POMAR do Monte Alegre. Pensando sobre: O SENAR assumiu parte da ATER? Expandiu a atuação com o mesmo quadro profissional? Seria uma estratégia de apropriação do grupo e viabilizar um trabalho remunerado para o acompanhamento do grupo? Pode ser relevante

devido a apresentação do potencial da produção orgânica a agricultura familiar, mas por outro lado os cursos deixam a desejar na questão autonomia do agricultor, o curso de compostagem recomenda a aquisição do microrganismos da empresa “X” para acelerar o processo de decomposição, enquanto poderia compartilhar a técnica de captura dos microrganismos eficientes conforme preceitos da Agricultura Natural (turma do Mokiti Okada, 1950), durante o curso de tomate podemos notar testes com *mulching* de plástico ao lado da planta de Napier, e nenhum canteiro do curso usando a cobertura natural. Por esses aspectos, a impressão que passa é da substituição do insumo, pouco agregando na autonomia do agricultor. Há interesse na limitação da informação, da construção do conhecimento? Há necessidade de o conhecimento ser capaz de modificar estruturas consolidadas pelo capitalismo. Para produzir é necessário consumir! Esqueceram da ciclagem de nutrientes? Do planejamento do território como organismo vivo? Deixa essa reflexão para outro momento, mas é nítido que o “Sistema” controla as oportunidades de desenvolvimento.

A terceira etapa foi a mobilização dos integrantes da OCS, atualmente com quatro unidades de produção, sendo três do Assentamento e um de fora (produtor de cogumelos). Como os integrantes possuem um grupo em comum de WhatsApp, todo o planejamento da atividade foi compartilhado nesse canal de comunicação. Dos quatro, somente dois confirmaram presença, um alegou compromisso na data e outro não respondeu.

Todo o planejamento da atividade também foi compartilhado com meu orientador na tese, a qual busca entender relações de produção e consumo de orgânicos. No dia da atividade passei na sua casa, que é caminho para o assentamento e aproveitamos para conversarmos pessoalmente sobre trabalho, percepções e oportunidades. Momento de grande valia, ainda mais em um período de pandemia que afastou as relações pessoais.

A quarta etapa foi de fato a visita a campo, que devido a inexistência de recursos é cada vez menos frequente. Por isso, tentamos aproveitar ao máximo, visitamos os amigos do Sítio Pedra d’água onde fomos muito bem recebidos pelo “Produtor 6”, que nos contou que o coletivo da horta não existe mais, devido principalmente a idade dos integrantes. E que por isso concentram energia na produção de grãos. O crédito para custeio via instituição pública não é mais uma prática entre eles e foi substituído pela relação com a agropecuária. “Gastei só em semente de soja quase 8 mil reais em 40 kg, tenho a estimativa de produzir 180 mil.” Compartilhamos com ele a oportunidade de comercialização de orgânicos na feira e sobre o grupo que resistia nesse sistema de produção.

Antes da reunião com os representantes da CPOrg, conforme combinado previamente, passamos para dar carona na unidade de produção da “Produtora 7”, integrante da OCS que comercializa sua produção atualmente por meio da entrega de cestas, mas já participou da feira de orgânicos e da feira da Unesp. A mão de obra é apontada como a maior dificuldade, por isso contrata esporadicamente. No dia da visita tinha um homem (mão-de-obra) trabalhando na parcela da horta de aproximadamente 0,5 ha, composta por uma parcela menor protegida com sombrite e o restante a céu aberto. Foi possível notar uma diversidade muito boa, com couve, alface, rúcula, brócolis, berinjela, quiabo, cenoura e mandioca. A agricultora relatou rachamento das raízes, aspectos de raspagens nas berinjelas e a infestação pela tiririca. Nesse sentido deixamos a recomendação sobre o manejo da área e irrigação, a exigência das folhosas quanto à água é maior do que nas raízes, por isso algumas raízes acabam rachando, sobre os aspectos de raspagens foi identificado o trips como o causador, por isso é importante o uso de repelentes e armadilhas, e a tiririca nesse caso nos indica a alta frequência de revolvimento do solo, o que poderia ser resolvido com a cobertura do solo com Napier e rotação entre as culturas por meio do plantio direto. A unidade de produção é atendida por um córrego na divisa e a produtora relatou que perdeu mudas de frutíferas devido a estiagem, mas que está instalando um caixa d’água na cota mais alta do sítio para ampliar a irrigação. Identificamos a fossa séptica biodigestor instalada via projeto plantando águas financiado pela Petrobrás, e questionei sobre o manejo que exige o abastecimento com 20 litros de esterco fresco todo mês para que ocorra a fermentação anaeróbica e reduzir os coliformes, caso essa fermentação não aconteça a fossa é um potencial para o surgimento e disseminação de patógenos e doenças. Também notamos o depósito de torta de filtro, que nas culturas de ciclo curto pode ser um problema devido à possível presença de metais pesados.

Chegando à unidade de produção onde ocorreu a reunião, encontramos os titulares (a Produtora 5 e seu cônjuge), a mãe da Produtora, mais 3 produtores (Produtor 8, 9 e 10), o Instrutor (monitor do Senar), o “Voluntário 2” (que se apresentou como apoio e fiscalização) professor da Etec de São Carlos. Eles estavam em posse de uma perfuratriz que seria usada para instalar o varal de produção do tomate. Na sequência chegaram a “Voluntária 1”, doutora em economia, professora no Mackenzie e seu esposo, que se apresentou como matemático aposentado. Aproveitando a união de todos na varanda da casa houve uma rodada de apresentação e a “Voluntária 1” aplicou um questionário aberto:

Qual a maior dificuldade para a produção? A primeira resposta, em comum para todos os agricultores presentes, foi a mão de obra. A segunda foi a água, algumas unidades de

produção estão distantes do acesso. Transporte foi a terceira, as vias de acesso do Assentamento não estão em boas condições, e quando chove a situação piora. O dinheiro também foi citado, não relacionado ao crédito, mas sim à possibilidade de criar reservas que possibilitem o desenvolvimento⁷. Relacionado ao custo dos insumos, relataram o preço da cama de frango, quando que a “Produtora 5” compartilhou sua prática de triplicar esse insumo com o manejo da compostagem, aproveitando resíduos da propriedade. Esse é um exemplo que o fortalecimento do coletivo favorece a construção do conhecimento de base ecológica. “Atualmente a cama de frango de custa R\$350,00/ton e o caminhão só vem cheio, com 10-11 toneladas, somando em mais de R\$3.500,00)”. Acesso a demais insumos também foi citado como mudas e sementes. A assistência técnica também foi citada como uma dificuldade.

Como parte da solução, o “Voluntário 2” comentou a possibilidade de tentar buscar recursos juntos às usinas da região para financiar a produção. Foi possível notar a surpresa no rosto dos participantes. Comentamos sobre a deriva de pulverização, e alguns encaminhamentos tentando resolver o problema.

Foram questionados sobre o que produzem? Quando responderam hortifruti diversos que são plantados de acordo com a demanda do consumidor (baixo planejamento!).

Quando questionados sobre os desafios? Responderam a dificuldade de comprometimento do coletivo. Também houve uma conversa sobre o Pó de rocha, o “Instrutor” citou Julius Hensel e que favorece a microbiologia, comentou sobre análise de solo biológico realizado pela Embrapa.

A sucessão familiar, em outras palavras, foi citada como uma dificuldade. Debateram sobre a necessidade de motivar o jovem a permanecer⁸ no campo, o “Instrutor” relatou a limitação dos cursos do Senar que aceita inscrição somente de maiores de 18 anos.

Comentando sobre os canais de comercialização, houve um comparativo muito interessante, “hoje o produtor de soja comercializa de forma antecipada cerca de 60% da produção. A nossa gratificação está na feira, levo a produção 100% vendida.” E ainda: “na feira convencional preciso vender a alface orgânico a um real devido a concorrência, mas na feira de orgânico eu vendo a três reais.”

O questionário foi finalizado com o almoço, os participantes do curso receberam marmitas e os demais foram atendidos pela refeição ofertada pelos titulares da unidade de

⁷ Já conversei com produtores de hortaliças que relataram essa situação: “parece que o agricultor familiar tem limitação, pode sobreviver mas não desenvolver.”

⁸ É necessário apresentar oportunidade para o **jovem desenvolver** no campo, com qualidade de vida, autonomia....

produção. Arroz, feijão, coxinha de frango frita e alface temperada com óleo e sal. Interessante refletir porque a produção não tem presença significativa na composição da refeição ofertada pelos agricultores.

Antes do almoço, o “Voluntário 2” pediu licença para se retirar, tinha compromisso com a família. E logo após a refeição, o grupo se dividiu: os agricultores foram participar da parte prática do curso de tomate orgânico e os titulares com os voluntários, e o restante foi percorrer a unidade de produção. Passamos pelas leiras de compostagem, onde a “Produtora 5” usa restos culturais, de podas e cama de frango. A família fez questão de apresentar a estufa que no passado era usada para hidroponia e atualmente passa por uma transição, com plantio no solo. A família de produtores relembrou o projeto de financiamento que na época atendia um desejo comum e que por quatro vezes precisou acionar o seguro devido aos prejuízos causado pelo vento. Também relembrou das diversas vezes que foram orientados quanto à importância do quebra vento!

Durante a caminhada entre a produção foi possível observar barreiras naturais com capim Napier e em alguns pontos a cultura perene (uma variedade grande de mangas) oferece de barreira e dividem as áreas. Foi possível perceber que a família realiza uma rotação na área de produção, multiplicando as áreas com as mesmas culturas, encontramos a mesma cultura em diferentes estágios. A produção é nômade dentro da unidade de produção.

Esclarecimento sobre o porquê daquele canteiro está no sentido em nível e o outro em desnível cria oportunidade do agricultor expressar particularidades nas atividades do dia a dia, e possibilita abertura para conversas que aproximam as pessoas e humanizam as relações.

Aparentemente os voluntários da CPOrg gostaram do que viram e até degustaram amoras (não framboesas!), por volta das 15 horas se despediram, agradeceram a recepção, hospitalidade e ficaram de dar um retorno sobre os próximos encaminhamentos da comissão.

Aproveitando o momento com os produtores oferecemos alguns resultados provenientes de pesquisas acadêmicas. Contamos que a feira está contribuindo para modificar a visão do cidadão urbano sobre o assentado, pois a mídia compartilha a reforma agrária como atividade terrorista, e a aproximação entre a produção e o consumo favorece inovação nas relações. E a “Produtora 5” contribuiu com o relato: “Eles mandam mensagens pedindo dicas, trocamos receitas, nos contam os problemas do dia-a-dia e perguntam sobre nossa vida. Quando ela morreu, chorei tanto, era minha amiga.”

Por fim, retornamos a unidade da “Produtora 6” e voltamos por entre os lotes onde há exclusividade da monocultura, bem definida área da usina com cana que rodeia o

assentamento que hoje planta grãos (milho e soja). O diálogo do retorno contribui muito para entender as informações do dia no campo, sobre os desafios e as potencialidades. Nesse dia entendi a necessidade de buscar estratégias de desenvolvimento para a agricultura familiar independente da integração com o agronegócio. É necessário que a agricultura familiar pratique um sistema de produção com autonomia, com oportunidades, com mercado diferenciado do convencional.

ANEXO 1 Roteiro da entrevista com gestores (Primeiro Eixo):

- 1) Nome:
- 2) Aceita participar da pesquisa e dá seu consentimento:
- 3) Qual sua escolaridade?
- 4) Reside em qual região, onde mora? Onde trabalha?
- 5) Vinculado a qual organização/cargo?
- 6) Você é produtor?
- 7) O que o motivou a trabalhar com métodos participativos de garantia?
- 8) Qual sua contribuição efetiva na regulamentação da certificação participativa, no SPG?
- 9) Acredita que os mecanismos de certificação podem “elitizar” a produção de orgânicos? Porque?
- 10) Acredita que a regulamentação equiparando a certificação participativa às certificações auditadas fortaleceram as organizações (familiares)? Em quais aspectos : a) produção; b) organização; c) comercialização.
- 11) Acredita que os sistemas participativos de garantia incentivam a prática agroecológica nos territórios? A OPAC serviu para consolidar de forma permanente a agroecologia?

- 12) Depois da OPAC aumentou a renda?
- 13) Depois da OPAC o agricultor se apropriou da agroecologia?
- 14) Entende que seria interessante a formalização de mais OPAC no Estado de São Paulo?
- 15) Sobre o fluxo de integrantes, entrada e saída de agricultores, é alta ou baixa?
- 16) Quais os principais motivos de entrada? E Saída?
- 17) Como entende a baixa participação de beneficiários do programa de reforma agrária no Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos?
- 18) Percebe dificuldade no manejo da área por parte dos agricultores? Seria interessante uma frente de prestação de serviço? (capina alternada, poda, monitoramento, elaboração de insumos, aplicações, e auxílio na comercialização?)
- 19) Quais os principais meios de comercialização que a organização faz uso?
- 20) Qual a porcentagem estimada da produção é direcionada para o mercado institucional (PAA, PNAE e PPAIS)?
- 21) Você consegue estimar o volume total produzido e comercializado pelo conjunto da SPG? Qual porcentagem você acredita que seria capaz de abastecer em termos do abastecimento municipal?
- 22) Quais as principais potencialidades das SPGs?
- 23) Quais os principais desafios?
- 24) Como entende a “convencionalização” do sistema de produção orgânico?
- 25) Acredita que os SPG inovam na relação de produtor consumidor? Como?

ANEXO 2 Roteiro do questionário com os produtores (Segundo eixo)

#Produtoras e produtores de orgânicos podem responder ao questionário que busca entender a possível inovação nas relações entre produtores e consumidores de orgânicos. A pesquisa faz parte de uma tese do Programa de Pós Graduação da Universidade de Araraquara em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. O trabalho tem como objetivo criar estratégias para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar e aproximar as relações entre produtor e consumidor.

O questionário *online* leva cerca de 5 minutos para ser respondido. As respostas serão analisadas de forma completamente anônima. Além disso, asseguramos que os dados obtidos serão utilizados unicamente para fins da pesquisa.

O pesquisador tem o apoio da Universidade de Araraquara

Muito obrigado por participar da pesquisa e contribuir com as estratégias de desenvolvimento territorial.

1) Aceita participar da pesquisa e dá seu consentimento:

() Sim

() Não

2) Com qual gênero você se identifica?

() Masculino.

(...) Feminino.

() Outro _____

3) Qual sua faixa etária?

() Jovem, até 19 anos.

() Adulto, entre 20 e 59 anos.

() Acima de 60 anos.

4) Qual sua escolaridade?

() Ensino fundamental incompleto.

() Ensino fundamental completo.

- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino técnico.
- Ensino superior, graduação.
- Pós-graduação.

5) Em qual região está a unidade de produção?

- DDD 11, São Paulo e região.
- DDD 12, Vale do Paraíba e litoral Norte.
- DDD 13, Baixada Santista e litoral Sul.
- DDD 14, Bauru, Marília e região.
- DDD 15, Sorocaba e região.
- DDD 16, Ribeirão Preto e região.
- DDD 17, S.J. do Rio Preto.
- DDD 18, Presidente Prudente e região.
- DDD 19, Grande Campinas.
- Outros Estados.

6) É vinculado a qual OPAC?

- ANC ABD Outro. Qual? _____

7) Quanto a área usada para produção, você é?

- Proprietário Herdeiro Arrendatário Parceiro ()
Assentado Outro. Qual _____

8) Há cultivo paralelo? (Produção convencional e orgânico na mesma propriedade)

- Sim Não

9) Contrata mão de obra?

- Sim Não

10) Contrata assistência técnica?

- Sim Não

11) Não e

Sim Não Não sei, ou prefiro não informar.

12) Produz algum insumo usado na produção?

Sim Não Não sei informar.

13) Sente a necessidade de expandir a área.de produção?

Sim Não

14) A OPAC incentiva práticas agroecológicas?

Sim Não Não sei responder.

15) Contabiliza o volume de água usado na produção?

Sim Não

16) O que o motivou a trabalhar com métodos participativos de garantia?

Preço

Redução no uso de químicos sintéticos

Questões ambientais

Saúde

Outros. Quais?

17) Você faz parte da OPAC que vista as unidades de produção?

Sim Não

18) Conhece outro mecanismo de certificação?

Não Sim. Quais? ____ Auditoria ____ OCS

19) Você já fez parte de outra modalidade de certificação?

Não Sim. Qual? _____

20) Quais as principais dificuldades para se manter no grupo?

- Afinidade com os participantes do grupo.
- Tempo para participar das atividades coletivas (reuniões, acompanhamentos, etc...)
- Manter atualizado o caderno de campo.
- Outras. Quais? _____

21) Acredita que o mecanismo usado na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos pode contribuir para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares

- Não contribui em nada.
- Contribui pouco.
- Contribui muito.

22) Sua propriedade recebe visita de consumidores?

- Sim
- Não.

23) A prática de produzir alimentos orgânicos e comercializar via SPG tem mudado sua relação com os consumidores?

- Sim
- Não
- Não sei informar.

24) O seu contato social com o consumidor de orgânico.

- Não existe, não conheço.
- É estritamente visando a venda do produto.
- É pessoal, conheço seus costumes e alguns familiares.

25) Você estima conhecer qual porcentagem do público consumidor da sua produção?

- Menos que 25%.
- Entre 25 e 50%.
- Entre 50% e 75%.
- Acima de 75%.

26) Você produtor, concorda que a certificação via SPG é uma modalidade democrática, onde todos possuem a oportunidade de expor suas dificuldades e opiniões?

- Sim
- Não

27) Quais são os canais de comercialização usados para escoar a produção?

- Feira livre
- Feira exclusiva de orgânicos
- Cestas
- Mercados institucionais (PAA, PNAE ou PPAIS)
- Varejo

28) Como comercializa sua produção?

- De forma individual
- Soma com outros produtores.

29) A certificação da produção de forma participativa favoreceu aumento na renda?

- Sim
- Não
- Não sei informar.

30) Você aceitaria realizar uma entrevista mais aprofundada sobre o tema via telefone ou googleMeet? Se sim, por favor deixe seu número de telefone ou WhatsApp para que possamos agendar um horário de sua disponibilidade

ANEXO 3 Roteiro da entrevista com produtores

1) Qual a área total da propriedade?

- Menor que 2 hectares
- Entre 2 e 6 hectares
- Entre 6 e 12 hectares
- Entre 12 e 48 hectares
- Superior a 48 hectares
- Não sei, ou prefiro não informar.

2) Qual o tamanho da área ocupada com a produção orgânica?

- Menor que 1 hectare
- Entre 1 e 2 hectares.
- Entre 2 e 4 hectares
- Entre 4 e 8 hectares
- Superior a 8 hectares

() Não sei, ou prefiro não informar.

3) Quais desafios enfrentados nas etapas

Aquisição de adubos

Aquisição de mudas

Controle de plantas e insetos

Controle de doenças

Logística e comercialização

4) Como você teve acesso a este tipo de conhecimento?

5) Existem desafios para manter o grupo? Quais?

6) Qual o grau de conhecimento dos produtores sobre os métodos de garantia da qualidade de orgânico?

7) Qual o nível de participação ativa na organização

8) Avaliar se o mecanismo usado na regulamentação da produção e comercialização de orgânicos contribui para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares

9) Como conheceu o sistema participativo de garantia?

10) A participação em um grupo coletivo de certificação contribuiu para o conhecimento, aprendizado de alguma técnica ou manejo? Como?

11) A certificação via modalidade participativa contribuiu para formação de redes?

Entre produtores? () Sim () Não

Entre produtores e técnicos? () Sim () Não

Entre produtores e instituições de Ensino e Pesquisa? () Sim () Não

Entre produtores e consumidores? () Sim () Não

12) Descreva como funcionam essas redes.

13) Como cada um desses canais contribui para construir uma relação de comercialização de confiança e regularidade?

14) O agricultor já fez parte de outra modalidade de certificação? Caso positivo por que mudou?

15) Produzir alimentos orgânicos tem mudado suas relações? Seu modo de vida?

16) No contexto de que os SPG constroem novas relações entre produtor e consumidor, o seu contato é mais próximo com o consumidor? Descreva que tipo de relação é desenvolvida com o consumidor, que tipo de assunto ou afinidade são desenvolvidas?

17) A prática de produzir alimentos orgânicos e comercializar via SPG tem mudado sua relação com os consumidores?

18) Você acha que a oferta e produção de orgânicos está aumentando? Porque?

19) Quais os tipos de adubo usa na produção?

Composto

Biofertilizante

Fermentados (Ex. Bokashi)

Microorganismos Eficientes

Pó de rocha

20) Em relação à produção vegetal

Compra todas as mudas Produz parte da mudas Produz todas as mudas.

21) Sobre as mudas, são provenientes de sementes orgânicas ou convencionais?

Sementes orgânicas

Sementes convencionais.

Não sei informar

22) Em relação aos insumos usados na produção, são comprados (externos a propriedade) ou internos da propriedade.

- Todos são externos
- Maior parte são externos
- Maior parte são internos
- Todos são internos.

23) Se os insumos foram comprados, qual a região de onde foi adquirido o insumo?

- Vizinhança (local)
- Regional (no município)
- De outra região.

ANEXO 4 Roteiro do questionário com os consumidores (Terceiro eixo)

Levantamento dos consumidores de orgânicos.

Questionário para tese de doutorado, visando avaliar a relação de produção e consumo.

#Consumidoras e consumidores de orgânicos podem responder ao questionário que busca informações sobre o perfil desse público e entender quais valores buscam no alimento. A pesquisa faz parte de uma tese do Programa de Pós Graduação da Universidade de Araraquara em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. O trabalho tem como objetivo criar estratégias para o fortalecimento de organizações da agricultura familiar e aproximar as relações entre produtor e consumidor.

O questionário *online* leva cerca de 5 minutos para ser respondido. As respostas serão analisadas de forma completamente anônima. Além disso, asseguramos que os dados obtidos serão utilizados unicamente para fins de pesquisa.

O pesquisador tem o apoio da Universidade de Araraquara

Muito obrigado por participar da pesquisa e contribuir com as estratégias de desenvolvimento territorial.

E-mail obrigatório. _____

1) Aceita participar da pesquisa e dá seu consentimento:

- Sim
- Não

2) Com qual gênero você se identifica?

- Masculino.
- (...) Feminino.
- Outro _____

3) Qual sua faixa etária?

- Jovem, até 19 anos.
- Adulto, entre 20 e 59 anos.
- Acima de 60 anos.

4) Qual sua escolaridade:

- Não sabe ler, nem escrever.]
- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino técnico.
- Ensino superior, graduação.
- Pós-graduação.

5) Quantas pessoas moram com você?

- Somente eu.
- De 2 a 3 pessoas.
- De 4 a 5 pessoas.
- Acima de 6 pessoas.

6) Reside em qual região:

- DDD 11, São Paulo e região.
- DDD 12, Vale do Paraíba e litoral Norte.
- DDD 13, Baixada Santista e litoral Sul.
- DDD 14, Bauru, Marília e região.
- DDD 15, Sorocaba e região.
- DDD 16, Ribeirão Preto e região.

- DDD 17, S.J. do Rio Preto.
- DDD 18, Presidente Prudente e região.
- DDD 19, Grande Campinas.
- Outros Estados.

7)Qual sua renda familiar?

- Até R\$1.000,00
- De R\$1.000,00 a R\$3.000,00
- De R\$3.000,00 a R\$5.000,00
- De R\$5.000,00 a R\$7.000,00
- De R\$7.000,00 a R\$9.000,00
- Acima de R\$9.000,00

8)Faz parte de alguma organização que defenda o meio ambiente?

- Sim
- Não

9)Qual sua prática visando reduzir as mudanças climáticas e amenizar a pegada ecológica?

- Separa o lixo para reciclagem.
- Reuso de água.
- Captação de água da chuva.
- Faço uso de energia solar.
- Faço uso de aquecedor solar.
- Reduzi o consumo de carne.
- Eliminei o consumo de carne.
- Consumo produtos orgânicos.
- Outros _____

10)Qual seu hábito alimentar com relação ao consumo de produtos de origem animal?

- Vegetariano.
- Vegano.
- Come carne alguns dias da semana.
- Come carne todos os dias.

11)Qual seu hábito alimentar com relação ao consumo de legumes, verduras e folhas?

- Em todas as refeições
- Em quase todas as refeições
- Em poucas refeições
- Nunca

12)Qual seu hábito alimentar com relação ao consumo de frutas?

- Mais de duas frutas diariamente
- Até duas frutas diariamente
- Regularmente, porém não diariamente
- Nunca

13)Do seu consumo alimentar total, quanto você estima que é orgânico?

- Mais de 80%
- Até 80%
- Até 60%
- Até 40%
- Até 20%

14)Qual a frequência que consome orgânicos?

- Diariamente.
- Algumas vezes durante a semana.
- Poucas vezes no mês.

15)Quem compra o alimento orgânico?

- Eu mesma(o).
- Minha companheira(o) (esposa, marido ou namorado)
- Minhas filhas ou meus filhos.
- Meus pais (mãe ou pai)
- Outro _____.

16)Como você sabe que seu alimento é orgânico?

- Conheço a origem.

- Confiança no vendedor.
- Aparência do produto.
- Informação na embalagem.
- Selo ou certificado.

17) De onde obtém conhecimento sobre produtos orgânicos?

- Internet
- Revistas
- Jornais
- Televisão
- Cursos.
- Outro: _____

18) Para você, produtos orgânicos são aqueles que:

- Não usam agrotóxicos.
- Não usam insumos industriais.
- Não usam maquinários.
- São produzidos em estufas.
- Não usam adubo e insumos para controle de pragas e doenças.
- Passam por processos de controle de qualidade.
- Passam por processos de certificação.

19) Costuma preparar o próprio alimento?

- Sim, todos os dias.
- Sim, quase todos os dias
- Poucos dias da semana.
- Não, nunca

20) Você conhece o local de produção do seu alimento orgânico?

- Sim, de todos os alimentos.
- Sim, de alguns alimentos.
- Não.

21) Você conhece o produtor do seu alimento orgânico?

- Sim, de todos os alimentos.
- Sim, de alguns alimentos.
- Não conheço o produtor.

22) Já visitou algum produtor de orgânico?

- Sim.
- Não.

23) O seu contato social com o produtor de orgânico.

- Não existe, não conheço.
- É estritamente visando a aquisição do produto.
- É pessoal, conheço seus costumes e alguns familiares.

24) Você acredita que os Sistemas Participativos de Garantia da qualidade orgânica constroem novas relações?

- Sim.
- Não.
- Não sei responder.

25) Onde tem acesso ao produto orgânico?

- No mercado convencional.
- Na feira livre.
- Na feira de orgânicos.
- Recebe em cestas, direto do produtor.
- Outro: _____

26) Quais valores busca no produto orgânico?

- Livre de agrotóxicos.
- Preservação do meio ambiente.
- Valor nutricional.
- Proximidade com o produtor.
- Certificação.

- Garantia de qualidade.
- Mais saúde.
- Controlar doença diagnosticada.
- Procedência e rastreabilidade.
- Melhor aparência do produto.
- Embalagem sustentável.
- Outro _____

27) Há quanto tempo consome orgânicos?

- Há menos de um ano.
- Há mais de um ano.
- Há mais de cinco anos.
- Há mais de dez anos.

28) Quando compra um produto orgânico, imagina que:

- Pode estar ajudando um agricultor
- Pode estar eliminando intermediários
- Está incentivando canais curtos de comercialização.
- Está incentivando a economia local
- Está contribuindo para a preservação do meio ambiente.
- Outro _____

29) Em relação ao preço dos produtos orgânicos, considera:

- Muito mais caro.
- Muito caro.
- Mesmo preço.
- Mais barato.
- Muito mais barato.

30) Na sua opinião, por que o preço do produto orgânico é diferente:

- O processo de produção é mais caro.
- É mais saudável.
- Melhor qualidade.

- Não tem agrotóxico.
- A produção é menor.
- Tem pequena parcela de mercado.
- São produtos selecionados.
- Outros _____.

31) Você conhece os mecanismos de certificação para garantia da qualidade orgânica?

- Sim
- Não

32) Seu produto orgânico é certificado?

- Não sei.
- Sim, mas não conheço o mecanismo.
- Sim, via Organização de Controle Social.
- Sim, via Sistema Participativo de Garantia.
- Sim, via Auditoria.
- Não me preocupo com a certificação, confio no produtor.

33) Em relação a facilidade para encontrar produtos orgânicos na região, considera:

- Muito fácil.
- Fácil.
- Nem fácil, nem difícil.
- Difícil.
- Muito difícil.

34) Quais dificuldades encontra para comprar orgânicos?

- Preços elevados.
- Pouca oferta e variedade de produtos.
- Distância do local de venda.
- Falta de informação no produto.
- Falta de confiança na procedência.
- Não tenho dificuldades.
- Outro: _____

35) Você ou alguém que reside com você, participa de grupo de consumo ou rede de agroecologia?

Sim.

Não.

36) Durante a pandemia seu consumo de alimentos orgânicos

Aumentou

Permaneceu o mesmo.

Diminuiu

37) Você acha que a oferta e produção de orgânicos está aumentando? Porque?

38) Você aceita realizar uma entrevista mais aprofundada sobre o tema via telefone ou googleMeet? Se sim, por favor deixe seu número de telefone ou WhatsApp para que possamos agendar um horário de sua disponibilidade

ANEXO 5 Roteiro da entrevista com consumidores.

1) Sabe as diferenças de SPG, OCS e certificação via Auditoria?

2) Conhece a história do agricultor e formação da SPG

3) Visitou áreas produtivas da SPG

4) Percebe diferenças entre produto da feira ou da grande rede de orgânicos...relacionar com a região

5) Onde adquiri seu alimento orgânico?

6) Consumir alimentos orgânicos tem mudado seus padrões de consumo? Como?

7) O hábito de comprar alimentos de uma SPG tem mudado sua relação com os Produtores de alimentos orgânicos?

- 8) Que tipo de relação é desenvolvida com o produtor, não conhece o produtor? Relação exclusivamente comercial? Ou existe uma relação pessoal, conhece seus hábitos e alguns costumes? Que tipo de assunto ou afinidade são desenvolvidas?
- 9) Manter contato com o produtor via WhatsApp?
- 10) Você acha que a oferta e produção de orgânicos está aumentando ou diminuindo? Porque?
- 11) Qual sua percepção sobre o preço do alimento orgânico?
- 12) Dentro do seu hábito alimentar a SPG atende seu cardápio?
- 13) Mudou o seu cardápio cotidiano (padrão alimentar)? Inseriu novos produtos?
- 14) Sente falta de algum produto? O que mais gostaria de encontrar de orgânico?
- 15) Percebe a sazonalidade de determinados itens?